

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/08/2012 a 31/08/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Pequenos cortes são desafio para reduzir desmate. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 01/08/2012	7
Publicados novos preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade – Site da CONAB. 01/08/2012	7
MDA debate desenvolvimento territorial com entidades selecionadas em chamada pública – Site do MDA. 02/08/2012	8
Justiça dá prazo para que fazendeiros saiam de terra indígena – Folha de São Paulo, Poder. 02/08/2012	9
Justiça determina suspensão das obras da hidrelétrica Teles Pires. Danilo Fariello – O Globo. 02/08/2012	10
Plano ABC foi tema no Congresso de técnicos de fiscalização. Inês de Podesta – Site do MAPA. 03/08/2012	10
Em busca de melhor execução dos processos ligados ao desenvolvimento territorial – Site do MDA. 03/08/2012	11
Mais de 60% dos municípios estão longe da meta para resíduos sólidos. Guilherme Soares Dias – Valor Econômico. 03/08/2012	13
Tribunal mantém suspensa a obra da Usina de Teles Pires. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo, Economia. 03/08/2012	15
Justiça libera retomada de obra de usina no MT. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo, Economia. 04/08/2012	16
Refinaria lançada por Lula ainda é terreno com mato – O Estado de São Paulo, Economia. 05/08/2012	17
Moradores da área de Belo Monte ficam sem indenização. Aguirre Talento. Folha de São Paulo, Mercado. 05/08/2012	18
Protestos já paralisaram obra por 30 dias. Aguirre Talento. Folha de São Paulo, Mercado. 05/08/2012	19
Empresa diz que famílias foram indenizadas. Aguirre Talento. Folha de São Paulo, Mercado. 05/08/2012	19
Sementes crioulas promovem a agrobiodiversidade. Leilane Alves Pereira – Site do MAPA. 06/08/2012	20
Agronegócio sustentável é discutido em SP. Sophia Gebrim – Site do MMA. 06/08/2012	21
Inventário de florestas pode sair do papel. Giovanna Girardi – O Estado de São Paulo. 06/08/2012	22
Bolsa Verde prioriza busca ativa. Sophia Gebrim – Site do MMA. 07/08/2012	22
Frente defende agroecologia. Rafaela Ribeiro – Site do MMA. 08/08/2012	23
Eletrobras fecha acordo com países vizinhos. Marta Nogueira – Valor Econômico. 08/08/2012	24

Ruralistas avançam na destruição do Código Florestal. Daniele Bragança – Site do MST. 09/08/2012	25
BNDES e Finep lançam plano de R\$ 3 bi para pré-sal. Chico Santos – Valor Econômico. 09/08/2012	26
Ruralistas derrotam governo e reduzem proteção de rios. O Globo. 09/08/2012	27
Parecer da AGU é favorável à taxa de mineração cobrada por Minas Gerais. Zínia Baeta – Valor Econômico. 09/08/2012	28
Ruralistas saem à frente na MP do código. Yvna Sousa – Valor Econômico. 09/08/2012	29
Mais que carta de intenções. Malu Nunes – Valor Econômico. 09/08/2012.....	30
Alemanha aposta na revolução energética. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 09/08/2012.....	32
Comissão tira proteção de rios intermitentes. João Domingos e Giovana Girardi. – O Estado de São Paulo, Política. 09/08/2012.....	34
Governistas temem derrota e freiam votação de MP do Código Florestal. Yvna Sousa e Raquel Ulhôa – Valor Econômico. 09/08/2012.....	35
Ministério treina multiplicadores do Plano ABC. Inez De Podestà – Site do MAPA. 10/08/2012.....	36
SDT e Incra debatem reforma agrária e política territorial – Site do MDA. 10/08/201237	
Relatório do IPCC sobre o Brasil destaca elevação de temperatura. Renato Grandelle – O Globo. 10/08/2012.....	38
Derrota em lei florestal gera alerta no Planalto. Natuza Nery – Folha de São Paulo, Poder. 10/08/2012	40
Censo 2010: População indígena cresce 205% desde 199. Sergio Ramalho – O Globo. 11/08/2012.....	40
Censo revela maior diversidade indígena. Denise Menchen – Folha de São Paulo, Poder. 11/08/2012.....	41
Um retrato do Brasil indígena: muito além do senso comum. Spensy Pimentel – Folha de São Paulo, Poder. 11/08/2012	42
40% dos índios vivem fora de suas terras. Luciana Nunes Leal - O Estado de São Paulo. 11/08/2012	43
Para governador do Pará, União erra na execução das usinas na Amazônia. André Borges – Valor Econômico. 13/07/2012	45
Para evitar a desertificação. Lucas Tolentino – Site do MMA. 13/08/2012	46
Fontes renováveis devem ter avanço mesmo com pré-sal. Luiz Maciel – Valor Econômico. 13/08/2012	47
Biodiversidade em debate. Luciene de Assis – Site do MMA. 14/08/2012.....	49
É preciso repensar as políticas públicas para os indígenas – Valor Econômico, Editorial. 14/08/2012.....	50
MP vai investigar venda de crédito de carbono por índios. Bruno Deiro – O Estado de São Paulo. 14/08/2012	51

Justiça manda parar a construção da usina de Belo Monte – Folha de São Paulo, Mercado. 15/08/2012	52
Os índios e suas terras – O Estado de São Paulo, Editorial. 15/08/2012	52
Justiça determina suspensão de obras em Belo Monte – O Globo. 15/08/2012.....	54
Ruralistas pressionam para diminuir proteção nas áreas de APPs e RLs – Site do MST. 16/08/2012.....	55
Código Florestal: risco de retrocesso. Jorge Viana – Folha de São Paulo, Opinião. 16/08/2012.....	56
Judiciário e meio ambiente. Isabel Freitas – Site do MMA. 16/08/2012.....	57
Paralisação das obras de Belo Monte deve ir ao STF – Folha de São Paulo, Mercado. 16/08/2012.....	58
Norte Energia fala em risco de desemprego – Folha de São Paulo, Mercado. 17/08/2012	58
AGU tenta derrubar ação que paralisa Belo Monte. André Borges – Valor Econômico. 17/08/2012.....	58
Campo pode ter perda bilionária com Protocolo de Nagoya. Tarso Veloso – Valor Econômico. 17/08/2012	59
Justiça atrasa contrato de Belo Monte. Eduardo Rodrigues, Fernanda Nunes e Renato Andrade. – O Estado de São Paulo, Economia. 18/08/2012	61
Greve ameaça antecipação de usina, diz Belo Monte. Julia Borba – Folha de São Paulo. 18/08/2012.....	62
Energia para crescer. Josué Gomes da Silva – Folha de São Paulo. 19/08/2012	63
Porto Velho tem falta de água e culpa usina. Felipe Luchete – Folha de São Paulo. 19/08/2012.....	64
Mudanças climáticas e os 'céticos'. José Goldemberg – O Estado de São Paulo. 20/08/2012.....	65
Risco de atrasos em Belo Monte. André Borges – Valor Econômico, Capa. 20/08/2012	66
Belo Monte corre risco de atrasar um ano. André Borges – Valor Econômico. 20/08/2012.....	67
MDA apresenta Copa Orgânica Sustentável a potenciais parceiros – Site do MDA. 21/08/2012.....	69
Para Abramovay, bens produzidos necessitam ter relevância social. Gisele Paulino – Valor Econômico. 21/08/2012	70
Desmatamento dispara na região da BR-163 - O Estado de São Paulo. 21/08/2012	71
Ação pede suspensão de usinas no Pantanal. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 21/08/2012.....	72
Técnicos são treinados nas práticas do Plano ABC. Inez de Podestà – Site do MAPA. 23/08/2012.....	73
MDA financia fábrica de agricultores familiares no interior do Paraná – Site do MDA. 23/08/2012.....	73
MDA e FAO debatem Pronat e cooperativismo – Site do MDA. 23/08/2012	75

Comitê de Desenvolvimento Territorial do Condraf promove reunião – Site do MDA. 24/08/2012.....	76
Obra de Belo Monte para e pode atrasar. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Mercado. 24/08/2012	78
O setor de papel e celulose e o desenvolvimento sustentável. Daniel Feffer – Valor Econômico. 24/08/2012	79
Código florestal: águas ameaçadas. Antonio Nobre e Ricardo R. Rodrigues – Valor Econômico. 24/08/2012	80
Belo Monte é suspensa e 14 mil operários param – O Estado de São Paulo. 24/08/2012	82
AGU vai ao STF para liberar Belo Monte – Folha de São Paulo. 25/08/2012	83
Sindicato de Jirau terá de pagar R\$ 1,5 mi– Folha de São Paulo. 25/08/2012.....	83
Homenagem a Darcy, protesto antidevastação. Lúcia Leão - O Globo. 26/08/2012.....	83
Hidrelétricas que ferem o Pantanal e a Amazônia. Cleide Carvalho – O Globo. 26/08/2012.....	85
Humanidade já está vivendo de "crédito ecológico". Eduardo Febbro – Carta Maior. 27/08/2012.....	87
Sustentáculo da sustentabilidade. Ruy Martins Altenfelder Silva – O Estado de São Paulo. 27/08/2012	88
Mapa lança Regionalização na Expoiner 2012 – Site da CNA. 28/08/2012.....	90
Nova forma de avaliação. Camilla Valadares - Site do MMA. 28/08/2012.....	91
Passivo do Código cai com compensação e pecuária. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 27/08/2012	91
O valor da sociobiodiversidade. Sophia Gebrim – Site do MMA. 28/08/2012	92
Para ruralistas, novo Código Florestal teria custo de R\$ 1 trilhão. Denise Madueño - O Estado de São Paulo. 28/08/2012	93
Índios contra a usina – Valor Econômico. 28/08/2012	94
Supremo decide liberar obras de Belo Monte. Juliano Basile e André Borges – Valor Econômico. 28/08/2012	94
Integração entre sociobiodiversidade e economia verde desperta interesse internacional – Site do MDS. 28/08/2012.....	95
Liminar do STF permite retomar obra de Belo Monte – Folha de São Paulo. 28/08/2012	96
O MMA e barragens no Pantanal. Luciene de Assis – Site do MMA. 29/08/2012.....	97
Sustentabilidade na agricultura familiar é tema de painel na Expoiner 2012 – Site do MDA. 29/08/2012.....	97
Índios bloqueiam duas rodovias em Mato Grosso. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 29/08/2012	99
Parlamentares tentam acordo sobre Código. Débora Bergamasco - O Estado de São Paulo. 29/08/2012	99
Belo Monte retoma obras, 12 horas depois de liminar. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 29/08/2012	100

Belo Monte terá 'plano B' contra atraso. André Borges – Valor Econômico. 29/08/2012	100
Sem acordo, MP que altera Código Florestal pode perder a validade – Folha de São Paulo. 29/08/2012	101
Flexibilização das unidades de conservação são um risco ambiental – Site do MST. 30/08/2012.....	102
Ministros assinam acordo para promover desenvolvimento sustentável. Carlos Mota – Site do MAPA. 30/08/2012	105
Governo cede a ruralistas para votar Código Florestal. Fernanda Krakovics – O Globo. 30/08/2012.....	105
Comissão aprova MP do Código Florestal.Tarso Veloso – Valor Econômico. 30/08/2012	106
Bilhete de Dilma faz Ideli negar acordo sobre o Código Florestal. Erich Decat e Johanna Nublat – Folha de São Paulo, Poder. 31/08/2012	107
Dilma cobra ministras por acordo sobre Código - O Estado de S.Paulo. 31/08/2012..	108
Ao estilo Jânio, Dilma veta acordo. Por Fernanda Krakovics – O Globo. 31/08/2012	109
III Encontro Nacional das Células analisa política de desenvolvimento territorial – Site do MDA. 29/08/2012	111

Pequenos cortes são desafio para reduzir desmate. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 01/08/2012

Quase dois meses depois de anunciar que em 2011 a Amazônia sofreu a menor taxa histórica de desmatamento e diante da expectativa de seguir com números baixos neste ano, o governo se vê diante de um enorme desafio. Como continuar essa queda até 2020, para alcançar a meta de atingir a redução de 80% em relação aos níveis de 2005.

Em termos numéricos, é preciso diminuir os níveis atuais em mais cerca de 40%. Mas se a velha estratégia de fiscalização, o chamado comando e controle, ainda vem funcionando, em bem pouco tempo ela precisará de uma reformulação, visto que o alvo da ação está mudando.

Essa é a avaliação de ambientalistas e até do próprio governo sobre os desafios da nova etapa do Plano de Ação para Proteção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM) - um grupo de ações aplicadas desde 2005 que progressivamente está contendo o corte ilegal da floresta.

O problema é que até agora o foco das atenções eram os grandes desmatamentos, que podiam ocorrer numa tacada só na ordem de centenas ou até milhares de hectares. Facilmente visualizados pelo sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que flagra em tempo real a derrubada, podem ser interrompidos. Por outro lado, multas, limite a crédito, confisco de gado e de madeira, moratória da soja, criação de unidades de conservação, etc, acabaram contendo esse avanço.

O que precisa ser combatido agora é o desmatamento menor, que segue acontecendo nas pequenas propriedades e nos assentamentos de reforma agrária. Ontem, em evento no Ministério do Meio Ambiente sobre dados do desmatamento, a própria ministra Izabella Teixeira reconheceu o problema.

"Temos de melhorar a atuação em relação à questão do desmatamento puxadinho (em áreas inferiores a 25 hectares), às propriedades licenciadas que estão desmatando ilegalmente e às oportunidades do Cadastro Ambiental Rural (CAR), mas também às limitações desse cadastro", disse.

Segundo André Lima, consultor de políticas públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), hoje aproximadamente 60% do desmatamento que ocorre na Amazônia é inferior a 20 hectares. O Deter só detecta acima de 25 hectares. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo

Publicados novos preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade – Site da CONAB. 01/08/2012

Os novos preços mínimos para os produtos da sociobiodiversidade da safra 2012/2013 foram publicados esta semana no Diário Oficial da União, na Portaria Mapa nº 701, de 30 de julho de 2012. Açaí, babaçu, baru, borracha natural extrativa, castanha do Brasil, castanha de carnaúba, mangaba, piaçava (fibra), pequi, pó cerífero e umbu foram os produtos com preços reajustados.

Desde o início da PGPM-Bio, em 2009, foram executados, com o apoio da Conab, cerca de R\$ 7 milhões em subvenções para amêndoa de babaçu, borracha natural extrativista, castanha do Brasil, fibra de piaçava e fruto do pequi, beneficiando um total de 29.970 famílias nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, e Rondônia.

"É fundamental destacar que as comunidades beneficiadas encontram-se, em sua maioria, em situação de pobreza, sem acesso aos serviços públicos básicos, portanto, os impactos das ações implementadas são bem mais elevados do que o representado pelo montante de recursos aplicados", observa a gerente de Produtos da Sociobiodiversidade da Conab, Ianelli Loureiro.

O superintendente de Gestão da Oferta da Conab, Carlos Eduardo Cruz Tavares, explica que a Companhia tem como meta elevar o número de produtos, de modo a atender, com pelo menos quatro espécies, cada unidade de conservação (flona e resex), elevando a renda dos extrativistas e criando um polo de consolidação de cargas, que, no futuro, se transformará em um centro de comercialização.

MDA debate desenvolvimento territorial com entidades selecionadas em chamada pública – Site do MDA. 02/08/2012

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), promove, até esta sexta-feira, 3, mesa técnica com o objetivo de debater o desenvolvimento territorial, dentre outros temas. A mesa é composta por representantes das entidades selecionadas no Chamamento Público SDT 01/2012, que envolve recursos de cerca de R\$ 29 milhões. "O objetivo é tirar as dúvidas das entidades relacionadas ao processo de elaboração das propostas para que sejam inseridas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – Siconv, dando início ao processo de convênio para a execução dos projetos", relata o coordenador-geral de Apoio à Infraestrutura e Serviços da SDT, Márcio Maia de Castro.

A chamada pública apoia, com recursos de custeio, ações que promovem a abordagem territorial e o desenvolvimento rural sustentável dos Territórios Rurais e da Cidadania. Para o secretário de Desenvolvimento Territorial, Jerônimo Rodrigues, que participou da abertura do encontro nessa quarta-feira, 1º, esse é o momento de fortalecer o diálogo entre a SDT e as entidades e também a política de desenvolvimento territorial junto a todas as políticas do MDA. "É uma chance de transmitir para as entidades as propostas do ministério para a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável do Brasil rural, além de promover o intercâmbio de experiências entre as entidades", destacou.

Na avaliação do chefe de gabinete da SDT, José Tosato, é fundamental reconhecer os segmentos da sociedade que precisam de mais espaço, como as comunidades tradicionais, sem esquecer de outros, como as mulheres e a juventude rural. "As entidades que vão promover as ações nos territórios, a partir desse chamamento, possuem um papel histórico e decisivo de melhorar a qualidade de vida da população rural no país", analisou.

Dentre as entidades vencedoras da chamada pública está a Rede Acreana de Mulheres e Homens, de Rio Branco (AC). "A meta é executar a proposta, que pretende melhorar a qualidade de vida da população rural do Acre e de Rondônia, bem como estimular as economias

territoriais, a organização social e a participação dos envolvidos”, destacou a coordenadora-geral da instituição, Joci Aguiar. A mesa técnica também tem representantes da Associação Organização Não Governamental Nymuendaju, Instituto Agropolos do Ceará, Instituto de Assessoria do Desenvolvimento Humano (IADH), Instituto de Desenvolvimento Social (IDS), Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento (Ceades), Instituto Jalapão Ecológico e Instituto Morro da Cotia de Agroecologia (Imca).

Os participantes recebem orientações da Consultoria Jurídica (Conjur) e da Spoa; orientações internas das diretorias da Secretaria e das Delegacias Federais do MDA (DFDAs); informações sobre o trabalho de análise e ajustes dos projetos e sobre o funcionamento do Siconv; e o Projeto Dom Helder Câmara, entre outros. Destaque para o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), apresentado pela diretora do Departamento de Ações Territoriais da SDT (Deter/SDT), Cláudia Bonalume. As ações de custeio do Pronat serão executadas por meio de convênios. O MDA vai investir cerca de R\$ 35 milhões para apoiar as ações nos territórios.

Chamamento Público

O chamamento público visa apoiar os colegiados territoriais, a implementação e gestão dos planos e dos projetos territoriais e a capacitação e a formação dos agentes de desenvolvimento, além da inclusão produtiva e dinamização econômica – com destaque para os territórios incluídos no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Para o secretário Jerônimo Rodrigues, o chamamento possui importância para a política territorial, pois envolve diversas ações. “Uma das ações é por meio do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços (Proinf). Essa ação de custeio passa por investimento do MDA para capacitar os territórios, realizar oficinas e apoiar o trabalho de planejamento e desenvolvimento territorial. O chamamento viabiliza os recursos para que os territórios tenham assessoria técnica e financeira para a gestão dessas ações”, explica.

Justiça dá prazo para que fazendeiros saiam de terra indígena – Folha de São Paulo, Poder. 02/08/2012

A Justiça Federal em Mato Grosso deu 30 dias para que todos os não índios que ocupam a terra indígena Marãiwatsédé deixem a área de 165 mil hectares localizada no nordeste do Estado.

As terras foram homologadas em 1998. Em maio deste ano, a Justiça determinou a saída de fazendeiros.

O juiz federal Marllon Sousa estabeleceu anteontem o prazo com base no plano de retirada apresentado pela Funai na semana passada.

Segundo o prefeito de Alto Boa Vista, Wanderley Perim (PR), 70% do município fica na área, e a decisão forçará a saída de 1.500 famílias.

"Vai ser um desastre. Essa é uma decisão muito errada. Vamos brigar até o fim", diz.

Justiça determina suspensão das obras da hidrelétrica Teles Pires. Danilo Fariello – O Globo. 02/08/2012

TRF acolhe ação do Ministério Público por riscos ambientais e étnicos. A usina hidrelétrica Teles Pires terá capacidade de gerar 1.820 MW

Em decisão unânime, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1) determinou ontem a suspensão das obras da hidrelétrica de Teles Pires, na divisa entre os estados do Pará e do Mato Grosso. A previsão é que a usina se torne a quarta maior do país, com capacidade de geração de 1.820 megawatts (MW) e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em abril, o Ministério Público Federal e o MP do Mato Grosso haviam obtido liminar da 2ª Vara Federal em Mato Grosso que suspendia a licença ambiental de instalação do empreendimento, interrompendo as obras.

Dias depois, o presidente do TRF-1, desembargador Olindo Menezes, derrubou a liminar até que o mérito fosse julgado, o que ocorreu ontem. Mas ainda cabe recurso.

Região é sagrada para índios

O desembargador Souza Prudente, relator do processo, defendeu a suspensão da obra considerando a irreversibilidade dos danos ambientais, em especial a suspensão das explosões das rochas naturais do Salto das Sete Quedas. Prudente destacou no voto que não há riscos de a suspensão da construção da usina de Teles Pires provocar um novo apagão energético no Brasil, tendo em vista que existem outros modelos de empreendimento para geração de energia.

A região é tida como sagrada pelos índios que vivem no local. Os juízes apontaram ainda que não teriam sido cumpridas as normas que preveem audiências públicas com as comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento, orçado em R\$ 4 bilhões.

Em abril, com a queda da liminar e a retomada das obras, a Companhia Hidrelétrica Teles Pires se comprometeu a cumprir as condições ambientais impostas na licença pelo Ibama, inclusive as ações compensatórias aos municípios de Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga.

A decisão determinou a imediata citação do consórcio responsável pela construção da hidrelétrica e do Ibama, responsável pela licença ambiental. Procurado, o consórcio informou que espera ser notificado para se manifestar. Eles ainda podem recorrer em segunda instância.

Nas últimas semanas, o governo brasileiro enfrentou novas disputas com representantes indígenas para construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará.

Plano ABC foi tema no Congresso de técnicos de fiscalização. Inês de Podesta – Site do MAPA. 03/08/2012

Técnicos ouviram o detalhamento do Plano de Agricultura de Emissão de Carbono

Os técnicos de fiscalização federal ouviram nesta semana o detalhamento do Plano de Agricultura de Emissão de Carbono (Plano ABC) apresentado pelo secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (SDC/Mapa), Erickson Camargo Chandoha. Os participantes estão reunidos nessa semana no V Congresso Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária, em Uberlândia (MG).

De acordo com o Chandoha, o plano prioriza o crédito rural, a transferência de tecnologia, regularização ambiental e fundiária, assistência técnica e extensão rural, disponibilização de insumos, produção de mudas, entre outros. “Porém, de nada adianta os investimentos no setor, se não tem capacitação. É preciso preparar o produtor para as novas tecnologias”, pontuou o secretário.

As perspectivas para o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 também foram proferidas por Wilson Vaz, diretor do Departamento de Crédito da Secretaria de Política Agrícola do Mapa.

Em busca de melhor execução dos processos ligados ao desenvolvimento territorial – Site do MDA. 03/08/2012

A concepção e as ações estratégicas da política de desenvolvimento territorial foram tema de uma mesa técnica realizada, nessa semana, pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). O evento contou com representantes das entidades selecionadas no Chamamento Público SDT 01/2012, que envolve recursos de cerca de R\$ 29 milhões, além da diretoria e da equipe técnica da SDT e da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério (SPOA) e da Consultoria Jurídica (Conjur).

“Esse momento foi fundamental, tanto para as entidades quanto para o MDA, pois nivelou as informações, o que dá transparência ao processo e garante melhor execução. O intercâmbio de experiências foi interessante, pois trouxe aprendizado para todos. Ter o apoio da equipe técnica facilitou a resolução dos problemas futuros”, destacou Betânia Nascimento, do Instituto de Assessoria do Desenvolvimento Humano (IADH), responsável pelas ações em Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

O último dia do encontro foi dedicado para análise das propostas por lote, adequações ao Siconv e inserção das propostas no Sistema de Convênios e Finanças (Sicofin). “A mesa técnica foi oportuna para tirarmos as dúvidas das entidades relacionadas à elaboração das propostas, dando início ao processo de convênio para a execução dos projetos. Quanto maior o entendimento sobre a forma de operacionalização, melhor para todos”, assegurou Márcio Castro, coordenador-geral de Apoio à Infraestrutura e Serviços da SDT.

O chamamento público visa apoiar os colegiados territoriais, a implementação e gestão dos planos e dos projetos territoriais e a capacitação e a formação dos agentes de desenvolvimento, além da inclusão produtiva e dinamização econômica – com destaque para os territórios incluídos no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

No encontro, Jefferson Vieira, da Conjur, falou sobre o diálogo entre entidades e governo, para que não haja conflitos entre a proposta e o plano de trabalho na sua execução, dentro dos prazos acertados e com a qualidade desejada pela administração, o que beneficiará a população. “Com

o início das ações do Chamamento, as entidades possuem um papel histórico, que traz uma grande responsabilidade que é a questão do rigor com a gestão dos recursos públicos”, enfatizou.

Segundo Helvécio Mesquita, representante do Instituto Jalapão Ecológico, responsável pelas ações em Tocantins, Goiás e Distrito Federal, o principal benefício da mesa é a possibilidade de as entidades sanarem as dúvidas para não enfrentarem problemas no momento de prestação de contas. “O contato com as outras entidades e a equipe técnica da SDT foi fundamental”, afirmou.

Para Cláudio Costa Araújo, da Nymuendaju, responsável pelas ações no Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, a mesa técnica foi importante para que as entidades recebam as novas orientações antes de formalizar o convênio. “O intuito das ações é promover a dinamização econômica, a formação e a articulação da política nos territórios. As orientações que recebemos durante o evento nos auxiliarão na correta execução dos nossos trabalhos”, salientou.

A mesa técnica contou com representantes da Associação Organização Não Governamental Nymuendaju, Instituto Agropolos do Ceará, Instituto de Assessoria do Desenvolvimento Humano (IADH), Instituto de Desenvolvimento Social (IDS), Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento (Ceades), Instituto Jalapão Ecológico e Instituto Morro da Cotia de Agroecologia (Imca), Rede Acreana de Mulheres e Homens.

Durante o evento os participantes receberam orientações internas das diretorias da Secretaria e das delegacias federais do MDA (DFDAs); informações sobre o trabalho de análise e ajustes dos projetos e sobre o funcionamento do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv); e sobre o Projeto Dom Helder Câmara, além de orientações da Conjur e da Spoa, entre outros. Um dos destaques foi o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat). As ações de custeio do Pronat serão executadas por meio de convênios.

Chamamento

O chamamento público visa apoiar os colegiados territoriais, a implementação e gestão dos planos e dos projetos territoriais e a capacitação e a formação dos agentes de desenvolvimento, além da inclusão produtiva e dinamização econômica – com destaque para os territórios incluídos no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Segundo o secretário de Desenvolvimento Territorial, Jerônimo Rodrigues, a SDT inaugurou uma nova fase na contratação das atividades de apoio ao desenvolvimento territorial, pois o processo traz maior rigor, transparência e publicidade na seleção de propostas e organizações que possuem capacidade técnica e operacional para utilizar os recursos públicos por meio de convênios.

O intuito do chamamento é que as propostas das entidades promovam a abordagem territorial com foco no desenvolvimento rural sustentável, apoiando ações de incremento da qualidade de vida da população rural, a dinamização das economias territoriais e a organização social. Outro objetivo é o fortalecimento dos atores sociais por meio da adoção de princípios e de práticas da gestão social com a implementação e integração de políticas públicas nos territórios.

Pronat

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) é uma

ação da SDT/MDA. Os projetos do Pronat são elaborados de forma colegiada entre agricultores familiares, gestores públicos, entidades da sociedade civil e demais sujeitos territoriais.

Projeto Dom Helder

O projeto Dom Helder Câmara é uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, para combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino. O projeto conta com recursos do governo federal, do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida) e do Global Environment Facility (GEF). Em 2011, mais de 15,5 mil famílias do semiárido foram beneficiadas pela iniciativa. O projeto empregou, de janeiro a novembro do ano passado, R\$ 16,4 milhões em ações para fortalecer a reforma agrária e a agricultura familiar em 77 municípios de seis estados.

Mais de 60% dos municípios estão longe da meta para resíduos sólidos. Guilherme Soares Dias – Valor Econômico. 03/08/2012

A dois anos do prazo, a instalação de aterros sanitários em todas as cidades brasileiras ainda precisa atingir 3.371 municípios, que adotam destinação considerada inadequada para seus resíduos sólidos. Com 60,6% dos 5.565 municípios do país utilizando lixões e aterros controlados - terrenos sem condições técnicas - a tendência é que a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) seja adiada em alguns anos.

Caso a média de crescimento do setor nos últimos cinco anos seja repetida, a meta só será atingida em 150 anos. De 2007 a 2011, o número de cidades que adotou destinação correta para os resíduos sólidos cresceu 1,67% (0,33% ao ano em média). Em 2007, haviam 2.159 municípios com aterros sanitários instalados e em 2011 esse número passou para 2.194.

De acordo com panorama dos resíduos sólidos, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), 56% dos 61,9 milhões de toneladas de resíduos gerados em 2011 seguiram para aterros sanitários, enquanto 41,9% foram destinados para lugares inadequados.

"A região Norte terá mais dificuldade para dar destinação correta para os resíduos, pois possui municípios com grande área, isolados e que exigem soluções únicas sem possibilidade de fazer consórcio", diz o diretor-executivo da Abrelpe, Carlos Silva Filho. Já no Nordeste, ele aponta que há inúmeros pequenos municípios, que ficam mais próximos, e podem dar destinação para os dejetos em conjunto.

A coleta do lixo chega a 89,6% das residências brasileiras. Entre os Estados, o Maranhão possui o menor índice de coleta: 59%. "Os outros 41% vão para rios, terrenos baldios e ruas", diz Silva Filho. Já São Paulo tem o maior índice de coleta do país, com 98,6% dos resíduos recolhidos diariamente. "É o Estado que está mais perto de resolver o problema de destinação do lixo, uma vez que possui a melhor coleta e infraestrutura de destinação adequada", diz o diretor-executivo da Abrelpe, lembrando, no entanto, que grandes cidades como Mogi das Cruzes, Suzano e Bauru ainda utilizam lixões.

Em Rondônia há o menor percentual de resíduos sólidos com destinação adequada. Só 7% do lixo gerado no Estado vão para aterro sanitário. Já o Distrito Federal convive com situação antagônica, com um dos melhores percentuais de coleta do país (98%), mas destinando as 4.031 toneladas de resíduos que gera por dia para lixões.



O Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece a implantação de aterros sanitários até 2 agosto de 2014, foi aprovado em 2010 após 20 anos tramitando no Congresso. O Plano previa ainda que até a última quinta-feira (2) os municípios apresentassem seus planos de resíduos sólidos. "A elaboração do plano municipal é pré-requisito para receber recursos do governo federal, mas não há obrigatoriedade de apresentação do plano", afirma o diretor de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Silvano Silvério.

De acordo com o MMA, 229 municípios apresentaram planos municipais ao órgão para pleitear recursos para implementá-los. Silvério reforça que a implantação de aterros sanitários até 2014 é lei. "Precisa ser cumprida. Caso não seja, os lixões serão tipificados como crime ambiental, cabendo sanções administrativas e multas", afirma Silvério.

Levantamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), junto a 3.457 municípios, aponta que apenas 334 (9%) concluíram seus planos. Já 1.694 cidades (49%) ainda não deram início à elaboração dos planos. Segundo a CNM, os municípios justificam a inexistência de equipe técnica, falta de recursos financeiros ou espera da liberação de recursos prometida pelo governo federal e não repassada.

Entre os municípios que ainda não começaram a elaborar política para os resíduos sólidos, 221 (6,4%) declararam não conhecer a lei. Outros 1.449 (42%) já iniciaram a elaboração dos projetos, mas ainda não os concluíram.

Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2010, elaborada pelo IBGE, apontam que 49% dos municípios brasileiros possuem lixões, 27% aterros controlados e apenas 23% possuem aterros sanitários.

Para o conselheiro da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP), Eleusis Di Creddo, a solução para o problema viria da adoção de aterros regionais que congregariam cidades em um raio de até 60 quilômetros. "Mais de 80% dos 5,5 mil municípios tem menos de 50 mil. Eles não têm receita, nem capacidade técnica para resolver os problemas sozinhos", considera.

Segundo ele, os pequenos municípios que ficam isolados poderiam adotar aterros de pequeno porte, que são mais baratos. Um estudo elaborado pela ABLP aponta que para acabar com os lixões no país seriam necessários 448 aterros, sendo 248 regionais, 192 de pequeno porte e oito em capitais. "Seriam necessários investimentos de R\$ 1,8 bilhão para construí-los e operá-los

por cinco anos", diz, lembrando que os R\$ 1,5 bilhão previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 para o setor seriam praticamente suficientes para cobrir os custos desses projetos.

Di Creddo avalia, no entanto, que há falta de mobilização dos municípios e que ainda não há exemplos de consórcios. "Perdemos tempo precioso, mas de qualquer forma, os municípios terão que cumprir o que está estabelecido na lei. Precisa apenas de vontade política e isso passa pela discussão do tema nas eleições municipais", considera.

Além do histórico e dos dados, que mostram avanço lento do setor, o prazo de quatro anos para implantar os aterros sanitários em todo o país também se mostra pequeno quando comparado com metas estabelecidas em outros países. "Se não tiver dinheiro dos Estados e da União, nem daqui a 50 anos. Municípios precisam de dinheiro para isso. Não há caixa para construir aterros", afirma o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Ele ressalta que o custo de implantação de aterros nos mais de 3 mil municípios, que precisam do serviço, custaria R\$ 70 bilhões, enquanto a arrecadação de todas as 5,5 mil cidades chega a R\$ 80 bilhões por ano. Ziulkoski explica que os prefeitos não são contra o plano, mas defende que as leis devem estabelecer planos de acordo com a realidade. "O município é o ente mais fraco. Essa é uma atribuição de todos os entes. Se não for feito em conjunto essas metas serão apenas uma 'miragem", diz o presidente da CNM.

Na Europa, os países que compõem a União Europeia tiveram 12 anos, de 1998 a 2010 para resolver o problema, mas precisaram postergar o prazo para conseguir destinar todo o lixo adequadamente.

Tribunal mantém suspensa a obra da Usina de Teles Pires. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo, Economia. 03/08/2012

Essa já é a terceira paralisação em dez meses; descumprimento renderá multa diária de R\$ 100 mil

O Tribunal Regional Federal da 1.^a Região ratificou a decisão da Justiça Federal de Mato Grosso e manteve a suspensão das obras da Usina de Teles Pires na divisa entre o Pará e Mato Grosso.

A 5.^a turma do TRF seguiu o voto do relator do recurso, desembargador Souza Prudente, e determinou, por unanimidade, a paralisação imediata do empreendimento, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

Com essa decisão, fica mantida a decisão de primeira instância que havia, em março deste ano, suspenso a licença de construção da usina e determinado a imediata paralisação da obra. É a terceira paralisação em menos de dez meses.

A Justiça Federal, do Mato Grosso, concedeu liminar, a pedido do MPF/MT, que invalidou a licença de instalação e suspendeu as obras, em especial as detonações de rochas naturais no Salto Sete Quedas, região tida como sagrada pelos índios. Para os procuradores do MPF no MT e no Pará que acompanham o caso, a Companhia Hidrelétrica descumpriu a Constituição

Federal, já que não houve autorização do Congresso Nacional para a realização da obra em terras indígenas.

Contra essa decisão, a Companhia Hidrelétrica Tele Pires S/A (CHTP) recorreu ao TRF, pedindo a derrubada da liminar e a continuidade do empreendimento. Sustentava que as comunidades indígenas foram ouvidas e que foram cumpridas todas as condicionantes impostas para a concessão da licença de instalação.

Consulta. O MPF/MT pediu a manutenção da sentença e da suspensão das obras por acreditar que a falta de consulta prévia às comunidades indígenas e a ausência de cuidado em relação ao Salto Sete Quedas mostram que não foram atendidas as recomendações da Funai. De acordo com o MPF, "não houve, durante o processo de licenciamento, a oitiva das comunidades indígenas. Além disso, não foram cumpridas as condicionantes de realização da obra".

Na região do Teles Pires, a previsão é a instalação de até seis hidrelétricas - São Manoel (747 MW), Teles Pires (1820 MW), Colíder (342 MW), Sinop (416), Magessi (53 MW), e Foz do Apiacás no rio Apiacás (275 MW). A previsão é que esse conjunto de obras movimente cerca de R\$ 20 bilhões e mais de 20 mil empregos diretos nos próximos anos.

As duas usinas que já estão em construção são as de Teles Pires e Colíder. A Teles Pires será construída no Rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós, na fronteira dos Estados do Pará e Mato Grosso, nos municípios de Jacareacanga (PA) e Paranaíta (MT).

Justiça libera retomada de obra de usina no MT. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo, Economia. 04/08/2012

Decisão judicial que parou o trabalho de 3,8 mil operários da barragem não tem validade, segundo a AGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que a decisão da 5ª turma da 1ª Região do Tribunal Regional Federal não impede a continuidade das obras da Usina hidrelétrica de Teles Pires, assegurada em liminar pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em março.

As obras da Teles Pires foram suspensa novamente no dia 1º de agosto pelos desembargadores, mantendo decisão da Justiça Federal de Mato Grosso, de março. Ainda cabe recurso à decisão.

Segundo a nota da AGU, a liminar teria validade "até o trânsito em julgado do mérito da ação que discute a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, no Mato Grosso".

Segundo o Ministério Público Federal da 1ª Região, a nota da AGU não tem validade jurídica e o que vale é a decisão da 5ª turma. O MP acrescentou que é passível a aplicação da multa diária de R\$ 100 mil caso a determinação seja descumprida.

A Companhia Hidrelétrica Tele Pires, segundo a assessoria de imprensa, ainda não havia sido oficialmente comunicada da decisão até ontem.

De acordo com a AGU, o artigo 4º da Lei nº 8.437/1992, que trata sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, determina que a suspensão deferida pelo presidente do Tribunal tem vigor até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal.

Além disso, o julgamento da 5ª Turma expedido na tarde de quarta-feira não analisava o mérito da ação.

No caso, estava sendo discutido um Agravo de Instrumento da empresa responsável pelo consórcio Teles Pires para suspender a liminar que impedia a continuidade do empreendimento expedida a favor do Ministério Público Federal.

Mas o pedido do recurso perdeu eficácia. A empresa, inclusive, solicitou a desistência do recurso. Por esse motivo, o posicionamento não altera as determinações anteriores.

O caso. A Justiça Federal de Mato Grosso concedeu liminar suspendendo as obras da usina de Teles Pires. O Consórcio recorreu com duas medidas: pedido de suspensão de segurança e a outra foi um agravo de instrumento que julgaria o mérito da ação.

O presidente do TRF 1ª Região, desembargador Olinto Menezes, derrubou a liminar e as obras foram retomadas.

Com isso, o Consórcio desistiu da ação de agravo, que foi julgada no dia 1º. A grande discussão dos magistrados foi se o agravo, com a desistência do Consórcio, deveria ser julgado ou não. Prevaleceu o entendimento que o agravo deveria ser julgado pois se tratava de uma ação de interesse público.

No final do julgamento, os membros integrantes da 5ª turma negaram provimento do agravo e com isso foi suspensa a liminar que teria validade até o julgamento do mérito da ação.

Atualmente há cerca de 3.800 trabalhadores no canteiro de obras. A usina de Teles Pires terá capacidade de gerar 1.820 Mega Watts.

O complexo é formado por 5 usinas, sendo que duas já estão em andamento (UHE Teles Pires e UHE Colíder). Outras três ainda serão leiloadas (UHE Sinop, UHE Magessi e UHE São Manoel). As usinas são independentes e cada uma é formada por um consócio.

Refinaria lançada por Lula ainda é terreno com mato – O Estado de São Paulo, Economia. 05/08/2012

SÃO GONÇALO DO AMARANTE (CE) - Dezoito meses após o lançamento da pedra fundamental pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que três dias depois passaria o cargo a Dilma Rousseff, a refinaria cearense Premium 2, apontada como prioritária pela Petrobrás, não passa de um enorme terreno abandonado. Os quase 2 mil hectares destinados ao empreendimento da petroleira não foram nem sequer cercados. Não há sinais de obra. O terreno está tomado por vegetação cerrada, cortada por trilhas e estradas esburacadas de movimento quase inexistente.

O principal entrave ao início da obra é fundiário, embora seja uma obra cara, orçada em US\$ 11,4 bilhões e a Petrobrás, em seu Plano de Negócios 2011-2016, tenha cortado R\$ 5 bilhões dos gastos destinados ao refino. Índios da tribo anacé reivindicam a área. Sem autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai), a Petrobrás não pode começar a trabalhar no terreno, embora equipes terceirizadas que realizam levantamentos arqueológicos já estejam no local. O atraso no começo da construção da refinaria já soma três anos. Em agosto de 2008, os governos federal e cearense definiram que em 2009 o terreno começaria a ser desmatado e terraplenado.

A administração Cid Gomes adquiriu por R\$ 126 milhões a área de 1.940 hectares, que engloba trechos rurais dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. O terreno integra a retroárea do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e fica a cerca de 10 quilômetro do porto, construído há dez anos para o apoio à produção da refinaria e da siderúrgica planejadas para o local desde a década de 90.

O questionamento indígena surgiu durante o processo de aquisição dos lotes do terreno. Embora nenhuma família anacé more na área, o argumento apresentado à Petrobrás e ao governo cearense é de que aquela região guarda resquícios de tradições indígenas, tendo, portanto, relevância histórica. A Funai ainda não se manifestou oficialmente sobre a polêmica, mas apoia a pretensão dos índios. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Moradores da área de Belo Monte ficam sem indenização. Aguirre Talento. Folha de São Paulo, Mercado. 05/08/2012

Famílias se queixam de terem sido expulsas de suas propriedades sem receber compensação financeira. Agricultora que foi desapropriada afirma que lucrava até R\$ 8.000 por semana na produção de cacau.

A agricultora Maria das Graças Militão, 40, lucrava até R\$ 8.000 por semana com a produção de cacau de sua fazenda, onde estão hoje as obras da futura terceira maior hidrelétrica do mundo: Belo Monte, em Vitória do Xingu (a 945 km de Belém).

Expulsa de sua casa em fevereiro por uma decisão judicial de desapropriação obtida pela Norte Energia, empresa responsável por Belo Monte, a agricultora não recebeu dinheiro nem outra casa. "Entraram com os tratores e derrubaram nossa horta", diz.

Como seu título de terra estava duplicado -outra pessoa tinha registro da mesma propriedade-, a empresa parou a negociação e acionou a Justiça para expulsá-la.

Sem renda fixa, Militão vive na casa de um amigo e vendeu o carro para sustentar o marido e quatro filhos.

A situação tem se repetido. Em tese, as famílias afetadas por Belo Monte devem receber uma indenização em dinheiro ou ser reassentadas.

Mas há vários casos de famílias removidas sem compensação e que se dizem até ameaçadas a aceitar a proposta da Norte Energia.

"Os técnicos diziam a elas: 'Ou você aceita ou vai para a rua e briga na Justiça'", afirma a defensora pública Andréia Barreto. Segundo ela, as ofertas são baixas e desconsideram algumas posses dos moradores.

A Norte Energia diz que indenizou todas as famílias contatadas.

Há dois tipos de casos de não indenização: famílias desapropriadas por ordem judicial (que rejeitaram o acordo ou tiveram problemas na documentação) e famílias que não eram donas da terra onde moravam, e a empresa não concorda com a indenização.

Na área de Belo Monte, havia 1.540 propriedades rurais. Dessas, a empresa já comprou 600.

Os problemas começaram a vir à tona nos dois últimos meses. A Defensoria Pública do Pará ajuizou 13 ações pedindo o reassentamento de pessoas excluídas da indenização. Outras dezenas de casos estão em análise.

Já houve 3 decisões liminares a favor dos moradores e 5 contrárias.

Além disso, a Norte Energia entrou com 28 ações de desapropriação. Dessas, 26 tiveram liminar pela expulsão das famílias. A indenização é depositada na Justiça, sem previsão de pagamento.

RECONHECIMENTO

O Plano Básico Ambiental, redigido pela própria empresa, diz que donos de imóveis e famílias que vivem ou trabalham no local têm direito à indenização.

Na prática, há falhas. A agricultora Suzete Silva, 27, morou por três anos com o marido e quatro filhos na propriedade de um agricultor em Vitória do Xingu. Trabalhavam na colheita de cacau.

Com o acordo entre proprietários e a Norte Energia, Suzete e a família perderam casa e emprego em janeiro, sem nenhuma indenização.

Protestos já paralisaram obra por 30 dias. Aguirre Talento. Folha de São Paulo, Mercado. 05/08/2012

A obra da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), teve início em junho do ano passado e já totalizou 30 dias parada por causa de protestos de operários, índios e ativistas ambientais.

Essas paralisações não chegaram a afetar todos os canteiros de obras.

O CCBM (Consórcio Construtor de Belo Monte) afirma que as interrupções serão compensadas ao longo do cronograma.

Atualmente, a obra está em fase de escavações na casa de força principal e de conclusão dos alojamentos internos dos operários.

O desvio do rio Xingu, necessário para fazer a água chegar à casa de força, está parado, à espera de autorização ambiental.

Empresa diz que famílias foram indenizadas. Aguirre Talento. Folha de São Paulo, Mercado. 05/08/2012

A Norte Energia, empresa responsável por Belo Monte, diz que "todas as famílias contatadas receberam" indenização para sair de casa.

A reportagem questionou a empresa sobre o caso específico das duas agricultoras, mas não obteve resposta.

Sobre as 28 ações ajuizadas na Justiça Federal pedindo a desapropriação de imóveis, a empresa diz considerar o número "muito baixo" em relação às 600 já compradas por meio de acordo.

Sobre os relatos de ameaças aos moradores durante as negociações, respondeu: "Em todos os processos de aquisição de áreas no meio rural ou urbano, negociados pela Norte Energia, existem termos de aceitação assinados pelos moradores".

Em nota divulgada anteriormente sobre o caso específico de uma das comunidades rurais, a empresa disse que "as famílias sempre tiveram tempo para tomar decisão" e que "não houve coerção ou indução".

A Norte Energia diz que o reassentamento das famílias que optaram por essa modalidade de indenização não começou porque a empresa negocia a compra dos terrenos para onde elas serão levadas.

De acordo com a empresa, o remanejamento das famílias da zona urbana de Altamira que serão afetadas pela elevação do nível do rio Xingu deverá começar em setembro. A previsão da Norte Energia é que 5.000 famílias sejam removidas de áreas de risco da cidade.

Sementes crioulas promovem a agrobiodiversidade. Leilane Alves Pereira – Site do MAPA. 06/08/2012

Ministério da Agricultura apoia bancos comunitários de sementes como estratégia para facilitar o acesso dos agricultores e fomentar o intercâmbio

Conservar e multiplicar variedades de sementes crioulas é uma atividade desenvolvida por agricultores familiares, comunidades quilombolas e indígenas em todo o Brasil. Sem passar por processo de melhoramento genético, essas sementes são resultado de um trabalho de seleção natural feito por quem observa as características das plantas por vários anos.

O analista da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Leonel Gonçalves Pereira Neto, explica que esse material pode apresentar maior resistência aos fatores climáticos adversos e adaptação a diferentes tipos de solos. "Temos sementes de milho coletadas há mais de 40 anos em nossa coleção de base. O material é preservado e pode ser usado para resgatar espécies que forem perdidas ou deixaram de ser tão produtivas em determinados tipos de clima e solo", ressalta.

Entre as variedades crioulas, existem sementes de milho, feijão, arroz silvestre, cucurbitáceas (da família das abóboras), fava (tipo de leguminosa), entre outras. Algumas possuem características ecológicas e nutricionais que podem contribuir significativamente para a autonomia, a segurança alimentar e aumento de renda quando disponibilizadas aos agricultores familiares.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em conjunto com vários parceiros nacionais e estaduais, mantém o programa de Bancos Comunitários de Sementes de Aduvos Verdes, que também contribui para o incremento e conservação de recursos genéticos da agrobiodiversidade e, conseqüentemente, com o trabalho dos guardiões de sementes.

"O apoio à formação e manutenção de bancos comunitários de sementes é uma importante estratégia para colaborar com a tradição que já existe em muitas comunidades rurais de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, de semear e preservar sementes crioulas", afirma Jorge Gonçalves, da Coordenação de Agroecologia do Mapa.

Juntos, os bancos comunitários e os guardiões de sementes promovem a segurança alimentar, estimulam a organização dos agricultores e a valorizam os produtos da sociobiodiversidade. No caso específico das sementes de espécies de adubos verdes, o programa de bancos comunitários facilita o acesso dos agricultores ao material que dificilmente é encontrado no mercado. Além disso, promove a conservação e uso de espécies florestais nativas.

Conservação

A pesquisadora Terezinha Dias, também da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, define os guardiões de sementes como “agricultores que se destacam dos demais por serem grandes conservadores da diversidade de cultivos, que são identificados e reconhecidos pela comunidade a qual pertencem”. Segundo ela, eles são pessoas-chave para o repasse de conhecimentos tradicionais relacionados à agricultura.

Regional

O programa de Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes envolve principalmente agricultores e técnicos da assistência técnica e extensão rural. Atualmente, 1,5 mil agricultores participam da iniciativa em 15 estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, RJ, MG, ES, BA, PB, PI, AC, MS, MT, TO e DF). Atualmente, são apoiados 300 bancos comunitários e familiares de sementes. A meta, até 2015, é apoiar 800 bancos.

Recentemente, um levantamento da Embrapa identificou 70 guardiões de sementes em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. O estudo caracterizou funções agronômicas e nutricionais de cem cultivares crioulas de culturas como milho, feijão e cucurbitáceas. Entre estas, foram selecionadas 30 coleções com características especiais para multiplicação e redistribuição a mais de 20.000 agricultores do estado, ação fundamental para retomar o conhecimento tradicional de seleção de plantas e sementes pelos agricultores familiares.

Agronegócio sustentável é discutido em SP. Sophia Gebrim – Site do MMA. 06/08/2012

Lideranças do setor defendem a formulação de políticas que busquem a garantia de segurança alimentar e energética.

A oferta de alimentos e de energia renovável de forma sustentável foi defendida pelo secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Guilherme Cabral, na manhã desta segunda-feira (06/08) no 11º Congresso Brasileiro do Agronegócio, em São Paulo. O evento, promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), reúne representantes das mais diversas cadeiras produtivas do agronegócio, entre governo, associações públicas e empresas nacionais e internacionais.

"O Brasil, que hoje é líder na produção mundial de alimentos, está investido cada vez mais em práticas agrícolas sustentáveis, com a preservação do meio ambiente e inclusão social", destacou Cabral, que representou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante a abertura do encontro. Para ele, do ponto de vista legal, a nova Lei Florestal abrirá o espaço necessário para avançar cada vez mais em medidas que garantam a produção sustentável de alimentos no país.

ESPÉCIES NATIVAS

Às 17h30, Paulo Cabral participa do painel "Políticas Públicas e Brasil Ofertante de Alimentos e de Energia". O incentivo à produção de espécies nativas, como forma de gerar renda e inclusão social, além da preservação ambiental, será um dos pontos abordados pelo secretário do Ministério do Meio Ambiente. "Podemos dizer que um dos diferenciais do agronegócio brasileiro está na produção de espécies nativas com uso econômico, que agregam valor à nossa produção de alimentos e competitividade ao setor", diz.

A evolução econômica do setor, com ênfase na renda gerada e consumo de alimentos nos últimos anos, foi tema de painel, na manhã desta segunda, que contou com a participação do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho. Lideranças dos mais diversos setores da cadeia produtiva do agronegócio também destacaram as necessidades para evolução do setor e a necessidade de formulação de políticas que busquem a garantia de segurança alimentar e energética.

Inventário de florestas pode sair do papel. Giovanna Girardi – O Estado de São Paulo. 06/08/2012

Fundo Amazônia repassará R\$ 65 milhões para o Serviço Florestal Brasileiro mapear a vegetação na Amazônia a partir do ano que vem

O plano de criar o Inventário Florestal Nacional - que começou a ser elaborado em 2005, foi anunciado em 2010 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), mas ainda não avançou - acaba de receber um aporte financeiro que poderá fazê-lo, enfim, deslanchar, a partir de 2013.

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão do MMA responsável pelo levantamento, receberá R\$ 65 milhões do Fundo Amazônia - administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e que conta com doações de outros países, como a Noruega.

O objetivo do inventário é conhecer todas as florestas brasileiras em qualidade e quantidade, com base na coleta de dados diretamente em campo. O dinheiro do fundo será aplicado somente para o levantamento da heterogênea vegetação do bioma Amazônia - lá serão recolhidas informações em cerca de 7 mil pontos amostrais. Mas a expectativa é que, desse modo, outros recursos possam ser direcionados para o resto do País. A previsão é de que os trabalhos em campo comecem em meados de 2013.

O único inventário de florestas já feito no Brasil é da década de 80, e o principal objetivo na ocasião era conhecer os estoques de madeira das florestas naturais e plantadas. A intenção agora é formar um panorama detalhado do que hoje é visto apenas como cobertura florestal.

De acordo com o SFB, serão identificadas as espécies arbóreas, o estoque de biomassa e carbono, a qualidade dos solos, o nível de degradação das florestas e a saúde das árvores.

Esses dados poderão mostrar, por exemplo, as características da vegetação em áreas que foram desmatadas no passado, mas que agora encontram-se em processo de regeneração. O que pode servir, depois, para a formulação e a implementação de políticas públicas.

Bolsa Verde prioriza busca ativa. Sophia Gebrim – Site do MMA. 07/08/2012

MMA usará ferramenta do governo federal que procura levar o Estado ao cidadão, alcançando aqueles que não acessam os serviços públicos.

O Comitê Gestor do Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde teve sua segunda reunião nesta terça-feira (07/08), no Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília. Segundo a diretora do Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Cláudia Calório, para a expansão dessa ação governamental, será necessário o aprofundamento da busca ativa.

Trata-se de uma ferramenta do governo federal que procura levar o Estado ao cidadão, alcançando aqueles que não acessam os serviços públicos e vivem fora de qualquer rede de proteção social e que de alguma forma tem dificuldade de acesso aos programas sociais. Dessa forma, será possível avançar no número de beneficiários e garantir a inclusão de todas as famílias com o perfil da ação.

O Comitê Gestor do Programa Bolsa Verde foi instalado no dia 30 de maio deste ano. Tem por finalidade elaborar o planejamento do programa, compatibilizar o número de famílias beneficiárias com os recursos disponíveis e indicar áreas prioritárias para a implementação das ações. Também vai elaborar e aprovar o regimento interno do programa. Inicialmente estão previstas reuniões mensais, até que seja aprovado o regimento interno, que definirá a periodicidade dos encontros.

EXTREMA POBREZA

Criado em setembro de 2011, o Bolsa Verde concede, a cada trimestre, benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas socioambientais prioritárias. Na prática, pretende-se incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável), a promoção da cidadania e melhoria das condições de vida e elevação da renda da população, com ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

Participaram também do encontro o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Paulo Cabral, coordenador do Comitê, representantes dos ministérios da Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Agrário, além de convidados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria do Patrimônio da União e Fundação Nacional do Índio (Funai).

Frente defende agroecologia. Rafaela Ribeiro – Site do MMA. 08/08/2012

Ministra defende que assunto é prioridade, não só pela questão do meio ambiente por causa da sustentabilidade, mas por produzir alimentos mais saudáveis.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, destacou, nesta quarta-feira (08/08) que o Brasil está em um momento excepcional do debate sobre a agroecologia: "Acredito que estamos na reta final da discussão, no âmbito do governo, do que seria o Programa Nacional de Agroecologia. Nós entendemos que é um dos assuntos prioritários não só pela questão do meio ambiente por causa da sustentabilidade, mas por produzir alimentos mais saudáveis". Para ela, o acesso aos produtos orgânicos não pode ficar restrito às pessoas com maior poder aquisitivo. "As práticas já existem no Brasil, precisamos ganhar escala",

acrescentou. As declarações foram dadas durante o lançamento da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, que aconteceu na Câmara dos Deputados.

A agroecologia e produção orgânica consistem em alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos, nem adubos químicos ou hormônios. Conseqüentemente, esses alimentos não agredem a natureza e mantêm a vida do solo inalterada. "Além de aspectos ambientais, a atividade considera aspectos sociais, éticos e políticos da agricultura, valoriza os saberes populares, o modo de vida camponês e a economia solidária e ecológica", explica a deputada Luci Choinacki (PT-SC), idealizadora da frente. "A sociedade deve se preocupar com os alimentos que vão para as suas casas. O alface, o feijão, não nascem no supermercado, passam por um longo processo até chegar ali".

A ministra ainda declarou ser uma consumidora sustentável e permanente dos orgânicos. Para ela, o grande desafio da agenda ambiental é ser traduzida para a realidade do cidadão comum e oferecer uma condição de bem estar e qualidade de vida: "Todos os brasileiros podem entender o seu significado e praticar isso no seu dia-a-dia", disse.

Eletrobras fecha acordo com países vizinhos. Marta Nogueira – Valor Econômico. 08/08/2012

A Eletrobras vai assinar este mês memorando de entendimento entre empresas e governos da Guiana, Guiana Francesa e Suriname para o desenvolvimento de estudos de aproveitamento do potencial hídrico dos três países para a geração de energia de forma integrada. A afirmação foi feita pelo superintendente de operações no exterior da Eletrobras, Sinval Zaidan Gama. A ideia, segundo o executivo, é analisar a possibilidade de escoar a produção de energia dos três países para o Brasil, além do Caribe e Venezuela.

Gama afirmou que, em princípio, está sendo analisada a construção de duas usinas hidrelétricas na Guiana, no rio Mazaruni, e uma no Suriname, no rio Aperi, que somariam total de 3 mil megawatts (MW) de potência. No entanto, pondera que o potencial das usinas, a construção de linhas de transmissão e os investimentos necessários serão definidos nos próximos quatro anos.

Segundo Gama, o objetivo da estatal é contribuir com o desenvolvimento da Guiana, Suriname e Guiana Francesa, oferecendo conhecimento e tecnologia. "Por outro lado, temos possibilidade de conectar esse sistema ao brasileiro", disse. O executivo participou ontem do Seminário Internacional de Integração Elétrica da América do Sul, organizado pelo Grupo de Estudo do Setor de Energia Elétrica (Gesel), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Estudos de viabilidade já estão sendo feitos na Guiana por duas empresas brasileiras: Queiroz Galvão e OAS. Já no Suriname, a EBS, estatal do setor elétrico do país, lançou um edital para a contratação de empresas para a elaboração desses estudos. "O BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] vai financiar o governo da Guiana e do Suriname a contratar esses estudos, que são caros", disse Gama, que não revelou o valor do aporte.

Gama explicou que na conferência Rio+20, em junho, a Eletrobras assinou memorandos de entendimento individualmente com os três países. Um dos memorandos foi com o governo da

Guiana, outro com a EBS, do Suriname, e o terceiro com a Électricité de France (EDF), da Guiana Francesa.

Ruralistas avançam na destruição do Código Florestal. Daniele Bragança – Site do MST. 09/08/2012

Após adiamentos e muita discussão, a comissão mista que analisa a medida provisória do código florestal não conseguiu votar hoje parte dos destaques apresentados pelos parlamentares. O saldo do primeiro dia de votação foi negativo para os ambientalistas, que tiveram rejeitadas 6 das suas emendas mais importantes e ainda perderam o principal embate do dia: o destaque que tira a proteção dos rios intermitentes foi aprovado pela comissão.

Por 15 a 12, os ruralistas retiraram o status de Área de Preservação Permanente naqueles rios que secam em determinado período do ano, chamados intermitentes. Portanto, só haverá proteção de mata ciliar, e a obrigatoriedade de recompor essa área caso tenha sido desmatada, nos rios cujo leito não seca: os rios perenes. A emenda é de autoria do deputado Geovanni Queiroz (PDT-PA).

O senador Jorge Viana (PT-AC) chamou a votação de desastrosa. “Metade dos rios vai ficar sem proteção e isso compromete toda a rede hidroviária. Os rios não perenes são os pequenos ou as nascentes. Se eles não forem preservados, todos os outros estão em risco. É de uma irresponsabilidade alarmante”, disse Viana.

A senadora Kátia Abreu, um dos principais membros da bancada ruralista, negou que a decisão signifique o fim desses rios. “Se fosse assim a Europa não tinha uma gota d’água, porque lá não existe área de preservação. A relação não é direta assim: não tem árvore, não tem água”, afirmou.

Em nota técnica publicada em maio deste ano, a Agência Nacional das Águas (ANA) alertava para a importância dos rios intermitentes para as bacias hidrográficas: “É importante salientar que os canais intermitentes são importantes na geração do escoamento direto em uma microbacia e a proteção destes canais é imprescindível para a manutenção da saúde da microbacia”.

A nota foi publicada na época em que se estava discutindo o possível veto da presidente Dilma ao projeto de Reforma do Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados. Segundo a ANA, do ponto de vista dos recursos hídricos, o antigo Código Florestal de 1965 era o mais adequado para definir as faixas de proteção permanente ao longo dos cursos d’água. Mesmo com o alerta de um órgão estatal, o governo diminuiu as faixas de proteção nos rios.

Pousio sem limites

Outra vitória da bancada ruralista foi a alteração da regra do pousio - prática de interrupção temporária das atividades agropecuárias da área produtiva, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo.

A Frente Parlamentar Agropecuária queria a retirada do tempo máximo de 5 anos para a prática do pousio. No texto do relator Luiz Henrique, além do tempo limite, havia a regra do pousio ser

utilizado em apenas 25% da área rural. Após discussão entre o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que queria a suspensão do tempo máximo, e o senador Jorge Viana (PT-AC), que defendeu a manutenção do tempo, argumentando que a retirada da regra traria insegurança jurídica, pois afetaria a noção de áreas abandonadas, o relator fez um acordo: retirou do texto a regra de 25% e, em troca, manteve a regra do prazo máximo de 5 anos. Na prática, uma fazenda poderá ficar 5 anos 100% improdutiva e não estará sujeita a reforma agrária.

Além desses dois pontos, mais três emendas foram votadas. Uma delas propunha retirar do texto a definição de áreas úmidas, como o Pantanal, e foi rejeitada. Outra que propunha excluir a definição de áreas abandonadas foi aprovada. Os parlamentares aprovaram ainda emenda que incluiu a definição de créditos de carbono.

Assim, na sessão desta tarde, só houve tempo de apreciar 5 destaques. Os ruralistas conseguiram aprovar os três de sua iniciativa.

Nesta quinta-feira, a reunião será retomada para análise das 32 emendas restantes. Dessas, 28 são de parlamentares ligados ao agronegócio e 9 de deputados e senadores que têm atuação ligada a questões ambientais. Inicialmente, os ruralistas queriam a aprovação de 20 destaques e os ambientalistas lutavam por 15. Hoje cedo, mais de 300 emendas à MP foram rejeitadas em bloco. Um acordo entre os líderes permitiu a exclusão de 306 das 343 emendas apresentadas pelos parlamentares.

BNDES e Finep lançam plano de R\$ 3 bi para pré-sal. Chico Santos – Valor Econômico. 09/08/2012

Nota atualizada às 12h21 para deixar claro que, diferente do que tinha sido publicado anteriormente, a Finep e o BNDES são responsáveis pelo Programa de apoio à inovação no pré-sal e não a Petrobras, que dará apoio técnico na escolha e acompanhamento dos candidatos ao programa.

O governo decidiu acelerar seu projeto de utilizar a exploração de petróleo na camada pré-sal como plataforma para a virada tecnológica da economia brasileira. Na segunda-feira, na sede da Petrobras (centro do Rio) será lançado o programa Inova Petro, com disponibilidade inicial de R\$ 3 bilhões a serem desembolsados até 2016 pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pelo BNDES em partes iguais. Os recursos serão alocados na forma de empréstimo, de subvenção e de participação acionária e poderão ser ampliados na medida da demanda.

De acordo com a mecânica traçada para o funcionamento do programa, a Finep ficará responsável pela distribuição dos recursos sob forma de subvenção (fundo perdido), crédito e também pelo estímulo à articulação entre universidades e empresas. Ao BNDES caberá a alocação de recursos pelas vias do empréstimo e da participação acionária. A Petrobras dará apoio técnico, participando da análise dos projetos que se candidatarem, além de analisar os planos de negócios dos proponentes, podendo garantir demanda futura dos equipamentos e serviços, além de dar apoio técnico durante o desenvolvimento do projeto.

"Uma parte importante da fronteira tecnológica mundial e das necessidades de novos materiais estará aqui, na nossa Costa", explica João De Negri, diretor de Inovação da Finep, justificando o esforço que será feito para, por intermédio da exploração do pré-sal, impulsionar a capacidade tecnológica brasileira.

A ambição do governo é que ao longo dos até 60 anos estimados para a exploração do pré-sal as empresas brasileiras que busquem investir em tecnologia possam no futuro disputar mercados com as grandes empresas de serviços e gerenciamento de obras do setor, como a francesa Schlumberger e a americana Baker Hughes. Admitindo os riscos da empreitada e o longo prazo de maturação, "o Estado vai compartilhar esse risco", disse o diretor da Finep.

De Negri, cuja equipe liderou a formatação do programa, compara o pré-sal, dados os desafios envolvidos e as necessidades de novas tecnologias, equipamentos e formação de pessoal, à corrida espacial que levou o homem à lua. Ele avalia que, assim como as tecnologias desenvolvidas pela Nasa, a agência espacial americana, se espraíram por vários ramos da atividade humana, o mesmo ocorra com o pré-sal.

As condições e limites de cada forma de apoio serão divulgadas na segunda-feira. Já está definido que vão participar dos processos de seleção empresas ou grupos econômicos brasileiros com receita operacional bruta superior a R\$ 16 milhões. É certo também que os projetos terão que ser integralmente desenvolvidos em território nacional e que não serão aceitos projetos de tropicalização ou internalização de tecnologias embora se admita parcerias com empresas estrangeiras para absorção de tecnologia.

Ruralistas derrotam governo e reduzem proteção de rios. O Globo. 09/08/2012

Vitória foi na votação da MP do Código Florestal em comissão do Congresso; Planalto suspende votações

O governo sofreu nova derrota nesta quarta-feira na votação da medida provisória do Código Florestal, na Comissão Mista do Congresso. Os parlamentares da bancada ruralista derrubaram, por 15 votos a 12, as Áreas de Proteção Permanente (APPs) nas margens de rios intermitentes, numa mudança considerada desastrosa pelos parlamentares ambientalistas.

Temendo “uma bofetada ainda maior”, como disse nesta quarta-feira à noite um governista, o Palácio do Planalto suspendeu a sessão da comissão marcada para esta quinta-feira, na qual seria retomada a votação de propostas de alteração do parecer do relator, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC). O governo já cogita até deixar a MP perder validade, o que ocorrerá no dia 8 de outubro, para evitar um estrago irreversível no Código Florestal.

— Metade dos rios brasileiros vai ficar sem proteção. Isto é um desastre. Muitos rios são formados assim, alimentados por esses outros que não são perenes. É a mais desastrosa votação para o meio ambiente — lamentou o senador Jorge Viana (PT-AC), integrante da comissão.

— É uma insensatez total. Primeiro a bancada ruralista queria flexibilizar a exigência de recuperação de áreas desmatadas. Agora, eles querem ampliar no texto as possibilidades de desmatamento. Essa MP vai ficar dez vezes pior do que o texto aprovado pela Câmara — disse o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), referindo-se ao projeto de lei que teve trechos vetados pela presidente Dilma Rousseff.

Autor da emenda que tira a proteção dos rios intermitentes, o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) afirmou, em sua justificativa, que o objetivo é acabar com “abusos que já acontecem por parte de órgãos ambientais que passaram a exigir a manutenção de faixas de APPs à margem de cursos provisórios existentes em razão das chuvas”.

Depois de concluída a votação na Comissão Mista, se a mudança for mantida, a MP ainda precisa ser votada nos plenários da Câmara e do Senado. Como os ruralistas são maioria na Câmara, eles terão a palavra final no Congresso. A medida provisória foi editada para suprir vácuos legais deixados depois que Dilma vetou trechos do novo Código Florestal aprovado pela Câmara, que reduziu a proteção ambiental.

Outra derrota imposta nesta quarta-feira ao governo pelos ruralistas foi a retirada do texto do conceito de área abandonada. O temor da bancada ruralista era a criação de uma brecha para desapropriação de terras para a reforma agrária.

— O Ministério da Reforma Agrária não tem mais terra para desapropriar. Colocar esse conceito no Código Florestal é uma mistura clara da área ambiental com a fundiária — justificou o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC).

Mas o governo e os verdes conseguiram uma vitória ao impedir a exclusão do texto do conceito de “áreas úmidas e de sua proteção”. Esses pantanais e florestas inundadas são considerados importantes para a preservação das aves migratórias e apresentam alta biodiversidade.

E houve acordo para fixar em cinco anos o prazo máximo para a prática de pousio (interrupção do cultivo) e retirar do texto o limite de 25% da propriedade nessa condição. De início, os ruralistas não queriam fixar prazo, mas os governistas temiam que isso fosse utilizado para mascarar terras improdutivas.

Como não haverá sessão nesta quinta-feira, se permanecer o impasse, os governistas podem optar pela perda de validade da medida provisória.

Parecer da AGU é favorável à taxa de mineração cobrada por Minas Gerais. Zínia Baeta – Valor Econômico. 09/08/2012

A Advocacia-Geral da União (AGU) deu um parecer favorável à cobrança da taxa de mineração pelo Estado de Minas Gerais. O tributo, instituído por lei no ano passado e cobrado desde abril, é contestado no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Além de Minas, a entidade questiona por meio de ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) taxas semelhantes instituídas também neste ano pelo Pará e Amapá. A nova cobrança significará uma arrecadação em torno de R\$ 500 milhões por ano para Minas e R\$ 800 milhões anuais ao Pará. Para o Amapá, a estimativa é de R\$ 150 milhões.

Por ser tratar de uma Adin, a AGU é chamada a expor ao Supremo o seu entendimento sobre a discussão. Apesar de ter a obrigação legal de defender a lei questionada no STF, mesmo que seja estadual, advogados afirmam que hoje a AGU tem liberdade - por jurisprudência do próprio tribunal - para defender seu ponto de vista, ainda que contrário, quando o tema passa por questões que afetem a competência da União. Por isso, a posição favorável, nesse caso, poderia ser considerada importante, pois um dos argumentos da Adin seria o de que somente a União poderia legislar sobre atividades minerárias.

No parecer de 6 de agosto, assinado pelo advogado-geral Luís Inácio Adams, o órgão defende a constitucionalidade da lei mineira, exceção apenas para o artigo 7 da norma, que prevê isenção para os minérios destinados à industrialização no Estado. Adams, dentre outros pontos, afirma que a Constituição autoriza os Estados a fiscalizar concessões de direitos de pesquisa e

exploração de recursos hídricos e minerais situados em seus territórios, a participar no resultado da exploração ou a receber compensação financeira por essa exploração, como forma de indenização pelos danos decorrentes das atividades.

O advogado que assina a Adin proposta pela CNI, Gustavo Amaral, afirma que o papel da AGU nesse caso é o de defender a lei, por isso, sempre se espera a manifestação em contrário do órgão a uma Adin. Para ele, o mais importante será o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), cujo papel é o de opinar pela procedência ou não dos argumentos de uma Adin. O advogado também afirma que o entendimento da AGU é perigoso, pois dá a entender que é possível a criação de taxas para fiscalizar a arrecadação.

"É o mesmo que criar uma taxa para o Estado fiscalizar o pagamento de ICMS ou do Imposto de Renda", exemplifica. Amaral também critica o fato de a AGU não ter se posicionado sobre a projeção de arrecadação pelos Estados, o que "extrapolaria a noção do razoável" para o custo do serviço, no caso a fiscalização.

O resultado do parecer foi comemorado pelo vice-governador do Pará, Helenilson Pontes (PPS). Segundo ele, se a própria União reconhece que não tem competência exclusiva sobre o assunto, o parecer ganha extrema importância e coloca a "discussão em um novo patamar". Apesar de o entendimento ser em relação à lei de Minas Gerais, Pontes diz que as normas são parecidas, exceto pelo artigo 7 da legislação mineira. Segundo ele, atualmente, apenas a Vale - que é a maior contribuinte da taxa para o Estado - não está recolhendo o tributo, pois o discute na Justiça.

A Advocacia-Geral do Estado (AGE) de Minas Gerais afirmou, por meio de nota, que "a AGU corroborou o entendimento do Estado acerca da constitucionalidade da taxa". A AGU informou que ainda foi intimada em relação à ação que envolve a lei paraense.

Ruralistas saem à frente na MP do código. Yvna Sousa – Valor Econômico. 09/08/2012

A comissão de deputados e senadores que analisa a Medida Provisória (MP) do Código Florestal realiza nova reunião na manhã de hoje para retomar a análise de destaques ao texto, que podem alterar o conteúdo final. O saldo da votação de ontem indica vitória da bancada ruralista, o que acendeu o sinal amarelo para o governo e para os ambientalistas.

No total, foram apreciados cinco destaques, sendo que foram aprovados três deles de iniciativa dos ruralistas.

A modificação mais significativa reduz drasticamente as Áreas de Preservação Permanente (APP) às margens de rios. Uma alteração na redação do texto estipula que a preservação só precisa ser feita ao longo de rios perenes, isto é, retira a exigência para os rios que secam em determinadas épocas do ano.

"Foi o maior desastre que poderia acontecer", sentenciou o senador Jorge Viana (PT-AC). "Mais da metade dos rios brasileiros não são perenes. É um retrocesso, inviabiliza a política ambiental". Na avaliação do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), "do jeito que está, a MP vai ficar dez vezes pior do que o texto aprovado pela Câmara" e que foi vetado pela presidente Dilma Rousseff.

"Foi um resultado muito duro", admitiu um deputado governista. Ontem à noite, o Palácio do Planalto convocou uma reunião urgente entre ministros da área e parlamentares para discutir a estratégia que seria adotada hoje.

Após a sessão, alguns membros da Comissão levantaram a possibilidade de deixar a MP, que vende em 8 de outubro, perder a validade, uma vez que levar adiante a votação poderia significar retrocessos na legislação ambiental.

A proposta ainda precisa ser aprovada pelo plenário das duas Casas. A avaliação é de que na Câmara a disputa pode ser ainda mais dura, pois os deputados ruralistas conseguem maioria, e poderia não haver tempo hábil para modificar o texto no Senado.

Outra alteração aprovada ontem flexibiliza a regra do pousio, prática de interrupção temporária das atividades agropecuárias para recuperação do solo. No texto do relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), o pousio deveria ser praticado em um prazo máximo de cinco anos e só poderia ocupar até 25% da propriedade. Para viabilizar a votação, o relator acatou destaque feito pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) e retirou a previsão de área máxima destinada à técnica.

Outra proposta dos ruralistas aprovada retirou do relatório de Luiz Henrique a definição de área abandonada. A única emenda dos ambientalistas aprovada foi a que inclui o conceito de crédito de carbono na legislação ambiental.

Mais que carta de intenções. Malu Nunes – Valor Econômico. 09/08/2012

Mesmo antes de a Rio+20 começar, a previsão era de que não seria firmado um acordo oficial expressivo entre os países. Entretanto, mesmo assim, o documento final ficou abaixo das expectativas, sendo o mínimo denominador comum. O alento é que outros setores sociais estão assumindo papéis e responsabilidades em direção à sustentabilidade.

O documento final gerado, intitulado "O Futuro que Queremos" e aprovado por mais de 190 países, é um texto conciliatório. Em linhas gerais, é uma carta de muito boas intenções, reafirmando compromissos anteriores e fortalecendo os dois temas centrais da conferência: a transição para uma economia verde no contexto da preservação do meio ambiente e da biodiversidade, na perspectiva da erradicação da pobreza e das desigualdades; e o estabelecimento de quadro institucional (instrumentos de governança) para que se implemente o desenvolvimento sustentável.

Foi animador acompanhar durante a Rio+20 resultados práticos de iniciativas voluntárias ou setoriais

Como apenas intenções não bastam, o documento final foi frustrante. Embora se pudesse prever que a crise econômico-financeira nos Estados Unidos e na Europa seria usada como justificava aos poucos avanços, era esperado um empenho maior dos negociadores da conferência para que fossem definidos alguns compromissos, metas e caminhos mais certos.

Por exemplo, uma das propostas não finalizadas foi o estabelecimento de metas de desenvolvimento sustentável para substituir os objetivos do milênio (ODM). Essa

responsabilidade ficou delegada para a Assembleia Geral da ONU, que terá até 2015 para finalizar isso, pois esse é o prazo de validade dos atuais ODM.

O texto também prevê diretrizes para o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com maior orçamento e representatividade, mas a definição final sobre isso será conhecida na Assembleia Geral da ONU. Ainda é incerto se o Pnuma se tornará uma agência especializada nos moldes da Organização Mundial da Saúde (OMS) ou Organização Mundial do Comércio (OMC), o que possibilitaria ao órgão muito mais influência.

O documento final reforça ainda a importância da proteção dos mares e oceanos, porém, a definição de sistemas que garantam a conservação da biodiversidade em águas internacionais foi adiada.

Em resumo, mais uma vez os governantes postergaram decisões importantes para que os países possam suplantar os desafios da desigualdade social e da degradação ambiental do planeta. Eles sabem o que é preciso fazer, mas estão demorando a agir.

Por outro lado, foi animador acompanhar durante a Rio+20 vários resultados práticos de iniciativas voluntárias ou setoriais. Segundo dados oficiais da ONU, foram firmados mais de 700 acordos que incluem governos, empresas, universidades e sociedade civil.

Um exemplo foi o compromisso dos oito maiores bancos de desenvolvimento multilateral do mundo de prover mais de US\$ 175 bilhões durante os próximos dez anos para apoiar transportes que emitem menor índice de carbono nos países em desenvolvimento.

Outro legado foi a Cúpula dos Prefeitos - formada pelos 59 prefeitos das maiores cidades do mundo, integrantes do grupo C40 - que se comprometeram a reduzir suas emissões de gases do efeito estufa em cerca de 1,3 bilhão de toneladas até 2030.

As discussões de capital natural também são uma porta aberta para o fortalecimento de estratégias de conservação da natureza que valorizam quem protege a natureza, como o pagamento por serviços ambientais (PSA). A vantagem e o diferencial do instrumento econômico de PSA em relação a outras ferramentas de conservação é que ele possibilita colocar os provedores de um serviço ambiental - como um pequeno agricultor - à frente do processo de conservação. Um exemplo de iniciativa neste sentido é o Projeto Oásis, que teve sua expansão nacional lançada durante a Rio+20, e que premia financeiramente proprietários de terras que conservam suas áreas naturais e de mananciais, e que adotam práticas conservacionistas de uso do solo. Como toda a sociedade se beneficia dos serviços ambientais gerados pela conservação de áreas naturais nessas propriedades, nada mais justo do que os proprietários serem reconhecidos por isso.

Esses exemplos e outras iniciativas de indivíduos e da sociedade civil ajudam a manter a esperança e minimizam a falta de ação dos governantes dos países, porém não resolvem todos os problemas. Sem uma mudança profunda nos modelos decisórios, não haverá como atingir resultados futuros que garantam a sustentabilidade. Portanto, o importante agora é assegurar que os compromissos assumidos pelos países avancem e sejam implementados seguindo ao que foi proposto e dentro do calendário estabelecido. Sendo assim, só daqui a alguns anos é que será possível fazer um balanço acertado da Rio+20: futuramente, saberemos se a conferência gerou resultados práticos ou se o documento "O Futuro que Queremos" não passou de uma mera carta de intenções.

A esperança é que agora, pós-Rio+20, os governantes do Brasil comecem a reconhecer, interna e externamente, a proteção da natureza como prioritária para o próprio desenvolvimento do Brasil. Também é importante que atuem com marcos regulatórios para fortalecer as iniciativas exemplares, incentivando todos os setores da sociedade a seguirem um caminho em respeito ao meio ambiente. Tudo isso é fundamental para assegurar que o Brasil realmente faça a sua parte e contribua para que os compromissos assumidos pelos países na Rio+20 avancem e sejam implementados seguindo a que foi proposto e dentro do calendário estabelecido.

Malu Nunes é engenheira florestal, mestre em Conservação da Natureza e diretora executiva da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza.

Alemanha aposta na revolução energética. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 09/08/2012

Em maio, num sábado ensolarado de verão, durante o feriado de Pentecostes, a energia solar supriu um terço da demanda por eletricidade da Alemanha

A Alemanha está perseguindo um cenário energético sem usinas nucleares e com mais energias renováveis. Na primeira metade deste ano, vento, sol, água e até lixo responderam por 25% da matriz elétrica alemã. A maior economia da Europa, com mais de 80 milhões de habitantes, indústria competitiva e invernos rigorosos, aposta em uma revolução energética sem precedentes e parece estar tendo sucesso.

Em maio, durante o feriado de Pentecostes, a energia solar supriu um terço da demanda por eletricidade do país. "Foi um sábado ensolarado e era feriado, muita gente estava fora de casa e o consumo de energia foi menor", relativiza Katharina Umpfenbach, especialista em políticas de energias renováveis do Ecologic Institute, um think tank alemão de pesquisas ambientais. "Mas é um indicador forte que vamos chegar lá."

"Lá" é um lugar onde se produz muita energia a partir de aerogeradores e placas de energia solar, algumas hidrelétricas e biomassa. Neste caminho de muitos desafios há dois bem grandes: como eliminar a energia nuclear sem emitir mais CO2 e como produzir energia no inverno, quando não há sol, o frio é intenso, os dias são curtos e escuros e o consumo energético é muito maior.

De fato, no começo de fevereiro, o mês tradicionalmente mais frio na Alemanha, o país arriscou sofrer um blecaute. Com oito de suas 17 usinas nucleares fechadas logo depois do desastre nuclear de Fukushima, no Japão, o cenário se complicou com o frio afetando as entregas de gás da Rússia. Além disso, a maioria das nucleares fechadas ficavam no Sul, onde estão os centros industriais - distantes, por sua vez, das eólicas do Norte e das usinas de gás e carvão, reportou à época o "Financial Times". Sem reservas energéticas e com a demanda mais forte pelo inverno, a logística ficou difícil.

Por outro lado, a solução renovável que o país busca para substituir seus cerca de 20 gigawatts de capacidade de geração nuclear - com 8 gigawatts já desativados - é uma trilha de êxitos no verão. A fatia de energias alternativas na matriz alemã vem crescendo. Segundo a BDEW, a associação da indústria de energia e operadores de rede, a Alemanha bateu recordes na produção de energias verdes no primeiro semestre de 2012 - 67,9 bilhões de quilowatts-hora e um

crescimento de quase 20% em relação ao mesmo período do ano anterior. Eólica é de longe a nova fonte mais importante (9,2% de participação dentro das renováveis), seguida de biomassa (5,7%) e solar (5,3% com painéis fotovoltaicos) que é a energia que mais cresce e superou a hidrelétrica (4,0%) no suprimento da demanda. A meta alemã para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis é de 35% em 2050. "Mas do jeito que está agora parece que vamos conseguir atingir este objetivo antes", comemora a cientista política Katharina Umpfenbach.

"Neste momento, temos cerca de 25% de energia renovável e algumas vezes, quando há muito vento e sol, temos mais energia do que precisamos. Por outro lado, quando não há vento e sol, temos que comprar energia", disse o ministro de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, Dirk Niebel, durante a Rio+20, segundo relato do repórter Rodrigo Polito. A energia nuclear responde por 28% da matriz energética alemã. Niebel garantiu que as centrais nucleares que serão desativadas até 2022 serão substituídas por parques eólicos, hidrelétricas e painéis solares. "Vamos substituir por essas fontes", disse.

Esta mudança de rota, de menos nucleares e mais sol, vento e biomassa, é prioridade no governo de Angela Merkel. Não foi assim no começo de sua gestão, quando ela apoiava a energia nuclear com entusiasmo e reviu a decisão do governo anterior - uma coalizão entre verdes e sociais democratas que queria o fim das usinas nucleares na Alemanha até 2020. Merkel afirmava que energia nuclear era uma "ponte necessária" para um futuro com mais renováveis, e que a Alemanha continuaria assim por mais tempo. A decisão foi bastante impopular e só piorou com as grandes manifestações do pós-Fukushima. A premiê teve que voltar atrás, fechar logo oito usinas e decidir pelo fim da energia nuclear na Alemanha até 2022.

A liderança alemã na tecnologia verde de geração de energia começou há duas décadas, com a política de estímulo às renováveis conhecida por feed-in-tariffs, a FIT. Por este mecanismo, fornecedores de energia renováveis na rede trabalham com garantia de preço por 20 anos. Qualquer alemão, desde 1991, poderia instalar placas de energia solar no teto de sua casa e jogar energia na rede - e conseguir um preço melhor por isso do que aquele que paga ao consumir eletricidade. Os operadores do sistema, por seu turno, teriam que adquirir preferencialmente a energia renovável produzida.

"Este sistema foi crucial porque estimulou a instalação de usinas solares e eólicas e promoveu a produção de energia renovável na Alemanha", analisa Martin Kaiser, especialista em clima e florestas do Greenpeace alemão. Neste sistema, cada energia renovável tem preço diferenciado, mas quem produz energia solar, eólica ou de biomassa sempre tem vantagem sobre as energias tradicionais. Kaiser dá um exemplo: o preço médio do kWh é 20 centavos, mas quem joga energia eólica na rede ganha 24 centavos por kWh. "A previsão é que as energias renováveis, particularmente solar e eólica, possam substituir as usinas nucleares que ainda estão conectadas à rede, mas que serão todas substituídas em 2022", diz o ambientalista. "Não é ficção científica."

Segundo um relatório recente do Pnuma, o braço ambiental das Nações Unidas, em 2011 havia 73 países no mundo que implementaram metas nacionais para ampliar a participação das energias renováveis em sua matriz elétrica. A chamada feed-in tariff é a política pública mais frequente para estimular o uso maior de renováveis. Em 2011, mais de 50 países tinha implantado algum tipo de FIT, sendo mais da metade nações em desenvolvimento, mostra o estudo.

A Alemanha tem várias metas que mudarão seu padrão energético em 2020 e até 2050. Uma das principais estabelece que a participação das energias renováveis deva ser de 35% na produção de eletricidade em 8 anos e de 80% em 2050. Eficiência energética é um dos pilares desta equação, e a que está tendo pior performance. "A tarifa feed in é muito popular porque garante o retorno do investimento", explica Katharina Umpfenbach. "As pessoas investiram em solar, eólica e em biogás. Muito mais difícil é ter gente investindo em eficiência energética. Parece ser menos sexy."

"A forma mais limpa de energia é aquela que ainda não foi usada", disse Christian Noll, CEO da Iniciativa Alemã para Eficiência Energética (DENEFF), em uma palestra recente. Na avaliação da entidade faltam políticas públicas que animem as pessoas a reformarem o sistema de isolamento térmico de suas residências, por exemplo.

Uma das grandes discussões do setor energético alemão neste momento é quem irá pagar pela modernização que tem que ser feita na rede. Energia é cara na Alemanha e uma das questões é qual o impacto que todos estes movimentos terão na indústria. Novas redes de alta voltagem terão que trazer a energia dos grandes parques eólicos do Norte para os centros consumidores do Sul e do Oeste. A rede também tem que ter qualidade técnica, o que não é nada fácil quando as condições de sol e vento são imprevisíveis e não se tem ideia da decisão de muitos pequenos investidores. Para que o sistema funcione e seja barato, a Alemanha terá que contar com vizinhos europeus, como Áustria e Suíça. A "revolução energética" que Angela Merkel prometeu há mais de um ano tem vários orçamentos - todos altos - e atrasos na implementação.

O maior dilema futuro, quando o país estiver perto de atingir 80% de renováveis em sua matriz elétrica, será como conseguir estocar energia. "Um dia podemos ter mais eletricidade do que iremos usar, e no outro, não ter o suficiente. Teremos que ter uma espécie de 'back up' energético", diz Katharina Umpfenbach. Uma das opções em discussão são baterias, mas é muito cara. A outra tem logística geográfica: estocar água em lagos situados em pontos altos dos Alpes, bombeando água para cima quando houver abundância de energia solar e jogá-la montanha abaixo, movimentando turbinas, no inverno.

Uma terceira ideia é uma equação química que prevê gerar energia a partir da produção de metano sintético e transformando-o em hidrogênio - e assim, alimentando carros, por exemplo. Mas ainda se perde muita energia nesta conversão. Os pesquisadores apostam que o futuro será um balaio de opções e que não há bala de prata.

Há um tópico na revolução energética alemã que os especialistas não gostam de comentar: como o país irá cumprir a meta de emitir menos gases-estufa em 2020 e nas próximas décadas se sua matriz energética continua fortemente baseada em carvão e se colocou prazo de validade à energia nuclear. "Ninguém gosta de falar muito nisso", reconhece a especialista Katharina Umpfenbach. "Estamos fazendo muitos progressos, mas o problema é que as metas e objetivos preveem tudo ao mesmo tempo."

Comissão tira proteção de rios intermitentes. João Domingos e Giovana Girardi. – O Estado de São Paulo, Política. 09/08/2012

A comissão especial do Congresso que analisa a medida provisória do Código Florestal aprovou ontem uma emenda que poderá comprometer para sempre todas as bacias hidrográficas

brasileiras. Por 15 votos a 12, a comissão decidiu que só serão resguardados por Área de Proteção Permanente (APP) os rios perenes. Os intermitentes poderão virar pasto, roça e estrada.

Entre os rios que poderão perder a proteção está até o Jaguaribe, em cujos leitos se encontram os Açudes do Castanhão e de Orós, no Ceará. Há épocas do ano em que o Jaguaribe seca. Pelas contas do senador Jorge Viana (PT-AC), 50% dos rios brasileiros serão atingidos. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, 80% dos rios do Piauí são intermitentes e no Distrito Federal, 70%. "Os rios intermitentes é que mandam a água para os perenes. Sem eles, todas as bacias hidrológicas ficarão comprometidas", afirmou Viana.

"Um rio que seca parte do ano, se não estiver protegido, com o tempo pode não voltar mais. Uma decisão dessas está no fundo sacrificando rios e, em última instância, sacrificando o fornecimento de água", disse Ana Cristina Barros, da ONG TNC, que trabalha com projetos de plantio em margens de rios para garantir a produção de água.

A emenda que tirou a proteção dos rios intermitentes foi apresentada pelo deputado Abelardo Lupion (DEM-PR). Segundo ele, o objetivo foi dar "maior clareza à lei e buscar um tratamento isonômico com os olhos d'água perenes". Para Viana, não sobrarão nem os igarapés da Amazônia, que em determinadas épocas do ano são gigantescos braços de água e em outros secam.

Independentemente do mérito, a proposta acabou gerando indignação da base aliada ao governo na comissão, por ir contra um entendimento que havia de não se apresentar nenhuma coisa nova ao texto já acordado.

O relator da MP na comissão especial, senador Luiz Henrique (PMDB-SC) já havia estabelecido que não se apreciaram assuntos já decididos anteriormente na Câmara e no Senado. Por conta disso, decidiu-se suspender a discussão. A comissão mista só volta a se reunir agora no dia 28.

Governistas temem derrota e freiam votação de MP do Código Florestal. Yvna Sousa e Raquel Ulhôa – Valor Econômico. 09/08/2012

A reunião da comissão especial que terminaria de examinar as sugestões de alterações à medida provisória (MP) do Código Florestal, marcada para ontem, foi remarcada para o fim do mês após o governo avaliar como desastroso o resultado do primeiro dia de votação. Na quarta-feira, a bancada ruralista conseguiu emplacar mudanças importantes na legislação, inclusive na proteção das margens dos rios.

O adiamento foi sugerido pelo relator do projeto, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), em reunião de emergência realizada no Palácio do Planalto, e foi acatada pelos comandantes da comissão e endossada pelo governo. "Cancelou para fazer um freio de arrumação", admitiu o vice-presidente do colegiado, senador Jorge Viana (PT-AC).

O presidente da comissão, deputado Bohn Gass (PT-RS) disse que "o governo foi no seu limite" e que não vai mais negociar com os ruralistas. Já no início da sessão, uma nova concessão foi feita: por iniciativa do relator, retirou-se o limite de área das propriedades destinada ao pousio (técnica que interrompe as atividades em uma área para recuperação do solo), deixando apenas

o prazo máximo de cinco anos. O gesto, no entanto, não foi suficiente para sensibilizar os ruralistas.

Parlamentares ligados ao setor produtivo, por outro lado, avaliaram como quebra de acordo um destaque feito pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da Comissão de Meio Ambiente. Segundo ele, uma proposta de correção ao texto levantada pelo relator prejudicaria as Áreas de Preservação Permanente (APP) na região da Amazônia, reduzindo a área a ser preservada nas propriedades localizadas em áreas que não são de floresta, como o cerrado.

O senador Blairo Maggi (PR-MT) disse que a modificação havia sido acertada e que a contestação acabou unindo deputados e senadores ruralistas.

"Sempre fomos o amortecedor aqui no Senado. Conversamos com eles [deputados ruralistas], contemporizamos algumas coisas, assumimos alguns desgastes, para colocar na lei muitas coisas que a Câmara não queria. Ontem, nós nos juntamos. Por isso, os resultados foram aqueles", declarou.

"Não participei de nenhum acordo e nem participaria de nenhum tipo de acordo que facilitasse o desmatamento", rebateu Rodrigo Rollemberg em discurso na tribuna. "Quero desafiar qualquer senador que diga que participou comigo de alguma reunião em que eu tenha feito algum tipo de acordo".

A nova reunião da comissão está marcada para o dia 28, quando somente os senadores estarão trabalhando em esforço concentrado. A Câmara estará em recesso branco, mas a bancada ruralista já anunciou que vai convocar seus membros.

Eles temem que a base governista se desmobilize e não compareça à reunião. Isso praticamente enterraria a MP do Código Florestal, pois ela perde a validade em 8 de outubro e ainda precisa ser aprovada pelos plenários da Câmara e do Senado.

O presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), Homero Pereira (PSD-MT), disse que a bancada vai continuar tentando aprovar mais alterações ao texto, como as que tratam sobre multas aos produtores, proteção de veredas e utilização de APPs para irrigação.

"Nós não vamos mais fazer o acordo. Se tivermos que ganhar, nós vamos ganhar, se perder, ainda vai para a Câmara. Se a presidente [Dilma Rousseff] tiver que vetar, ela veta", declarou.

A estratégia de deixar a MP caducar já começa a ser defendida por governistas e ambientalistas. "Entre perder a MP ou o Congresso aprovar um projeto que seja uma tragédia, pode ser melhor deixar perder a validade. Isso pode ser um instrumento de pressão sobre os ruralistas, porque esse vazio jurídico pode, por exemplo, levar à interpretação de que há obrigação de recompor toda a área de APP", disse Rollemberg.

Ministério treina multiplicadores do Plano ABC. Inez De Podestà – Site do MAPA. 10/08/2012

Curso capacitará extensionistas e técnicos em geral de MT com tecnologias que contribuam para reduzir a emissão de CO2 na atmosfera

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) promove, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Sedraf) e Governo do Estado de Mato Grosso treinamento, de 20 a 24 de agosto, em Sinop (MT), para multiplicadores das tecnologias previstas pelo Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC).

O curso, que acontece na sede da Embrapa Agrossilvipastoril, será direcionado para capacitação de técnicos extensionistas da rede pública e privada e projetistas mato-grossenses. Eles servirão de multiplicadores das tecnologias propostas, como Recuperação de Pastagens Degradadas, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e Sistema Plantio Direto, entre outras. Após o treinamento, os técnicos estarão aptos a difundir conhecimentos sobre estas tecnologias.

Parte dos instrutores são pesquisadores da Embrapa e professores de instituições de ensino e pesquisa especialistas nos temas.

As inscrições no curso poderão ser feitas pelo e-mail dpdag-mt@agricultura.gov.br.

Saiba mais

A produção sustentável permanece como prioridade para o Governo Federal e, na safra 2012/2013, o Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC) incorpora todas as ações que incentivam a produção de alimentos com preservação ambiental. No total, os projetos de investimento voltados às atividades agropecuárias, que permitem a mitigação da emissão de gases de efeito estufa, terão R\$ 3,4 bilhões disponíveis mediante a linha de crédito – Programa ABC, e poderão ser contratados com condições mais facilitadas, com taxa de juros de 5% ao ano e prazo para pagamento de 12 a 15 anos dependendo o tipo de projeto.

O Programa ABC reflete o esforço do Governo para atender aos compromissos voluntários assumidos na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP15), de redução significativa das emissões de gases de efeito estufa gerados pela agropecuária. Lançado em 2010, o Programa pretende evitar a emissão de 165 milhões de toneladas de CO2 equivalente, nos próximos dez anos, por meio de seis práticas agrícolas sustentáveis: plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária-floresta, recuperação de pastos degradados, plantio de florestas, fixação biológica de nitrogênio e tratamento de dejetos de animais.

SDT e Incra debatem reforma agrária e política territorial – Site do MDA. 10/08/2012

Nesta quinta-feira, 09, foi realizada a primeira reunião entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) e o novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes. O objetivo do encontro foi debater a integração da reforma agrária com a política do desenvolvimento territorial.

Durante a reunião, Carlos Guedes falou da relação das ações do Incra com o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). “ O Instituto tem a meta de triplicar o número de assentados atendidos, de 15 mil para 45 mil e, nessa estratégia, pretendemos combinar o trabalho de assistência técnica com a comercialização”, afirmou ele. A proposta do novo presidente é integrar as ações do Incra com as ações do MDA.

O secretário de Desenvolvimento Territorial, Jerônimo Rodrigues, avaliou o encontro como muito oportuno, pois aproxima a política de desenvolvimento territorial das ações do Incra. “O debate sobre a reforma agrária é latente e acreditamos que o fortalecimento da base de desenvolvimento deva ser o ponto de partida das ações do Incra. Temos hoje um levantamento de 90 territórios que possuem Planos Territoriais de Desenvolvimento Territorial (PTDRS) com demanda qualificada da reforma agrária, desde o acesso à terra, passando pela regularização fundiária, sustentabilidade ambiental e econômica das áreas”, destacou ele.

Entre os encaminhamentos ficou definido Incra e SDT vão aproximar suas ações no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria; vai ser avaliado como os territórios podem ajudar nas ações com 50 mil famílias de assentados e acampados; serão ainda avaliadas quais ações do Incra podem dialogar com o Programa Territórios da Cidadania (PTC); e deve haver uma maior aproximação das superintendências do Instituto com a política territorial.

Relatório do IPCC sobre o Brasil destaca elevação de temperatura. Renato Grandelle – O Globo. 10/08/2012

Estudo mostra que se não forem tomadas medidas para conter a urbanização descontrolada o continente estará mais vulnerável a desastres no futuro

Um Brasil ainda mais quente, com ondas de calor frequentes e duradouras e frentes frias progressivamente escassas e fracas. As projeções climáticas para até o fim do século não são otimistas, como alerta um relatório especial sobre gerenciamento de eventos extremos e desastres, encomendado pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). O documento, que será divulgado na semana que vem em São Paulo, analisou 68.250 episódios de catástrofes naturais nos últimos 60 anos na América Latina e Caribe. Suas conclusões servem de alerta para os tomadores de decisão. A não ser que se tomem medidas para conter a urbanização descontrolada e a favelização do continente, sua vulnerabilidade a desastres e a expansão de epidemias como a malária devem progredir.

O documento latino-americano é um desmembramento do estudo global, divulgado em novembro passado em Londres. Outras regiões — África, Ásia e Estados insulares, por exemplo — receberam o mesmo tratamento. Os resultados terão peso fundamental no quinto relatório do IPCC, cuja divulgação deve se estender entre o fim do ano que vem e 2015. O relatório do IPCC será dividido em três partes. Uma delas — abordada por este levantamento latino-americano — é especificamente voltada a adaptações para extremos climáticos e desastres.

— O clima pode ser um deflagrador, mas ele não atua sozinho — pondera o representante do Brasil entre os autores do estudo, José Marengo, do Inpe. — Como não dá para acabar com a chuva ou a enchente, precisamos pensar na possibilidade de que a população se instale em regiões mais protegidas, longe das encostas. Devemos considerar fatores políticos, econômicos e sociais.

Por reunir 220 pesquisadores, o grupo optou por não divulgar números ou percentuais relacionados em seus prognósticos. Em vez disso, usou os termos “provável” (de 66% a 100% de chances) e “muito provável” (acima de 90% de probabilidade). Os estudos brasileiros, porém, estão mais avançados do que na maioria do continente — o que lhes permite serem mais específicos em seus cálculos.

O país inteiro ficará mais quente, com ondas de calor frequentes e longas. O Centro-Sul registrará mais 2 ou 3 graus Celsius em seus termômetros. Já Nordeste, Norte e, em especial, a Amazônia podem esperar por um acréscimo igual ou superior a 4 graus na temperatura.

Mais mortes com doenças e calor

A pluviosidade é mais variável conforme a região. A Amazônia Oeste, mais próxima à Cordilheira dos Andes — onde está a nascente de rios como o Amazonas — receberá um aumento de pancadas extremas. Já a fração Leste do bioma, que já sofre estações de seca todos os anos, verá a estiagem se agravar. O Nordeste deve ter a redução mais significativa das chuvas — pode ficar até 40% mais seco —, especialmente em sua porção semiárida, que concentra 10 milhões de habitantes.

No Sul, o problema é com o excesso d'água — e mal dispersa durante o ano.

— Haverá um aumento de até 30% nas chuvas, e elas não devem ocorrer de forma regular — revela Marengo. — Serão precipitações concentradas, daquelas que costumam causar enchentes e derrubar encostas. O Sudeste, por sua vez, é a região mais complicada. Está entre o Sul chuvoso e o Nordeste seco. Por isso, é difícil saber que tendências esperar dali.

De acordo com o relatório, há uma relação direta, em países de média e baixa renda, entre temperatura diária e mortalidade. O estresse pelo calor provocaria danos mesmo em metrópoles com boa infraestrutura e acostumadas ao clima quente, como a cálida Salvador.

— Em março de 2010, uma onda de calor em São Paulo provocou dez mortes — lembra Marengo. — Estamos acostumados a ler sobre isso quando o fenômeno ocorre em países temperados, mas nossa população também é vulnerável, mesmo vivendo em cidades tropicais.

As enchentes, “seja por mudanças climáticas, degradação ambiental ou outros fatores sociais, podem levar a mudanças geográficas de regiões de epidemia malárica”, previne o estudo. Surtos da doença foram associados à mudança do habitat de mosquitos vetores em 1991, depois de enchentes na Costa Rica.

No Brasil, o deslocamento dos mosquitos seria da Amazônia para o Sul, região que tende a se tornar mais aquecida e úmida — condições propícias para o acasalamento da espécie.

Pesquisador da Fiocruz e especialista em mudanças climáticas e saúde, Ulisses Confalonieri contesta esta hipótese.

— Há muitos fatores a serem considerados em doenças transmissíveis. Devemos lembrar das condições físicas, como a umidade, temperatura e distribuição de chuvas, a evolução da vigilância epidemiológica e os índices de saneamento básico — explica. — Creio que, com a evolução dos serviços do país, ficará ainda mais difícil que certas doenças se disseminem pelo território nacional, mesmo que as temperaturas aumentem 2 ou 3 graus Celsius.

O Caribe é, de acordo com Marengo, a região que mais preocupa os climatologistas. Entre os danos previstos para as ilhas estão o aumento dos ciclones tropicais; a morte dos recifes de corais; e a elevação do nível do mar — um tema delicado onde metade da população vive a menos de 1,5 quilômetro da costa. O relatório indica “alta confiança” de que estas fatalidades traguem parcelas enormes do PIB desses países. Um furacão em 1998, por exemplo, custou à Honduras 95% de sua receita daquele ano.

Derrota em lei florestal gera alerta no Planalto. Natuza Nery – Folha de São Paulo, Poder. 10/08/2012

Governo discute trocar membros de comissão para evitar aprovação de pontos polêmicos

A derrota imposta pela bancada ruralista anteontem na comissão do Congresso que analisa a medida provisória do Código Florestal acendeu o sinal de alerta no Planalto.

O governo considerou "gravíssima" a aprovação, por 15 votos a 12, da emenda que acaba com as áreas de proteção nas margens de rios intermitentes (aqueles que, em períodos de seca, desaparecem temporariamente).

Com receio de novas derrotas, a articulação política do governo já estuda substituir integrantes da comissão considerados "rebeldes".

A presidente Dilma Rousseff tem se mostrado inflexível em relação a negociar o texto da MP - enviada ao Legislativo como complemento aos vetos feitos, em maio, pela presidente ao texto.

A articulação política, então, negociou com parlamentares que não seriam mudados os pontos que já haviam passado durante a tramitação na Câmara e no Senado.

Contrariado, o governo determinou o cancelamento da reunião da comissão prevista para ontem na Câmara. Também convocou parlamentares governistas que apresentaram "mau comportamento". A MP perde validade em 8 de outubro.

Censo 2010: População indígena cresce 205% desde 1991. Sergio Ramalho – O Globo, 11/08/2012

Pesquisa inédita mostra que índios no país tem 305 etnias e 274 línguas

Eles andavam por essas terras muito antes das naus portuguesas aportarem em nosso litoral. Apesar do tempo, pouco se conhecia sobre as populações indígenas brasileiras até o Censo 2010. Numa pesquisa inédita, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que 896,9 mil índios viviam no país em 2010, divididos em 305 etnias e falando 274 línguas. A população indígena no país cresceu 205% desde 1991, quando foi feito o primeiro levantamento no modelo atual. À época, os índios somavam 294 mil. O número chegou a 734 mil no Censo de 2000, 150% de aumento na comparação com 1991.

O resultado do estudo de 2010, o primeiro a checar a etnia e que foi divulgado na manhã desta sexta-feira, supera a literatura antropológica, que estimava em 220 o número de etnias e 180 tipos de línguas indígenas. Sob a lupa dos pesquisadores, contudo, o índio continua nu quando comparado ao restante da população: 52,9% deles não tinham qualquer tipo de rendimento e a proporção é ainda maior nas áreas rurais: 65,7%.

O censo mostra ainda que, até 2010, 6,2% não tinham nenhum tipo de registro de nascimento, mas 67,8% eram registrados em cartório. Já entre as crianças indígenas nas áreas urbanas, as taxas são próximas às da população em geral, ambas acima dos 90%. Dos 896,9 mil índios computados no recenseamento, 63,8% viviam em área rural e 36,2% em área urbana. O total inclui os 817,9 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça do Censo 2010 (e que servem de

base de comparações com os Censos de 1991 e 2000) e também as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), mas se consideravam “indígenas” de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados.

O estudo estatístico identificou 505 terras indígenas, cujo processo de identificação teve a parceria da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no aperfeiçoamento da cartografia. Essas terras representam 12,5% do território brasileiro (106,7 milhões de hectares), onde residiam 517,4 mil indígenas (57,7% do universo pesquisado). Apenas seis terras indígenas tinham mais de 10 mil índios, 107 tinham entre mil e 10 mil, 291 tinham entre cem e mil, e em 83 residiam até cem indígenas. A terra com maior população indígena é a Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil pessoas.

Ao investigar pela primeira vez o número de etnias indígenas (comunidades definidas por afinidades linguísticas, culturais e sociais), encontrando 305 etnias, das quais a maior é a Tikúna, com 46.045 integrantes ou 6,8% da população indígena. Com relação às 274 línguas faladas, o censo apurou que dos indígenas acima de 5 anos, 37,4% falavam uma língua indígena. Já o percentual de índios que falam português é de 76,9%. Mesmo com uma taxa de alfabetização mais alta do que a constatada no Censo 2000 (73,9), a população indígena ainda tem nível educacional mais baixo que o da população não indígena (76,7%).

A baixa remuneração é outro problema enfrentado pelos povos indígenas. Em 2010, 83% dos índios, com idade acima de 10 anos, recebiam até um salário mínimo ou não tinham rendimentos, sendo o maior percentual encontrado na região Norte (92,6%), onde 25,7% ganhavam até um salário mínimo e 66,9% não tinha rendimento. Em todo o país, apenas 1,5% da população indígena, com 10 anos ou mais de idade, ganhava mais de cinco salários mínimos, percentual que caía para 0,2% nas terras indígenas.

Somente 12,6% dos domicílios eram do tipo “oca ou maloca”, enquanto que, no restante, predominava o tipo “casa”. Mesmo nas terras indígenas, ocas e malocas não eram muito comuns: em apenas 2,9% das terras, todos os domicílios eram desse tipo e, em 58,7% das terras, elas não foram observadas.

Censo revela maior diversidade indígena. Denise Menchen – Folha de São Paulo, Poder. 11/08/2012

Pesquisadores creditam aumento de etnias ao maior número de pessoas que se dizem índios e à alta taxa de fecundidade. Antropóloga alerta para risco de extinção de línguas indígenas; há casos de povos que têm menos de 10 falantes

Ao investigar pela primeira vez as etnias e as línguas indígenas no Brasil, o Censo 2010 revelou um cenário mais diversificado do que o esperado por pesquisadores.

Segundo dados divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foram encontradas 305 etnias e 274 línguas.

O número de indígenas chegou a 896.917, equivalente a 0,47% da população.

A pesquisa revelou que 57,7% dos índios do país vivem em terras de patrimônio da União e usufruto exclusivo deles. Em 2010, as 505 terras regularizadas ocupavam 12,5% do território nacional.

Segundo a pesquisadora Nilza Pereira, do IBGE, as informações disponíveis até então apontavam para a existência de cerca de 220 etnias e 180 línguas. Essas estimativas se baseavam em estudos antropológicos e linguísticos que não tinham a abrangência do Censo. "Estamos revelando um país que nem os pesquisadores conheciam."

A presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Marta Maria do Amaral Azevedo, afirma que o alto número de etnias pode estar relacionado ao aumento de pessoas que passaram a se reconhecer como indígenas nas últimas décadas.

Essa também é a explicação para a expansão de 178% no número de indígenas desde 1991. "A taxa de fecundidade dos indígenas, principalmente nas áreas rurais, é maior do que a dos não indígenas, mas a demografia sozinha não explica esse aumento", diz Pereira, do IBGE.

Em 1991, 294,1 mil pessoas disseram ser indígenas quando questionadas sobre sua raça ou cor. Em 2000, o número ficou em 734,1 mil, puxado principalmente pela expansão nas áreas urbanas. Já em 2010, chegou a 817,9 mil.

O número final do Censo 2010, porém, incluiu ainda 78,9 mil pessoas que disseram ser de outra cor, mas se consideraram indígenas por suas tradições e costumes.

Essa segunda pergunta, feita apenas nas terras indígenas, elevou o total de indígenas no país a 896,9 mil.

IDENTIDADE

Nas terras indígenas, a identidade cultural se mostrou mais preservada.

No total, 89,5% dos indígenas que viviam em áreas demarcadas souberam informar sua etnia e 57,3% disseram falar língua indígena. Fora das terras, esses percentuais são 55,2% e 12,7%, nessa ordem.

Na média, 17,5% não falam português, aponta o Censo.

Além disso, cerca de um quarto das línguas indígenas tem até dez falantes e quase metade tem até 50.

"Isso pode indicar um risco de extinção da língua", diz a antropóloga Ana Gita de Oliveira, do Iphan (instituto do patrimônio histórico nacional). A presidente da Funai diz, porém, que só análise mais detalhada dos dados pode indicar se há esse risco.

**Um retrato do Brasil indígena: muito além do senso comum. Spensy Pimentel –
Folha de São Paulo, Poder. 11/08/2012**

Os números do Censo 2010 consolidam o retrato de um Brasil indígena que está muito além de certos clichês e mostram que o país precisa repensar as imagens que representam de forma mais fiel a realidade desses povos.

Desde que o instituto divulgou, há alguns meses, os primeiros dados sobre esse levantamento já se percebia que o Brasil tem, hoje, mais indígenas no Centro-Sul e no Nordeste do que na Amazônia Legal. Dos cinco Estados com maior população indígena, três estão fora da Amazônia: Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco.

Ainda assim, para boa parte da população urbana de São Paulo ou Rio, a imagem mental do que seja um índio "de verdade" está muito mais próxima de um xinguano ou um yanomami do que de um guarani ou um pataxó.

Ocorre que os índios amazônicos têm à sua disposição, hoje, mais de 98% das terras indígenas existentes. Já os indígenas não amazônicos, pouco mais de 50% do total, têm menos de 2% das terras. Em algumas regiões, como a Bahia ou Mato Grosso do Sul, o processo de demarcação de terras é conflituoso e se encontra indefinido até hoje.

Não surpreende, assim, que o IBGE agora mostre que 379.534 indígenas moram fora das terras indígenas. No Centro-Sul e no Nordeste, milhares migram ou residem temporariamente nas cidades por absoluta falta de condições de sobrevivência nas exíguas terras disponíveis.

No Norte também é significativa a presença de indígenas nas cidades. Muitas vezes, essa mobilidade está relacionada à busca pelo acesso a serviços públicos.

O critério da autoidentificação, considerado "soberano" pelo IBGE, sem que se buscasse enquadramento em listas pré-existentes, fez com que a pesquisa chegasse a números surpreendentes de etnias, 305, e línguas, 274.

O resultado deve ser visto como a prova de que continua vigorosa e desafiadora a sociodiversidade brasileira. Ainda há muito para ser pesquisado. Que mais pessoas se identifiquem como indígenas é um dos efeitos do fato de que, hoje, declarar essa herança cultural é motivo de orgulho, e não de vergonha ou temor, como décadas atrás, em tempos de autoritarismo.

Que o Brasil tenha nobreza suficiente para dar condições de sobrevivência a toda essa riqueza humana.

SPENSY PIMENTEL é pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios da USP

40% dos índios vivem fora de suas terras. Luciana Nunes Leal - O Estado de São Paulo. 11/08/2012

Raio X do IBGE mostra que o País tem 896,9 mil índios divididos em 305 etnias; 380 mil moram fora de áreas demarcadas pelo governo

Quatro em cada dez índios brasileiros vivem fora das terras indígenas reconhecidas pelo governo, apontam dados do Censo 2010 divulgados ontem. O País tem 896,9 mil índios (0,47% da população do Brasil), divididos em 305 etnias e 274 línguas. O resultado surpreendeu os

técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que partiram de informações preliminares da existência de 225 etnias e 180 línguas.

Pela primeira vez, o IBGE fez o raio X do território indígena. Quase 380 mil índios (42,3% do total) vivem fora de terras próprias e 517,3 mil (57,7%) ocupam as 505 terras demarcadas, equivalentes a 12,5% do território nacional e localizadas majoritariamente na área rural. Foram pesquisadas as terras regularizadas até dezembro de 2010 - a maioria dos índios (63,8%) vive na área rural e 36,2% estão na urbana.

"É preocupante a inoperância das políticas para regularizar as terras indígenas", diz o pesquisador João Pacheco, professor do Museu Nacional e coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Desde janeiro de 2011, o governo federal autorizou a demarcação de onze terras indígenas, mas existem mais de cem territórios em processo de demarcação

"Muitos indígenas estão onde sempre estiveram, as terras é que não foram reconhecidas pelo Estado. Cria-se a ideia de que o índio está em diáspora, saindo de um lugar para o outro, deixando de ser índio. Em muitos casos não é verdade", observou Pacheco. "Existem os que estão em terras que aguardam demarcação, mas o processo é lento. Outros estão nas cidades, mas esperam voltar para suas terras."

A presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta do Amaral Azevedo, disse que será feito um estudo da população fora das terras legais. "Queremos saber quem são e por que estão fora das terras, se por vontade própria, se estão em terras em processo de demarcação", afirmou.

Pesquisa. Em metodologia inédita, o IBGE levou em conta não apenas a população que se declarou indígena no quesito sobre raça, mas contou também aqueles que se consideram indígenas, embora tenham se declarado brancos, negros, pardos ou amarelos. O Censo encontrou 78,9 mil índios não declarados, que se somam aos 817,9 mil encontrados na pesquisa de raça. Com isso, a população indígena aumentou 9,6% em relação ao que tinha sido divulgado em 2011.

"Para muitos indígenas, cor ou raça é uma classificação dos brancos. Eles respondem que são pardos, na maioria, mas se consideram indígenas", explica a pesquisadora do IBGE Nilza Pereira. Segundo o critério da raça, que permite comparações, a população indígena cresceu 178% entre 1991 e 2010. Passou de 294,1 mil para 817,9 mil, mas as duas décadas tiveram comportamento oposto. Entre 1991 (quando a categoria indígena foi incluída como raça) e 2000, o crescimento foi de 150%. Entre 2000 e 2010, foi de 11,4%, abaixo do aumento da população geral (12,2%). A explosão da década de 1990 não foi demográfica, por aumento da natalidade e redução da mortalidade indígena, mas apenas reflexo do maior número de pessoas que se declarou indígena em vez de outras raças.

Também é inédito o mapeamento das etnias e das línguas indígenas. A etnia Tikuna, espalhada em diferentes terras do Amazonas, é mais numerosa, com 46 mil habitantes, a grande maioria (85,4%) moradora de terras indígenas. Os técnicos do IBGE encontraram 250 etnias entre os índios que vivem em terras próprias e 300 entre os que estão fora. "Algumas etnias pareciam extintas. Vamos pesquisar cada uma delas. O mesmo acontecerá com as línguas, que tinham pesquisas apenas regionais", diz a presidente da Funai.

Para governador do Pará, União erra na execução das usinas na Amazônia. André Borges – Valor Econômico. 13/07/2012

A forma como a União tem conduzido a construção e a elaboração de projetos de usinas hidrelétricas no Pará desagrada ao governo do Estado que se transformou no principal destino dos empreendimentos energéticos do país. O governador Simão Jatene (PSDB) diz compreender o papel assumido pelo Pará na matriz de geração do país, mas critica a maneira "atropelada" com que os empreendimentos são executados na região, sem a devida consulta prévia à população local e baseados em estudos técnicos que, segundo ele, têm sido mal elaborados.

"Sobre ser a favor ou contra hidrelétrica, eu te diria que, da forma como historicamente se tem construído essas usinas no país, ninguém de bom senso pode ser a favor", disse ao **Valor** o governador Simão Jatene.

Nas águas do rio Xingu, o Pará abriu espaço no ano passado para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, prevista para ser a terceira maior usina do mundo. No rio Teles Pires, onde o Estado faz fronteira com o Mato Grosso, a região foi liberada para a construção de um complexo de cinco hidrelétricas. No rio Tapajós, uma gigantesca área de floresta amazônica totalmente virgem foi reservada para a construção de mais duas barragens: Jatobá e São Luiz. A lista de planos da União para o Pará inclui ainda o rio Jamanxin, afluente do Tapajós, onde se prevê a construção de mais três usinas. Há ainda estudos para projetos de grande porte no Araguaia e no Tocantins, tudo dentro de solo paraense.

Para Simão Jatene, todos esses empreendimentos têm uma característica comum: "Eles já nascem errados. É preciso rever a forma como essas grandes obras estão sendo conduzidas da Amazônia. Hoje se formula um projeto sem nenhuma aderência à questão social ou ambiental da região", critica o governador. "Contratam uma consultoria para produzir um estudo de impacto ambiental. No fim, essa consultoria apresenta um relatório supostamente fantástico, mas que, não raramente, está absolutamente descolado do projeto original. Então entra em ação uma coisa chamada condicionante para tentar tapar os buracos desse queijo suíço que foi apresentado."

Belo Monte, cujas obras iniciaram há 14 meses, soma um mês de paralisação por conta de protestos de índios, trabalhadores e população local. A hidrelétrica Teles Pires já foi alvo de sequestro de funcionários da Funai e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com sucessivas paralisações no canteiro de obras. No rio Tapajós, onde as usinas ainda estão em fase de estudos de viabilidade, funcionários da Eletrobras já foram impedidos de entrar em comunidades ribeirinhas por conta da falta de esclarecimento e de informação à população local.

"O Brasil tem uma matriz energética relativamente limpa, mas para manter isso, necessariamente terá que se entrar na Amazônia. Para entrar na Amazônia, é preciso mudar essa lógica", comenta Jatene. "Temos que buscar alternativas para que esses projetos tenham mais capilaridade e, sobretudo, maior interação com as sociedades locais, senão vão continuar a ser tratados como entraves."

O governador diz que tem conversado regularmente com representantes do governo e da Eletrobras para tentar propor a antecipação das ações socioambientais nas regiões diretamente atingidas pelas obras das hidrelétricas. O plano seria criar, antes do início da construção, um fundo com recursos para bancar essas ações. Esse investimento prévio não representaria um

custo extra para o empreendedor, mas um tipo de adiantamento financeiro baseado no recolhimento de impostos previstos para ocorrer no município, quando a usina começasse a funcionar.

Para o governador, o BNDES teria condições de ser o grande financiador desses fundo. "Dessa forma, você consegue desonerar o projeto em si, e passa a ter, inclusive, uma ideia mais clara do equilíbrio econômico-financeiro daquela usina", comenta ele. "Essa situação cria um ambiente onde o projeto já chega ao local gerando efeito no cotidiano das pessoas, e não mazelas. Hoje o que as pessoas veem é que o aluguel estourou e o preço das coisas disparou."

Para evitar a desertificação. Lucas Tolentino – Site do MMA. 13/08/2012

Fundo Clima promove encontro de convenentes e fiscais. O objetivo de debater as iniciativas aprovadas e promover a aproximação técnica e administrativa dos gestores.

Um total de R\$ 12,6 milhões será investido em ações de combate à desertificação e recuperação de áreas degradadas do país. Os repasses se referem aos convênios englobados pelo Fundo Nacional de Mudança Climática (Fundo Clima), do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A execução dos programas será acompanhada, de quarta a sexta-feira desta semana (15 a 17/08), em reuniões que ocorrerão em Recife (PE).

O primeiro Encontro de Convenentes e Fiscais de Projeto do Fundo Clima tem o objetivo de debater as iniciativas aprovadas e promover a aproximação técnica e administrativa dos gestores. "Será uma oportunidade de nivelar o conhecimento entre todos e servirá também para a capacitação tanto dos executores quanto dos fiscais dos projetos", explicou o gerente do Fundo Clima, Marcos Del Prette.

Os responsáveis pelos projetos e os gestores do MMA se reunirão, nesta quarta-feira, a partir das 8h30. Até a próxima sexta-feira, os participantes do encontro apresentarão os projetos e discutirão as medidas adotadas, com a presença de representantes das áreas de controle interno e jurídico do ministério. O evento será realizado na Superintendência do Ibama de Recife.

AÇÕES

A maioria dos convênios será executada no semiárido e teve a verba aprovada em 2011, com o envolvimento de estados, municípios, universidades e sociedade civil. Entre os projetos beneficiados pelos recursos do fundo, estão iniciativas para o desenvolvimento tecnológico, adaptação em erosão costeira, recuperação de áreas de mineração e combate à desertificação.

Os projetos incluem o uso econômico sustentável da biodiversidade para produção de matéria-prima em municípios da caatinga potiguar e a recuperação da vegetação degradada na sub-bacia hidrográfica do Riacho do Brum, em Jaguaribe (CE). Além disso, há ações destinadas à preservação e ao reflorestamento por meio da implantação de 11 viveiros de mudas em Irauçuba (CE).

APOIO

O Fundo Clima é um dos principais instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima

(PNMC), com atuação pioneira nas áreas de apoio a projetos, estudos e financiamentos de empreendimentos voltados para a mitigação e a adaptação das mudanças climáticas. Com natureza contábil e vinculado ao MMA, o fundo é administrado por um comitê gestor com representantes do governo, da sociedade civil, do terceiro setor, dos estados e dos municípios.

- Confira a lista de convênios apoiados pelo Fundo Clima:

1. Implantação de unidade produtiva de biomassa - Prefeitura de Petrolina (PE)
 2. Implantação de unidades demonstrativas tecnológicas de secador solar móvel - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Piauí
 3. Expansão da Rede Adapta Sertão para 14 municípios do território da Bacia do Jacuípe, na Bahia - Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh).
 4. Difusão de tecnologias e utilização múltipla integrada dos recursos naturais - Fundação de Desenvolvimento Sustentável do Araripe
 5. Implantação de módulos de manejo sustentável da agrobiodiversidade - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco
 6. Combate à desertificação em assentamentos e comunidades com tecnologias sociais - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe
 7. Desenvolvimento sustentável do assentamento Mandacaru - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará
 8. Implantação de 11 viveiros de mudas - Prefeitura Municipal de Irauçuba (CE)
 9. Recuperação de área degradada em processo de desertificação na sub-bacia hidrográfica do Riacho do Brum, em Jaguaribe-CE - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos.
 10. Conservação e uso econômico sustentável da biodiversidade para produção de matéria prima e bioprodutos em municípios da caatinga potiguar - Associação de Desenvolvimento de Produtos da Socio-Biodiversidade (Fitovida)
 11. Criação de protótipo para sequestro de carbono por meio de recuperação de área degradada e desenvolvimento comunitário - Instituto Cultural Inhotim
 12. Variações nas taxas de recrutamento e potencial reprodutivo de invertebrados do inter-maré de costões rochosos - Universidade de São Paulo
-

Fontes renováveis devem ter avanço mesmo com pré-sal. Luiz Maciel – Valor Econômico. 13/08/2012

Rodolpho Tourinho, da Fiesp, defende o apoio às iniciativas de construir hidrelétricas como a de Belo Monte

O perfil da matriz energética brasileira não será alterado nos próximos anos com a exploração progressiva de petróleo do pré-sal, afirmou o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, em palestra durante o 13º Encontro Internacional de Energia promovido pela Fiesp. "Estamos caminhando para ser o primeiro país exportador de petróleo com uma matriz limpa, porque temos espaço para crescer em todos os segmentos de produção de energia", afirmou. De acordo com a EPE, que é ligada ao Ministério das Minas e Energia, as fontes renováveis respondem por 44% da oferta interna e devem aumentar para 46% em 2020.

O estudo da EPE prevê uma expansão na produção de petróleo dos atuais 2,2 milhões de barris/dia para 5,3 milhões em 2020, dos quais 2,8 milhões seriam suficientes para abastecer o mercado interno. "Esse excedente de 2,5 milhões de barris/dia dará ao país oportunidades que vão muito além da mera obtenção de divisas. O petróleo reforçará a posição do Brasil no cenário mundial, favorecendo a negociação de contrapartidas comerciais com outros países. Teremos mais facilidade para incluir cláusulas de transferência de tecnologia na importação de bens de alto valor agregado", avaliou Tolmasquim.

Ele ressaltou que não há motivo para que essa abundância de petróleo e gás interfira nos planos de expansão das fontes de energia renovável, que dão ao país um diferencial reconhecido no mundo todo. O índice brasileiro de 44% de energia limpa é mais de três vezes maior do que os 13,3% da média mundial e supera em quase seis vezes os 7,6% da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - dados de 2009).

A EPE estima uma evolução da capacidade instalada do Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN) dos atuais 117 GW para 173 GW em 2020, um salto de 41,8%. Na geração dessa eletricidade, as fontes renováveis manteriam a mesma proporção de hoje, de 84%. As grandes hidrelétricas, que respondem por 72% do SIN, teriam sua participação reduzida para 65% dentro de nove anos, diferença que seria compensada pelo aumento no desempenho das usinas eólicas, que passariam do suprimento atual de 1% do sistema elétrico para 8% em 2020. As demais fontes de energia elétrica permaneceriam com os mesmos índices de fornecimento de hoje: 7% para os biocombustíveis e 4% para as pequenas centrais elétricas, no caso das fontes renováveis, e 14% para as termoeletricas e 2% para as usinas nucleares, entre as não renováveis.

O estudo mostra que as hidrelétricas respondem sozinhas por 14,7% da matriz energética brasileira, bem acima da média mundial de 2,3%, mas aquém do potencial hidrelétrico do país, que aproveita um terço dos rios. A maior parte desse potencial não aproveitado fica na Amazônia.

"Acho que a construção de usinas na Amazônia são importantes para o país e devemos lutar por elas. Mas não podemos ignorar que as resistências por parte dos ambientalistas serão cada vez maiores", afirmou Tolmasquim. Já o presidente do Conselho de Infraestrutura da Fiesp, Rodolpho Tourinho, mediador do encontro, observou que as classes produtoras precisam ser mais firmes e unidas no apoio às usinas na Amazônia, para neutralizar as críticas.

"Estive recentemente em Belo Monte e não vi nenhuma restrição à usina por parte das comunidades locais. Ao contrário, todos lá estão muito satisfeitos com a obra, com o que ela já representa em empregos e em desenvolvimento para a região. Acho que devemos deixar claro o nosso apoio a esse e outros projetos", declarou.

Se a construção de novas hidrelétricas exigem compensações cada vez mais custosas, a exploração da energia eólica vive um momento diferente. Desde que passou a ser disponibilizada em leilões, poucos anos atrás, a eletricidade gerada pela força dos ventos vem crescendo exponencialmente no país, tornando-se mais competitiva. A produção anual passou de 237 MW em 2006 para 414 MW em 2008, 1.040 MW em 2010, 1.471 MW em 2011 e deve mais que dobrar este ano, segundo a EPE, alcançando 3.135 MW. Com isso, o preço do MW/hora despencou de R\$ 306 em 2005 para R\$ 169 em 2009, R\$ 135 em 2010 e R\$ 103 em 2011.

Além de limpa, a energia eólica é complementar à hídrica, pois os ventos aumentam nos meses em que chove menos, de maio a novembro. "A Dinamarca vende energia eólica para a Noruega à noite e compra dela energia hídrica de dia. E o Brasil produz as duas coisas", disse Tolmasquim.

Outra que faz dobradinha com a hidroeletricidade é a biomassa, produzida de maio a novembro, quando acontece o corte e a moagem da cana. O documento da EPE prevê um salto na produção de etanol, passando dos atuais 27,6 bilhões de litros para 63,1 bilhões de litros em 2020. Com isso, a queima de bagaço, que hoje produz 8,5 GW, passaria a gerar 16,4 GW, com crescimento proporcional do excedente energético exportado para o SIN dos atuais 5 GW para 9,6 GW.

A EPE faz um ensaio também com a energia solar. Como o preço de geração dessa energia ainda é alto no país - embora tenha caído pela metade nos últimos dez anos -, o estudo faz simulações de como ela pode se tornar competitiva. Com um custo médio de R\$ 602 o MW/h, a energia solar só é competitiva na área de atuação de dez concessionárias brasileiras, que abastecem 15% do consumo residencial. Com uma redução nos juros do financiamento, o custo cairia para R\$ 585 e seria viável para 17 concessionárias, que abastecem 21% das residências. Com isenção fiscal, o preço iria para R\$ 549, viável para 28 concessionárias, que fornecem 29% do consumo residencial. Com incentivo de Imposto de Renda, o custo seria de R\$ 465, viável para 52 concessionárias, que respondem por 69% do mercado residencial. Com todos esses incentivos, o custo desabaria para R\$ 409, viável para 60 concessionárias, que abrangem 98% do consumo residencial nacional.

Biodiversidade em debate. Luciene de Assis – Site do MMA. 14/08/2012

Elaboração da Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade está sendo finalizada. Documento está sendo elaborado pelo governo federal, com a participação da sociedade civil e iniciativa privada.

As discussões destinadas a construir a Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade estão na reta final. O objetivo desse debate é montar um Plano de Ação Governamental, a partir da contribuição de técnicos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), de suas entidades vinculadas e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Em reunião ocorrida durante todo o dia desta terça-feira (14/08), na Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA), 55 especialistas finalizaram a proposta governamental.

Um documento com os eixos dos principais problemas e propondo as soluções mais adequadas à biodiversidade do Brasil será levado à consideração de representantes de todos os ministérios dia 20 de setembro. "A estratégia brasileira será elaborada a partir do Plano de Ação

Governamental para a Conservação da Biodiversidade e dos Diálogos sobre Biodiversidade: construindo uma estratégia brasileira para 2020, documento este preparado, de comum acordo, por entidades da sociedade civil organizada e pela iniciativa privada, explica a analista ambiental da SBF, Lúcia Lopes.

VINTE ANOS

As principais ameaças foram identificadas durante a oficina de pré-montagem do que os técnicos definem como "árvore de problemas", realizada nos dias 10, 11, 18 e 21 de maio, em Brasília, e tiveram por base a pesquisa Causas e consequências da perda da biodiversidade. O documento foi elaborado pelos consultores do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Danielle Calandino e Fernando Vasconcelos, a partir de entrevistas realizadas com gestores públicos de diversos órgãos do governo federal sobre as causas e consequências da perda da biodiversidade no Brasil.

Esse processo teve início ainda em 2011 e é uma resposta ao acordo internacional firmado por 193 países durante a 10ª Conferência das Partes (COP-10) da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Nagoia, Japão, e que resultaram nas Metas de Aichi. São 20 metas globais voltadas à conservação da diversidade biológica e o Plano de Ação Governamental, enumerando as causas da perda da biodiversidade destina-se a adequar as Metas de Aichi à realidade brasileira.

De acordo com Lúcia Lopes, o documento final será uma composição das propostas do governo brasileiro e das sugestões da sociedade civil organizada e iniciativa privada contidas nos Diálogos. A proposta brasileira para a conservação da biodiversidade será apresentada durante a Convenção das Partes para Conservação da Diversidade Biológica, a COP-11, que ocorrerá na Índia em meados de outubro.

É preciso repensar as políticas públicas para os indígenas – Valor Econômico, Editorial. 14/08/2012

É surpreendente - e à primeira vista animador - o retrato da população indígena brasileira traçado pelo Censo de 2010, divulgado na sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A começar pela mais simples das comparações. O número de brasileiros que se declaram indígenas no quesito cor ou raça aumentou 11,4% em dez anos, um crescimento expressivo, especialmente se comparado com séculos em que a população indígena no Brasil só diminuía e em ritmo alarmante. Há dois anos, 817,9 mil brasileiros se declararam indígenas.

Na coleta dos dados do Censo de 2010, o IBGE alterou os critérios em relação aos povos indígenas. Foram coletadas informações tanto da população residente nas terras indígenas (fossem indígenas declarados ou não) quanto indígenas declarados fora delas. Ao todo, foram registrados 896,9 mil indígenas, 36,2% em área urbana e 63,8% na área rural. O total inclui os 817,9 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça do Censo 2010 (e que servem de base de comparação com os Censos anteriores) e também as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), mas se consideravam "indígenas" de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados. Ou seja, mantendo-se os mesmos critérios das pesquisas anteriores, não há dúvidas quanto à expansão dos indígenas no país.

O aumento da população não foi acompanhado, porém, de uma melhora também significativa de outros indicadores socioeconômicos - ao contrário, existem indícios importantes de que é necessário rever a política governamental nessa área.

Um dos primeiros problemas apresentados pelo Censo em relação aos indígenas é também uma dificuldade do país em relação a toda a sua população - educação e, mais concretamente, alfabetização. Mesmo com uma taxa de alfabetização mais alta que em 2000, a população indígena ainda tem nível educacional mais baixo que o do conjunto do Brasil, especialmente na área rural. Nas terras indígenas, nos grupos etários acima dos 50 anos, a taxa de analfabetismo é superior à de alfabetização, mostra o levantamento do IBGE.

Outra questão relevante que precisaria ser contemplada pelo governo é a forma como os indígenas sobrevivem. De acordo com os dados do IBGE, 52,9% deles não tinham qualquer tipo de rendimento, proporção ainda maior nas áreas rurais - o índice chegou a 65,7% nesse caso. O IBGE ressalta, em seu informe, que "vários fatores dificultam a obtenção de informações sobre o rendimento dos trabalhadores indígenas: muitos trabalhos são feitos coletivamente, lazer e trabalho não são facilmente separáveis e a relação com a terra tem enorme significado, sem a noção de propriedade privada". Mesmo descontando-se essas particularidades, não há dúvidas de que é preocupante a constatação de que mais da metade da população indígena não conta com algum tipo de remuneração.

Um terceiro aspecto envolvendo os indígenas brasileiros foi ressaltado por Spensy Pimentel, pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo (USP), em artigo publicado pela "Folha de S. Paulo" na sua edição de sábado. Ao analisar o detalhamento do Censo, ele observou que existem hoje mais indígenas no Centro-Sul e no Nordeste do que na Amazônia Legal. Mais concretamente, dos cinco Estados com maior população indígena, três estão fora da Amazônia: Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco.

"Ocorre que os índios amazônicos têm à sua disposição, hoje, mais de 98% das terras indígenas existentes. Já os indígenas não amazônicos, pouco mais de 50% do total, têm menos de 2% das terras. Em algumas regiões, como a Bahia ou Mato Grosso do Sul, o processo de demarcação de terras é conflituoso e se encontra indefinido até hoje", escreveu Pimentel.

Sua conclusão é triste: "Não surpreende que o IBGE mostre que 379.534 indígenas moram fora das terras indígenas. No Centro-Sul e no Nordeste, milhares migram ou residem temporariamente nas cidades por absoluta falta de condições de sobrevivência nas exíguas terras disponíveis. No Norte também é significativa a presença de indígenas nas cidades. Muitas vezes, essa mobilidade está relacionada à busca pelo acesso a serviços públicos".

MP vai investigar venda de crédito de carbono por índios. Bruno Deiro – O Estado de São Paulo. 14/08/2012

O Ministério Público Federal abriu inquérito para investigar o contrato de US\$ 90 milhões firmado entre a empresa Celestial Green Ventures e a comunidade indígena mundurucu para uso de créditos de carbono. Segundo o órgão, falta clareza no acordo que permite à companhia irlandesa explorar por 30 anos uma área de 200 mil quilômetros quadrados na floresta amazônica.

Em março deste ano, o Estado revelou que os índios da etnia mundurucu receberiam um pagamento mensal para ceder à Celestial Green Ventures os direitos de comercialização dos créditos de carbono, que compensam emissões de gases de efeito estufa pelas grandes empresas poluidoras ao redor do planeta. Além disso, o contrato prevê a exploração da biodiversidade, com acesso irrestrito ao território indígena no município de Jacareacanga (PA).

Segundo a apuração do Ministério Público, o valor pago pelos irlandeses seria de R\$ 3 milhões por ano. Depois de passar pela Advocacia-Geral da União (AGU), o procedimento administrativo foi transformado em inquérito e será investigado pelo procurador Felipe Bogado, da Procuradoria da República em Santarém, no Pará.

Contrato polêmico

A Fundação Nacional do Índio (Funai), que considera ilegais os contratos assinados entre comunidades indígenas e empresas que negociam crédito de carbono, registra no País mais de 30 contratos nas mesmas bases.

Apenas a Celestial Green teria fechado outros 16 projetos no território brasileiro, somando cerca de 200 mil quilômetros quadrados - ou quase o tamanho do Estado de São Paulo.

A terra dos mundurucus representa pouco mais de 10% do total contratado pela empresa, que também negociou os territórios Tenharim Marmelos, no Amazonas, e Igarapé Lage, Igarapé Ribeirão e Rio Negro Ocaia, em Rondônia.

Sem revelar valores, outra empresa internacional, a Viridor Carbon Services, anunciou recentemente ter realizado o maior contrato do gênero com a etnia cinta-larga, que ocupa quatro terras indígenas nos Estados de Rondônia e Mato Grosso. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo

Justiça manda parar a construção da usina de Belo Monte – Folha de São Paulo, Mercado. 15/08/2012

Com o argumento de que não foi feito estudo prévio sobre o impacto ambiental das obras, o TRF da 1ª Região determinou a paralisação da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA).

A Norte Energia, responsável pela obra, será notificada hoje. A multa pelo descumprimento é de R\$ 500 mil por dia. Cabe recurso ao STF.

Os índios e suas terras – O Estado de São Paulo, Editorial. 15/08/2012

É, no mínimo, apressada a conclusão de algumas pessoas de que o fato de 4 entre 10 índios brasileiros viverem fora de terras indígenas reconhecidas pelo governo deve-se à omissão do poder público. Segundo essas pessoas, por não ter demarcado a tempo as áreas tradicionalmente ocupadas pelas populações indígenas - e das quais lhes cabe o usufruto exclusivo, conforme dispõe a Constituição -, o governo forçou muitos índios a abandonar suas terras.

Nem mesmo a Fundação Nacional do Índio (Funai) conhece as razões pelas quais 42,3% dos índios vivem fora de suas terras próprias, como constatou o IBGE durante a realização do Censo Demográfico de 2010. "Queremos saber quem são e por que estão fora das terras, se por vontade própria, se estão em terras em processo de demarcação", disse ao Estado (11/8) a presidente da Funai, Marta do Amaral Azevedo.

Militantes de organizações ambientalistas ou que se apresentam como defensoras dos interesses das populações indígenas, bem como dirigentes e membros de associações profissionais que lidam com o tema, porém, parecem ter explicações prontas para fenômenos novos ou recentemente constatados. Para eles, é tudo culpa da política do governo, voltada exclusivamente para o atendimento dos interesses dos produtores rurais e contrária aos dos índios.

Exemplo típico desse tipo de atitude é a do pesquisador João Pacheco, professor do Museu Nacional e coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia. Para ele, isso é fruto da "inoperância do governo", pois "muitos indígenas estão onde sempre estiveram, as terras é que não foram reconhecidas pelo governo", disse ele ao Estado.

A partir dos dados coletados pelo IBGE, não é possível chegar a essa conclusão. Muitos dos dados, como o crescimento do número de etnias, de línguas e da própria população de índios, surpreenderam os técnicos do IBGE. Os dados do Censo mostram que a população indígena no Brasil é formada por 896,9 mil pessoas, divididas em 305 etnias, que falam 274 línguas. O IBGE levantou, pela primeira vez, dados sobre o local em que vivem os índios e constatou que 517,3 mil deles (ou 57,7% do total) ocupam as terras regularizadas até dezembro de 2010.

O IBGE constatou também que 36,3% dos índios (ou 85% dos que estão fora das terras demarcadas) vivem em áreas urbanas. Esse número não deixa dúvidas quanto à opção desses indígenas por um modo de vida urbano, que lhes oferece condições muito diversas das que dispunham nas terras que deixaram para viver nas cidades. É muito provável que, na maioria dos casos, a demarcação ou não de terras indígenas pouco ou nada tenha a ver com a saída de índios de suas terras. Muitos dos que deixaram suas terras podem ter tomado essa decisão em busca de bens e serviços não disponíveis no ambiente original.

Entre 1991 e 2010, de acordo com o IBGE, a população indígena cresceu 178%. O que explica essa grande expansão não é o aumento da natalidade ou a redução da mortalidade, mas, simplesmente, a utilização de novos critérios para definição dessa população. Muitas pessoas, que antes do último censo se declararam brancas, negras, pardas ou amarelas, agora se declaram índios - certamente para usufruir das vantagens dessa condição, entre as quais a demarcação de terras - e assim foram consideradas pelo IBGE. Por isso, entre 1991 e 2000, cresceu muito o número de pessoas recenseadas como indígenas.

Note-se que, apesar de seu extraordinário aumento nas duas últimas décadas, a população indígena brasileira representa apenas 0,47% da população total do País, de 190,7 milhões de pessoas, de acordo com o Censo de 2010. As terras demarcadas representam 12,5% do território brasileiro.

Embora muitas entidades, por diferentes razões, continuem a acusar o governo de agir com muita lentidão na demarcação de terras indígenas, o que já foi feito nesse campo não deixa dúvidas de que essa população já dispõe de uma grande área para, como determina a

Constituição, assegurar-lhe condições para sua sobrevivência física e cultural, preservando a diversidade cultural e étnica do País.

Justiça determina suspensão de obras em Belo Monte – O Globo. 15/08/2012

Construção deve ficar parada até que índios sejam consultados sobre uso do território

O desembargador federal Souza Prudente, da 5ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), determinou que seja interrompida a obra de construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Segundo a decisão do juiz, a obra deverá ficar paralisada até que os índios sejam ouvidos sobre o uso de parte de seu território. Se a empresa Norte Energia não cumprir a determinação, pagará multa diária de R\$ 500 mil.

A Advocacia Geral da União (AGU) e o Ibama foram surpreendidos pela decisão, uma vez que o julgamento de embargos de declaração, tema que foi alvo da 5ª Turma ontem, não costumam resultar em impedimentos para as obras. Com base nesse fato, a AGU deverá recorrer da decisão.

O Congresso Nacional deverá realizar e aprovar a consulta às comunidades afetadas para que a obra seja liberada. De acordo com o desembargador, os parlamentares também terão que editar um novo decreto legislativo autorizando as obras em Belo Monte.

- Não estamos combatendo o projeto de aceleração do governo. Mas não pode ser um processo ditatorial - disse o desembargador. A empresa Norte Energia, responsável pela obra, deverá ser notificada entre hoje e amanhã e poderá recorrer da decisão no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O desembargador Souza Prudente foi o mesmo que, no início do mês, relatou processo que suspendeu a obra da usina hidrelétrica de Teles Pires, na divisa entre Mato Grosso e Pará, conforme revelou O GLOBO.

Ao longo de toda tarde de ontem, a Turma avaliou embargos de declaração relativos à consulta prévia dos índios da região onde é construída a usina de Belo Monte e entendeu que o Decreto-Lei 788, de 2005 - que dá base legal ao aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu - não levou em conta a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Por essa norma, incorporada à Constituição, seria necessário ouvir as próprias comunidades indígenas afetadas antes de o Legislativo tomar a decisão de aprovar o Decreto-Lei sobre o uso de recursos minerais em suas terras. Segundo o desembargador Souza Prudente, relator do caso de Belo Monte e também do processo de Teles Pires, esse Decreto-Lei apresenta “vícios materiais insanáveis”.

Somadas, Teles Pires e Belo Monte responderão por mais de 13 mil Megawatts de geração de energia no país e custam, ao todo, R\$ 30 bilhões. As hidrelétricas devem entrar em operação em 2015.

Ruralistas pressionam para diminuir proteção nas áreas de APPs e RLs – Site do MST. 16/08/2012

No meio de mais um embate entre a bancada ruralista e parlamentares contrários às mudanças impostas no texto do novo Código Florestal, os rios intermitentes, ou seja, rios que correm só durante alguns meses, poderão ficar sem proteção ambiental e sair do conceito de Área de Preservação Permanente (APP). Na semana passada, em votação tensa, uma emenda aprovada na comissão que estuda o tema acabou com APPs às margens de cursos de água temporários. Porém, hoje (14) ruralistas voltaram atrás e disseram que irão negociar a volta do tema ao texto do novo código.

Mas o recuo não viria sem uma moeda de troca. De acordo com o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), o presidente da comissão, deputado Homero Pereira (PSD-MT), os ruralistas defendem ainda que a MP seja modificada para permitir a construção, em APPs, de reservatórios para irrigação e aquicultura, além de excluir as várzeas do conceito de áreas úmidas e de editar um decreto específico para tratar das multas cobradas de proprietários rurais que descumpriram a legislação ambiental.

A aprovação dessa emenda, na última reunião da comissão mista, na semana passada, acirrou os ânimos entre parlamentares ruralistas e ambientalistas, levando o relator a pedir a suspensão de reunião agendada para o dia seguinte. Temendo novas derrotas, o governo apoiou a estratégia e a conclusão do exame de emendas à MP foi transferida para o dia 28, quando o Congresso realiza a segunda semana de esforço concentrado do período eleitoral.

Até lá, a estratégia do governo é acalmar os ânimos e retomar o diálogo, de acordo com o líder da base aliada no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM). “Vamos buscar o distensionamento e a construção do entendimento necessário para a conclusão da votação da medida provisória”, afirmou Braga. Depois da comissão mista, a MP precisa ainda passar pelos plenários da Câmara e do Senado. Para não perder a validade, precisa ser aprovada pelo Congresso até o início de outubro.

Mais uma polêmica

A respeito da retirada da proteção de rios temporários, de acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), não há um levantamento no Brasil sobre os cursos de água que correm só durante alguns meses. Entretanto, principalmente na caatinga, eles são fundamentais por alimentar os rios maiores e garantir o armazenamento de água, o abastecimento humano e animal em grande parte do ano.

“A emenda aprovada é um crime, uma impunidade!”, critica Anivaldo de Miranda, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, formado por representantes de governos, empresas, sociedade civil e produtores rurais. “O fato de ser intermitente não quer dizer que não seja um corpo hídrico”, completou Miranda.

Ele menciona que, como os maiores rios do semiárido são formados por centenas de afluentes, muitos temporários, a desproteção das matas ciliares pode causar uma reação em cadeia, atingindo todo bioma e contribuindo para a desertificação. Miranda lembra que esses cursos de água são fundamentais para a produção agropecuária. “Será que essas pessoas sabem sobre o que estão deliberando?”, questiona.

Cerrado

A comissão terá ainda de buscar acordo sobre regra para cômputo das APPs no percentual mínimo obrigatório de reserva legal nas regiões de cerrado da Amazônia Legal. A mudança na regra foi incluída ainda na votação do texto base do relator, mas o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) apresentou emenda para retirar a norma, por considerar que, na prática, reduz o mínimo exigido de reserva legal em propriedades localizadas no cerrado da Amazônia Legal.

Emendas aprovadas

Além da emenda que trata dos rios temporários, a comissão mista aprovou modificação no conceito de pousio (interrupção de cultivos visando à recuperação do solo), retirando a limitação do percentual de 25% de sua aplicação às propriedades rurais.

Código Florestal: risco de retrocesso. Jorge Viana – Folha de São Paulo, Opinião. 16/08/2012

Querem acabar com a proteção às APPs nas margens de rios não perenes. Carrascos do meio ambiente também perdem com a ampliação do desmatamento

A sociedade aguarda com expectativa o desfecho da votação da medida provisória 571, que altera o Código Florestal. A comissão especial do Congresso que analisa o texto da medida, contudo, dá sinais de que pode impor um retrocesso. A situação é absurda. Ninguém tem o direito de comprometer o futuro do país.

A comissão aprovou dispositivo que põe fim às Áreas de Proteção Permanente (APPs) nas margens de rios não perenes. A emenda alterou dramaticamente o texto do Código Florestal, por mexer com a vegetação protetora dos rios que secam periodicamente. Tais rios são os que sustentam e dão vida aos rios maiores e permanentes. Representam mais de 50% dos cursos d'água no Brasil.

Antes, os radicais ruralistas atacavam as florestas. Agora, querem acabar com as águas. Água! O bem mais precioso para a vida. Sem água, não há vida, não há produção.

É um golpe inaceitável para a estratégia de desenvolvimento do país. Acabar com a proteção a rios temporários amplia o desmatamento, compromete a produção. Intolerável.

Enquanto o mundo busca um novo padrão de produção e consumo, de olho no desenvolvimento sustentável, alguns acenam a colocar o Brasil na vanguarda do atraso.

Ora, o Brasil vem dando passos firmes para tornar sua produção sustentável e garantir alimentos ao nosso povo e a outras nações. Nos últimos 50 anos, saltamos de 17,2 milhões de toneladas de grãos produzidos anualmente para 162 milhões, apenas dobrando a área de cultivo.

Podemos fazer mais e melhor, aliando produção de alimentos com respeito ao ambiente. O país tem situação invejável. Vem ampliando a produção, ganhando em produtividade, com menos desmatamentos.

Floresta, aqui, sempre foi vista como um problema, quando é parte da solução. Um ativo econômico tão importante quanto o agronegócio. Afinal, o Brasil detém a maior área de floresta

tropical do planeta e grande parte da reserva de água doce. Ninguém tem o direito de comprometer essa riqueza. Para alguns, lamentavelmente, nossa riqueza de clima, solo, florestas e águas é maldição.

A sociedade precisa se mobilizar contra os que têm os votos do atraso. Eles, radicais ruralistas, querem rever o que já estava decidido. A desproteção a rios temporários nunca foi tentada e o dispositivo que garantia as APPs estava no texto original aprovado na Câmara, no Senado e consta da MP 571. Antes, queriam legalizar áreas desmatadas ilegalmente como consolidadas. Agora, querem ampliar o desmatamento.

Propomos a suspensão da análise da medida provisória, com o aval do governo Dilma. É hora daqueles que pensam o Brasil se sentarem novamente à mesa em busca do bom senso. Sem radicalismo, é preciso construir o entendimento que possa valer para a comissão e para o plenário da Câmara, que tem sido um carrasco para o meio ambiente.

Se a votação seguir nesse rumo, fica afastada a hipótese terrível de o Brasil não apenas legalizar os desmatamentos até 2008. Mas também comprometer o seu futuro.

O governo precisa ser firme. É falsa a dicotomia que opõe meio ambiente e produção de alimentos. Reitero o que venho apontando: não podemos recuar. Só asseguraremos um futuro próspero para o Brasil se tivermos maturidade para garantir agora uma legislação responsável e realista. Do contrário, as próximas gerações estão ameaçadas pela ambição de poucos. Se o meio ambiente perder agora, todos perderão, inclusive os produtores rurais.

Judiciário e meio ambiente. Isabel Freitas – Site do MMA. 16/08/2012

Ministra Izabella Teixeira participa de abertura do evento no STJ que segue até sexta-feira

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participou na manhã desta quinta-feira (16/08) da abertura do encontro "O Poder Judiciário e o Meio Ambiente" no auditório do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Durante o evento, que debaterá temas ligados à responsabilidade socioambiental, criação de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente e gestão sustentável, a ministra ressaltou o avanço da Justiça nos últimos 20 anos, com a discussão das diretrizes do novo modelo de desenvolvimento no país baseado na sustentabilidade. "O Judiciário tem sido muito receptivo com as inovações em defesa do meio ambiente e se mostra alinhado com os poderes legislativo e executivo", disse.

Em seu discurso, a ministra também reforçou a agenda positiva criada após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, (Rio +20), com o fortalecimento da gestão compartilhada com a sociedade, poder público e setor privado. "Todo gestor quer ser eficiente e para isso é preciso cortar gastos", afirmou. "A agenda ambiental da administração pública, por exemplo, tem conseguido bons resultados e a ideia agora é certificar as boas práticas para incentivar o consumo e a produção sustentável".

AGENDA AMBIENTAL

No encontro, o STJ renovou com o Ministério do Meio Ambiente o termo de adesão com a A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública). "O STJ conseguiu reduzir em 3% o consumo de energia, diminuiu o uso de papel e aumentou o percentual de materiais reciclados em dois anos",

salientou Izabella Teixeira. "Esses números mostram o comprometimento com as diretrizes da A3P".

O presidente do STJ, Ari Pargendler, o senador Carlos Eduardo Braga (PMDB-AM), o ministro Herman Benjamin, e o diretor do STJ, Silvio Ferreira, participaram da solenidade. A conferência segue até sexta-feira (17/08) e os debates serão transmitidos ao vivo pelo site do STJ. (www.stj.jus.br)

Paralisação das obras de Belo Monte deve ir ao STF – Folha de São Paulo, Mercado. 16/08/2012

Segundo Justiça, índios não foram consultados

A paralisação das obras da hidrelétrica de Belo Monte, decidida nesta semana pela Justiça Federal, deverá ser levada aos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal).

Juízes federais que julgaram o caso entenderam que comunidades indígenas da região afetada não foram consultadas antes de o Congresso aprovar a construção da hidrelétrica, em 2005.

A usina, em construção no rio Xingu (PA), é uma das principais obras do governo federal. O governo diz que os índios foram ouvidos após a autorização do Congresso.

A obrigatoriedade da consulta aos índios está prevista na Constituição e, por isso, juristas ouvidos pela Folha dizem que o recurso para contestar a paralisação deve ser apresentado ao STF, que julga questões constitucionais.

Não cabe mais recurso ao TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), responsável pela decisão de paralisação da obra. O governo já afirmou que irá recorrer.

Norte Energia fala em risco de desemprego – Folha de São Paulo, Mercado. 17/08/2012

A Norte Energia afirmou que a paralisação das obras de Belo Monte (PA), determinada pela Justiça Federal, vai provocar desemprego e o cancelamento de benfeitorias feitas como contrapartida aos impactos da usina. Em nota, o consórcio afirmou que mais de 20 mil empregos estão em risco.

AGU tenta derrubar ação que paralisa Belo Monte. André Borges – Valor Econômico. 17/08/2012

O governo colocou a Advocacia Geral da União (AGU) em ação para evitar a paralisação das obras da hidrelétrica de Belo Monte, em construção no município de Vitória do Xingu, no Pará. Um grupo de especialistas da AGU foi mobilizado para tentar derrubar o mais rápido possível a decisão da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que mandou suspender a construção da usina sob alegação de que os índios da região devem ser consultados pelo Congresso Nacional a respeito do impacto do projeto. A decisão do desembargador federal

Souza Prudente, que se baseou na Constituição brasileira e na legislação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para pedir o impedimento da obra, foi tomada na terça-feira. Até o momento, porém, o consórcio Norte Energia, responsável pelo empreendimento, alega que não foi oficialmente notificado sobre a decisão e que, por conta disso, mantém os trabalhadores em atividade nos canteiros de obra.

No governo, a convicção é de que os índios foram previamente consultados e que a decisão do TRF será derrubada pela AGU antes de chegar à Norte Energia. Na região, a preocupação se concentra numa eventual necessidade de desmobilizar os trabalhadores.

Belo Monte já ultrapassa a marca de 12 mil funcionários. Destes, 10,2 mil estão ligados ao consórcio construtor de Belo Monte (CCBM), um grupo de empreiteiras liderado pela construtora Andrade Gutierrez. Cerca de 45% do contingente tem casa em Altamira, localizada a cerca 80 km dos canteiros da obra. Os demais de 5 mil funcionários da Andrade, portanto, são de outras regiões. Caso o empreendimento seja paralisado, a empresa terá que encaminhar os trabalhadores para suas casas, ou mantê-los nos alojamentos.

A expectativa da Norte Energia é de que Belo Monte tenha o mesmo desfecho que Teles Pires, hidrelétrica que também está em construção no Pará. Na terça-feira, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador Mário César Ribeiro, autorizou a continuidade das obras da usina Teles Pires, que também estava paralisada por um processo movido pelo TRF-1.

Por meio de nota, a Norte Energia informou que as comunidades indígenas da região sempre foram consultadas e suas opiniões respeitadas na elaboração do projeto. A empresa alega que, com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), realizou entre dezembro de 2007 e outubro de 2009 um total de 38 reuniões em 24 aldeias que fazem parte do processo de consulta, além de quatro audiências públicas nas cidades de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém. A consulta nas aldeias respeitou os costumes e tradições das comunidades. Para os que não entendem a língua portuguesa - os povos indígenas Xikrin do Bacajá, Parakanã, Araweté, Arara e Assurini - foram utilizados intérpretes, escolhidos por eles, que se encarregaram da tradução do português para as respectivas línguas maternas. Segundo a empresa, as audiências atraíram cerca de 8 mil participantes, dos quais mais de 5 mil em Altamira. Dentre eles, aproximadamente 200 eram lideranças de comunidades indígenas.

Campo pode ter perda bilionária com Protocolo de Nagoya. Tarso Veloso – Valor Econômico. 17/08/2012

Ainda que não exista uma estimativa oficial concreta, os prejuízos do Brasil com o Protocolo de Nagoya poderão ser bilionários se de fato ele for ratificado. Assinado pelo governo em fevereiro de 2011, o documento, que prevê o pagamento de royalties para o país que fizer uso da biodiversidade de outro, tramita na Câmara dos Deputados e aguarda a criação de uma comissão especial para discuti-lo.

Para avaliar o impacto do acordo, o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône) traçou em 2010 um cenário hipotético que mostrava que, se a taxa cobrada por outros países sobre o uso de suas espécies nativas pelo Brasil fosse de 1%, o país teria que pagar R\$ 639 milhões em royalties referentes aos volume de 2009 de produção de

cana-de-açúcar, soja, farelo de soja e carnes bovina, suína e de frango, aos países de origem desses produtos.

"A intenção das discussões em torno do protocolo era repartir benefícios da biodiversidade sem que houvesse perdas", diz o gerente-geral do Icone, Rodrigo Lima. "É importante que o governo brasileiro faça pesquisas [sobre o impacto do acordo, a exemplo do que acontece em outros países]", comentou.

O protocolo, que só pode entrar em vigor depois de ser ratificado por 50 países, afetará toda a cadeia de produtos oriundos de outras nações. A Colômbia, segundo uma fonte do Ministério da Agricultura, já puxou a fila e disse que pretende cobrar 30% pelo uso da batata. Por enquanto, apenas México, Ruanda, Jordânia e Seicheles ratificaram o acordo, assinado por 92 países no total.

Apesar de seus possíveis impactos, o assunto não chama a atenção no Congresso brasileiro. O governo avalia que os parlamentares consideram "distante" a discussão.

O principal prejuízo para o Brasil, de acordo com o Icone, recairia sobre a soja, carro-chefe do agronegócio no país, que colheu 66,4 milhões de toneladas do grão em 2011/12. Ao mesmo tempo, o principal país importador da soja brasileira, que é a China, berço da soja, seria o grande beneficiado nesse tabuleiro.

Ao assinar o acordo, afirma uma fonte da Agricultura, o Brasil ignorou vários pontos que ainda não estão claros, como a forma da cobrança. No caso de sementes, por exemplo, também não se sabe se variedades existentes serão passíveis de cobrança ou se só as novas, convencionais ou transgênicas. Mas está claro que haveria cobrança sobre produtos plantados ou industrializados.

Durante a negociação, em outubro de 2010, representantes do Itamaraty, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento bateram cabeça na hora de decidir se deveriam dar a garantia de assinatura ou esperar futuros estudos. "Em um determinado momento, uma parte se empolgou e acabou vendendo o que não pode entregar", afirmou uma fonte da Agricultura.

Já uma fonte do Itamaraty defendeu a assinatura e disse que o governo quer sua aprovação. "O Brasil participou ativamente das negociações em torno do texto e, do ponto de vista do poder executivo, a decisão foi tomada no mais alto nível. A prova disso é que a presidência encaminhou o texto para ser discutido no Congresso e quer ver isso aprovado".

A proposta de análise do texto, que foi enviada ao Congresso, estudará o resultado do Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). O CDB foi concluído durante a 10ª Reunião da Conferência das Partes na Convenção, em outubro de 2010 (COP-10), e assinado em Nova York. Em 25 de junho deste ano, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados remeteu o texto a diversas comissões.

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), entregou um requerimento em 10 de julho para realizar uma audiência pública para discutir o protocolo. Segundo o ofício, a intenção preparar o terreno para a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 11), que será realizada em outubro na Índia.

Algumas pessoas dentro do governo avaliam que, ao contrário do que se pensa, o Brasil não seria beneficiado devido a sua grande biodiversidade. Conforme a fonte do Ministério da Agricultura, na reta final das negociações foi retirado do texto o parágrafo que defendia o ressarcimento por fármacos sintetizados, área em que o Brasil poderia ganhar.

A análise do Ministério da Agricultura é que o governo "vendeu sem ter". Segundo uma fonte da Pasta, o governo assinou um protocolo sem fazer nenhum estudo sobre os prejuízos em relação ao assunto.

Mas essa tese é desconstruída pelo secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Brandão Cavalcanti. Em entrevista ao **Valor**, ele afirma que o tratado é um passo significativo para o país, e que a posição brasileira foi decisiva para que o protocolo fosse para frente. "O acordo é interessante para o Brasil, pois significa que vamos garantir a repartição da biodiversidade. No passado, já houve tentativas de patentear nossa biodiversidade no exterior. Agora, podemos nos beneficiar das novas empresas que vão usar biodiversidade nativa para alimentos e cosméticos", disse.

Justiça atrasa contrato de Belo Monte. Eduardo Rodrigues, Fernanda Nunes e Renato Andrade. – O Estado de São Paulo, Economia. 18/08/2012

BNDES aguarda autorização legal para assinar contrato de financiamento e chuvas, a partir de dezembro, podem prejudicar as obras

Duas semanas após assumir a presidência da Norte Energia, Duílio Diniz de Figueiredo já descobriu que não terá vida fácil no comando da empresa responsável pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Na última terça-feira, uma turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou a paralisação das obras na região de Altamira.

"Será uma batalha constante, até que a usina comece a operar", reconheceu o executivo, em entrevista ao Estado. Existe mais de uma dezena de ações na Justiça contra a instalação das turbinas que irão gerar 11,2 mil megawatts (MW) de energia quando a usina estiver concluída, em 2019.

O canteiro da obra continua em atividade, como informou ontem José da Costa Neto, presidente da Eletrobrás, uma das participantes da Norte Energia. Até ontem, o consórcio ainda não havia sido notificado da decisão do TRF. Ele negou que as ações de compensação social e ambiental previstas no licenciamento ambiental não estejam sendo cumpridas e disse que, em reunião no Palácio do Planalto, na quinta-feira, a presidente Dilma Rousseff cobrou agilidade no andamento do projeto. "Ela quer, se possível, que a gente antecipe as ações", disse.

O contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o projeto de Belo Monte está praticamente pronto, mas a decisão do TRF do Pará deve atrasar a liberação do dinheiro. Somente depois de resolvida a questão judicial a versão final do contrato de R\$ 20 bilhões a R\$ 22 bilhões será levada a votação pela diretoria do banco. Os executivos da Norte Energia estão preocupados com os efeitos da paralisação dos trabalhos na obra que emprega quase 20 mil pessoas .

"Estamos preocupados com a dimensão e com o reflexo que uma paralisação dessa pode ter", afirmou Duílio Figueiredo, funcionário de carreira da Eletrosul, uma das subsidiárias da Eletrobrás, sócia da usina que será instalada no rio Xingu.

O desembargador alegou em seu relatório que as comunidades nativas da área da Grande Volta do Rio Xingu não foram ouvidas antes do decreto legislativo que autorizou o início do processo de concessão, em 2005. A diretoria da Norte Energia contesta. "Foram 38 reuniões com 24 grupos indígenas, além de audiências públicas em quatro municípios da região", disse Figueiredo. Ele sustenta que Belo Monte não está localizada em terras demarcadas. "O reservatório não atingirá um centímetro quadrado de área indígena."

Empréstimos. Enquanto aguarda a decisão da Justiça para o financiamento, o BNDES já concedeu R\$ 2,9 bilhões em dois empréstimos-ponte para o empreendimento. O primeiro foi contratado em junho de 2011. O segundo foi aprovado em fevereiro e contratado em março passado. A operação mais recente foi indireta, com repasse dos bancos Caixa (R\$ 1,5 bilhão) e ABC Brasil (R\$ 300 milhões).

O empréstimo-ponte é uma modalidade de financiamento de curto prazo, garantido por fiança bancária ou por um banco repassador, para os investimentos iniciais enquanto é feita a análise aprofundada do projeto. Quando o financiamento de longo prazo é concedido, quita-se o empréstimo-ponte.

O MPF do Pará questionou o BNDES sobre os termos dessas operações e também fez um pedido de informações em 30 de maio para verificar a aplicação da política ambiental do próprio banco na análise do financiamento de longo prazo.

Por causa do período de chuvas que começa em dezembro na região onde será instalada a usina, os engenheiros têm pouco mais de três meses para aproveitar o período de seca e tocar uma série de obras. A suspensão das atividades agora afetaria diretamente as escavações para a instalação de uma das casas de força da hidrelétrica, além de outros projetos importantes para a empresa e para a comunidade da região. "A paralisação encurtará nosso cronograma e talvez não seja possível realizar esse esforço de recuperação dentro da janela hidrológica", afirmou o diretor de engenharia e construção da Norte Energia, Antônio Kelson Elias Filho.

Greve ameaça antecipação de usina, diz Belo Monte. Julia Borba – Folha de São Paulo. 18/08/2012

Previsão era começar operação em 2014, mas prazo inicial, de 2015, volta a vigorar

O presidente da Norte Energia, responsável pela obra da hidrelétrica de Belo Monte, Duílio Figueiredo, afirmou ontem que ainda não sabe estimar qual será o prejuízo financeiro causado pela paralisação da obra.

Mas há pelo menos um cronológico. A greve pode atrasar o cronograma da usina, que deve entrar em operação em fevereiro de 2015.

"Não estamos contando com antecipação da obra neste momento. Trabalhamos com o prazo que está no contrato", disse o presidente.

Logo após processo de licitação para construção de Belo Monte, o setor criou a expectativa de que a obra pudesse ser antecipada em até seis meses, com a primeira máquina entrando em operação em meados de 2014.

Na terça-feira, o TRF1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) determinou que a construção da usina, em andamento há 14 meses, fosse suspensa.

A decisão foi tomada após o tribunal identificar ilegalidade em duas etapas do processo de autorização da hidrelétrica, uma no STF e outra no Congresso Nacional.

De acordo com Figueiredo, a notificação deverá passar pelo Ibama antes de chegar ao conhecimento do grupo.

Por esse motivo, as obras ainda não foram suspensas e ainda não foi possível estimar a extensão da medida e o respectivo impacto econômico.

Energia para crescer. Josué Gomes da Silva – Folha de São Paulo. 19/08/2012

Dentre os diferenciais competitivos do Brasil, além das reservas de água, recursos naturais, capacidade de produzir alimentos, equilíbrio nas contas públicas e mercado interno consistente, que já abordei em colunas anteriores, também merecem ênfase nosso potencial e diversidade na área da energia. Temos a matriz mais renovável do mundo industrializado: 45,3% são provenientes de fontes como a hídrica, biomassa, etanol, eólica e solar.

Para entendermos melhor o significado de produzir energia sem poluir, num planeta às voltas com as mudanças climáticas, as hidrelétricas são responsáveis pela geração de 75% da eletricidade do país. Um feliz contraste com a matriz energética mundial, composta por apenas 13% de fontes renováveis, no universo das nações industrializadas, e 6% nas que se encontram em desenvolvimento.

Quanto ao etanol, processamos cerca de 30 bilhões de litros anuais, sem ameaçar a cultura de alimentos, pois temos terras disponíveis para plantar tudo o que for preciso. Ademais, nosso produto, proveniente da cana de açúcar, é mais competitivo que o de milho, feito nos Estados Unidos.

Deveremos alcançar 37 bilhões de litros em 2015. Além de renovável, o álcool hidratado propicia ganho ambiental. Graças ao seu uso como combustível ou aditivo da gasolina, o Brasil evitou, nos últimos 32 anos, emissão superior a 800 milhões de toneladas de dióxido de carbono.

Também são expressivas as possibilidades do país na energia eólica. Na América Latina e Caribe, é o que tem a maior capacidade de produção, com potencial próximo de 143 mil megawatts. Contudo, estudos mais recentes indicam que podemos alcançar índices ainda mais elevados.

O Brasil é igualmente rico no tocante aos combustíveis fósseis, tendo atingido a autossuficiência na produção de petróleo e avançado muito na extração de gás natural. Isso, sem iniciarmos a exploração da "província do pré-sal", que nos transformará em um dos grandes produtores internacionais.

Essa privilegiada condição deve-se ao avanço da Petrobras, uma das mais eficazes companhias do setor de energia em todo o mundo graças, em especial, ao seu competente quadro técnico. A companhia desenvolve tecnologia de ponta e altamente sofisticada, nos permitindo alcançar jazidas em águas profundas.

Contamos, ainda, com organizações privadas como o Grupo EBX, que também gera empregos e renda na realização de importantes empreendimentos e na implantação de modernos projetos de infraestrutura no Brasil.

Se utilizarmos nosso grande diferencial energético com eficácia e sabedoria, este será um grande trunfo para sustentar nosso desenvolvimento.

Porto Velho tem falta de água e culpa usina. Felipe Luchete – Folha de São Paulo. 19/08/2012

Empresa de abastecimento de Rondônia e governo federal dizem que hidrelétrica de Santo Antônio prejudica captação. Parecer afirma que obra mudou fluxo do Madeira e deixou parada água no local das bombas; usina nega responsabilidade.

Metade da população de Porto Velho (RO), cidade de 428 mil habitantes, tem passado por "rodízio" de água devido a um problema na estação de abastecimento da cidade, vizinha à usina de Santo Antônio, no rio Madeira.

O ponto do rio onde estão as bombas de captação praticamente secou na semana passada. A empresa estadual de abastecimento atribui o problema à hidrelétrica. A empresa responsável nega.

Santo Antônio é a quinta principal obra do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e começou a gerar energia em março.

Localizada a sete quilômetros do centro da cidade -a maioria das usinas na Amazônia fica mais afastada-, a obra já provocou deslizamentos em terrenos de um bairro no início do ano, forçando a saída de 600 pessoas.

Na última semana, moradores e comerciantes do centro passaram a ter água um dia sim, outro não, segundo a Caerd (Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia).

A diretora técnica da empresa, Débora Reis, diz que as bombas não conseguem puxar água porque se formaram bancos de areia no ponto de captação. O sistema chegou a ficar 30% comprometido, avalia.

O caso fez o Ministério Público solicitar vistoria técnica do Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia, ligado ao governo federal), que apontou a hidrelétrica como causadora do problema.

Segundo parecer do Sipam, a construção e principalmente o início da operação da usina mudaram o fluxo do rio Madeira e deixaram "parada" a água no local das bombas. A redução de velocidade provocou a acumulação de sedimentos.

A Santo Antônio Energia, empresa concessionária da usina, diz que não há ligação entre suas obras e a dificuldade na captação de água.

Afirma que o problema ocorre devido ao baixo nível do rio Madeira, fenômeno comum nesta época do ano.

Mas o Sipam diz que não houve comprometimento da captação nem no ano mais seco do Madeira, em 2005.

A Santo Antônio enviou equipamentos e pessoal à estação na semana passada, onde instalou outras bombas e começou a "cavar" o ponto de captação.

Mudanças climáticas e os 'céticos'. José Goldemberg – O Estado de São Paulo. 20/08/2012

Por incrível que pareça, estamos atravessando, neste início do século 21, uma onda de obscurantismo cultural e científico sem precedentes. Ela tem origem, principalmente, nos Estados Unidos, mas está se propagando pelo restante do mundo.

Ao mesmo tempo que os físicos estão conseguindo desvendar os mistérios da natureza com a descoberta do bóson de Higgs - "a partícula de Deus" -, a cientologia avança nos Estados Unidos e a teoria da evolução de Darwin é questionada nas escolas de vários Estados daquele país.

Algumas dessas crenças têm origem em pequenos grupos religiosos retrógrados que exploram a boa-fé de pessoas de baixo nível educacional, mas outras têm, claramente, motivações mais perversas e até interesses comerciais. A cientologia, em particular, é considerada uma religião nos Estados Unidos, sendo, portanto, isenta do pagamento de impostos. Alguns de seus ensinamentos atingem o nível do absurdo ao afirmarem que bilhões de seres de outras galáxias se apossaram dos seres humanos há dezenas de milhões de anos, quando ainda nem havia seres humanos, e continuam neles até hoje.

O que elas todas têm em comum, contudo, é o completo desconhecimento do que é ciência. Isso é o que está ocorrendo no momento também com os "céticos" que questionam o fato notório de que a ação do homem está provocando o aquecimento do planeta.

As bases científicas do aquecimento da Terra são simples: desde o início da Revolução Industrial, no início do século 19, os seres humanos passaram a consumir quantidades crescentes de combustíveis fósseis - carvão mineral, petróleo e gás natural -, cujo resultado é a produção de um gás, o dióxido de carbono (CO₂), que é lançado na atmosfera, onde permanece por um longo período de tempo. Sucede que esse gás é transparente e deixa a luz solar passar, atingindo o solo e aquecendo-o. O normal seria esse calor voltar para o espaço, porém isso não ocorre porque o dióxido de carbono não deixa o calor passar e voltar para o espaço. Com isso, todo o nosso planeta está ficando mais quente, como se verifica numa estufa onde se criam rosas ou vegetais no inverno.

Há muitas outras causas conhecidas para o aquecimento global, como as manchas solares, a inclinação do eixo da Terra, as erupções vulcânicas, etc. De fato, ao longo da existência do planeta - que se estende por bilhões de anos - houve grandes variações na temperatura e elas são bem entendidas pelos geólogos.

Acontece que, sobrepondo-se a essas causas naturais do aquecimento, existe a ação do homem, que consome combustíveis fósseis e lança gases na atmosfera. Esse fenômeno tem sido estudado por um grande número de cientistas há mais de 50 anos.

Para entender o que aconteceu até agora e tentar prever o que vai acontecer nas próximas décadas os cientistas construíram modelos de como o clima da Terra se comporta à medida que o tempo passa e a atmosfera se modifica com mais dióxido de carbono, originado da queima dos citados combustíveis fósseis. Nesses modelos, o que se faz é relacionar causa e efeito, que é a maneira como a ciência funciona. A causa é a presença de maiores quantidades de gases na atmosfera e o efeito, o aquecimento resultante do nosso planeta.

Há incertezas nas previsões científicas, mas com o passar do tempo elas estão ficando cada vez mais confiáveis e precisas. Por exemplo, James Lovelock, ídolo dos ambientalistas por suas ideias sobre a "hipótese Gaia" - que considera a Terra toda com características de um ser vivo -, não questiona a realidade do aquecimento global como resultado da ação do homem, mas sim a necessidade de mais pesquisa sobre o tema.

É contra essas evidências que se manifestam os "céticos", cuja motivação não é clara. Alguns o fazem para atrair a atenção do público e outros podem estar sendo estimulados pelas indústrias que serão prejudicadas caso seja limitado o uso de combustíveis fósseis, que tem sido proposto por vários países.

Esses "céticos" não adotam o método científico ao fazerem as suas críticas. Eles simplesmente emitem opiniões e previsões esdrúxulas, como a de que a Terra estaria passando por um processo de resfriamento, em lugar de se aquecer, num futuro que eles não especificam. Cartomantes podem fazer isso, mas não cientistas.

Os "céticos", a maioria deles sem formação científica na área de mudanças climáticas, conseguiram notoriedade nos Estados Unidos publicando artigos no Wall Street Journal (!). Alguns jornalistas mal informados frequentemente dão grande cobertura a essas pessoas porque elas provocam controvérsias que atraem os leitores. Para alguns, é considerado bom jornalismo que "se ouçam os dois lados", o que é válido para muitos outros assuntos, como, por exemplo, a descriminalização da maconha ou as vantagens da introdução da pena capital para crimes hediondos, em relação aos quais existem opiniões divergentes.

Sucedem que no caso do aquecimento global não há "dois lados": o que existe são previsões científicas baseadas na ciência que conhecemos, que podem não ser perfeitas - como é todo o conhecimento científico -, mas têm avançado muito. O "outro lado", de modo geral, utiliza informações pseudocientíficas, ou simplesmente dúvidas lançadas ao vento que não podem ser respondidas sem uma argumentação científica que não é adequada para programas populares.

Opiniões pessoais ou crenças religiosas devem ser respeitadas, mas argumentos incorretos que prejudicam a adoção de políticas públicas importantes - como as de prevenir o aquecimento da Terra reduzindo o consumo de combustíveis fósseis - são perniciosos e não atendem ao interesse público.

Risco de atrasos em Belo Monte. André Borges – Valor Econômico, Capa. 20/08/2012

A construção da usina de Belo Monte, a maior hidrelétrica do Brasil, corre o risco de ter seu cronograma de operação atrasado em até um ano. Iniciada há 14 meses, no rio Xingu, a obra atravessa um momento crítico. Para iniciar a barragem definitiva da usina, é preciso desviar o rio com uma barragem provisória. A execução dessa estrutura, de quase um quilômetro de extensão, corre contra o tempo para ficar pronta até dezembro, quando começa o período das chuvas.

"Neste momento, essa é a nossa maior preocupação", diz Duílio Diniz de Figueiredo, novo presidente da Norte Energia, consórcio responsável pela usina. "Isso significa suspender ou até mesmo demitir boa parte das 13 mil pessoas que hoje atuam em Belo Monte". Já foram investidos mais R\$ 5 bilhões na usina desde o início das obras, em junho de 2011.

A Norte Energia tem ainda de vencer duas etapas para iniciar o desvio do Xingu. Primeiro, tem de derrubar determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que ordenou a suspensão imediata da obra sob alegação de que o processo de licenciamento ambiental não teria incluído a consulta prévia às populações indígenas. Além disso, a barragem provisória precisa obter a autorização do Ibama para que os trabalhos possam começar.

Belo Monte corre risco de atrasar um ano. André Borges – Valor Econômico. 20/08/2012

Figueiredo, presidente: "Se essa obra específica não sair a tempo, teremos que parar todo o resto. Significa suspender e até demitir parte das 13 mil pessoas da obra"

A construção da maior hidrelétrica do Brasil corre o risco de ter seu cronograma de operação atrasado em até um ano. A usina de Belo Monte, que teve as suas obras iniciadas há 14 meses nas margens do rio Xingu, no Pará, vive hoje o seu momento mais crítico, tudo por conta do prazo para construção da chamada "ensecadeira". Essa barragem provisória erguida com o uso de terra e de rochas - sem concreto ou qualquer outro material industrial - é usada para fazer o desvio do rio. Sua conclusão é crucial para que os trabalhadores possam, finalmente, dar início à construção daquela que será a barragem definitiva da usina. Acontece que essa estrutura gigantesca, de quase um quilômetro de extensão, tem agora um prazo exíguo para ficar pronta: dezembro, quando começa o período das chuvas. A gravidade da situação é alertada pelo novo diretor-presidente da Norte Energia, Duílio Diniz de Figueiredo, que acaba de assumir o comando do consórcio responsável por Belo Monte.

"Nesse momento, essa é a nossa maior preocupação. Se essa obra específica não sair a tempo, teremos que parar todo o resto. E isso significa suspender ou até mesmo demitir boa parte das 13 mil pessoas que hoje atuam em Belo Monte", disse Figueiredo, em entrevista exclusiva ao **Valor**.

O maior receio da Norte Energia é iniciar a obra, mas não conseguir concluí-la até o fechamento da "janela hidrológica", daqui a pouco mais de três meses. No caso de uma ensecadeira, diz Figueiredo, essa hipótese tem que ser totalmente descartada, sob risco de causar um desastre ambiental. "Precisamos dessa estrutura pronta, com a segurança garantida. Já estamos entrando numa faixa crítica de prazo", disse Figueiredo. "Uma chuva forte sobre uma ensecadeira não concluída pode comprometer toda estrutura e levar a barragem rio abaixo. As consequências

podem ser extremamente graves, com riscos de inundação e mortandade elevada de peixes", comentou.

Para complicar a situação, a Norte Energia tem ainda que vencer duas etapas para iniciar o desvio do Xingu. Primeiro, tem que derrubar a determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que na semana passada ordenou a suspensão imediata do empreendimento, sob alegação de que o processo de licenciamento ambiental não teria incluído a consulta prévia a populações indígenas, desrespeitando a Constituição brasileira e a legislação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Norte Energia nega todas as acusações e, por meio da Eletrobras, já recorreu à Advocacia Geral da União para que a decisão seja derrubada. A AGU só poderá agir, no entanto, quando o TRF notificar, oficialmente o consórcio.

Paralelamente, é necessário ainda que as obras da enseadeira obtenham autorização do Ibama, da Agência Nacional das Águas (ANA) e da Fundação Nacional do Índio (Funai). Segundo Duílio Diniz de Figueiredo, a operação já teve sinal verde da Funai e da ANA. A expectativa do consórcio é que, ainda nesta semana, o Ibama libere a autorização para que a barragem provisória seja iniciada. "Essa é uma obra auxiliar para que outras etapas sejam iniciadas. Ela deveria ter começado na semana passada, mas não foi possível. Temos que inicia-la imediatamente."

Já foram investidos mais R\$ 5 bilhões em Belo Monte, uma média de R\$ 360 milhões por mês desde o início das operações. Até o fim deste ano, mais R\$ 2 bilhões deverão ser desembolsados. A possível paralisação do empreendimento não preocupa apenas empresários. Para os municípios da região, a obra significa dinheiro nos cofres. Com 13% do empreendimento pronto até agora, a Norte Energia já desembolsa R\$ 45 milhões por mês para pagar impostos à União, Estados e municípios. Disso, R\$ 30 milhões ficam retidos nos municípios por conta do Imposto Sobre Serviços (ISS). A pequena cidade de Vitória do Xingu, que será a mais afetada pelo enchimento do lago da usina, fica com 94% desse repasse. Altamira, que centraliza os maiores impactos sociais e sofre com a precariedade total de sua infraestrutura, fica com apenas 6%.

"Sabemos das dificuldades que temos, mas somos otimistas. Acredito que nosso cronograma será cumprido, sem nenhum tipo de alteração", diz Figueiredo, engenheiro de formação, com 41 anos de experiência no setor, boa parte deles acumulados na Eletrosul, em Florianópolis (SC).

Belo Monte terá duas casas de força para geração. A primeira turbina da barragem complementar (Pimental) tem previsão de ser ligada em fevereiro de 2015. Na casa de força principal (Belo Monte), as máquinas começam a ser acionadas a partir de março de 2016.

Até lá, a Norte Energia terá que dar fim a questões complexas, como a realocação de 5,2 mil famílias, o que significa trocar o endereço de mais de 15 mil pessoas. Figueiredo diz que a aquisição de três áreas que somam entre 220 e 250 hectares já está fechada. As terras custaram R\$ 18 milhões. A previsão é que as casas comecem a ser erguidas em três meses, após obtenção de licenciamento e aval da prefeitura de Altamira.

As movimentações em torno de Belo Monte também envolvem a composição do consórcio Norte Energia. Conforme adiantou o portal **Valor** na sexta-feira, a Engevix, companhia que detém 3,75% do consórcio, iniciou tratativas com os demais sócios para vender a sua participação. A empresa não se posicionou sobre o assunto até o fechamento desta edição. A Engevix é sócia de Belo Monte por meio de um Fundo de Investimento em Participações (FIP)

com o Funcef, da Caixa, o qual tem preferência para adquirir a participação da empresa. Atualmente, o chamado "Caixa FIP Cevix" detém uma participação total de 5% na Norte Energia. A Funcef, dona de 25% das cotas desse FIP, controla 1,25%. A Engevix tem os demais 75% das cotas, que equivalem a 3,75%.

A Funcef detém ainda, sozinha, outros 5% da Norte Energia. O Petros, fundo da Petrobras, é dono de 10%. Majoritário, o grupo Eletrobras tem 49,98% da sociedade, ao lado da Neoenergia (10%) e da Amazônia (Cemig e Light), com fatia de 9,77%. Entre os autoprodutores de energia estão a Vale (9%) e a Sinobras (1%). A J.Malucelli Energia é dona de 0,25%

MDA apresenta Copa Orgânica Sustentável a potenciais parceiros – Site do MDA. 21/08/2012

A Campanha Copa Orgânica e Sustentável foi apresentada na 36ª Reunião do Conselho Nacional de Turismo (CNT), promovida pelo Ministério do Turismo, nesta terça-feira (21), em Brasília/DF. A campanha que será lançada em novembro, na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Brasil Rural Contemporâneo, é promovida pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) em parceria com o portal Planeta Orgânico, nas cidades brasileiras que receberão os jogos da Copa de 2014.

"Mostramos hoje para representantes de todos os tipos de empresas ligadas ao turismo - bares, hotéis, restaurantes, agentes de viagem, promotores de eventos - a campanha Copa Orgânica e Sustentável, a fim de sensibilizá-los para esta iniciativa. Isso é fundamental, porque nossa campanha vai depender da adesão do setor", diz Arnaldo de Campos, diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor (DEGRAV) do MDA.

Para Arnaldo, que apresentou a campanha para o Conselho, o encontro representa uma oportunidade de dialogar com representantes do setor de turismo e explicar como essa iniciativa vai funcionar. "A campanha vai aproximar oferta e demanda para que o consumo sustentável possa se expandir no país, gerando oportunidades para a agricultura familiar", resumiu o diretor do DEGRAV.

A campanha tem como meta principal ampliar a produção e o consumo consciente dos produtos com os selos da agricultura familiar, do comércio justo e solidário e com indicação geográfica, levando esses produtos (alimentos, bebidas, cosméticos e artesanato, entre outros) para serem vendidos em hotéis, pousadas, bares, restaurantes, supermercados e outros espaços comerciais.

Campos destacou que as parcerias para a campanha já estão sendo articuladas. Uma linha de cosméticos sustentáveis será lançada por duas empresas, uma da Amazônia e uma do Paraná, durante a Equipotel - maior feira de hotelaria e gastronomia da América Latina, que acontece em setembro, em São Paulo.

Reunião do Conselho Nacional de Turismo (CNT)

Participaram da abertura da reunião do CNT o Ministro de Turismo e presidente do Conselho Nacional de Turismo, Gastão Dias Vieira, e o secretário nacional de políticas de turismo e secretário executivo do CNT, Paulo Roberto André.

Na reunião, o presidente da Embratur, Flávio Dino de Castro apresentou o trabalho da empresa na divulgação do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, com a campanha O mundo se encontra no Brasil. Venha celebrar a vida (em inglês, The World Meets in Brazil. Come Celebrate life), com duração de dois anos, até a Copa.

Suzana Dieckmann, representante do Ministério da Educação falou do Pronatec Copa, Programa de oferta de vagas e cursos para qualificação profissional, com metas a serem cumpridas também até 2014.

Para Abramovay, bens produzidos necessitam ter relevância social. Gisele Paulino – Valor Econômico. 21/08/2012

Há 20 anos, a teoria econômica preconizava que, se cada agente usasse suas competências para satisfazer os consumidores e se houvesse liberdade, sem intervenções do Estado, tudo funcionaria bem. "Esse raciocínio, aceitável num mundo de 3 bilhões de habitantes, não funciona num planeta que logo terá 10 bilhões de pessoas ", diz Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de Economia da FEA e do Instituto de Relações Internacionais da USP.

Abramovay é filósofo, mas muitos o tomam por economista. Ele dedicou-se a entender as razões pelas quais a sociedade atual está produzindo, e as conclusões estão em seu novo livro: "Muito Além da Economia Verde", lançado pela Editora Planeta Sustentável.

Nele, o professor propõe uma economia capaz de criar bens que tenham relevância para a sociedade e para a comunidade. "Isso não significa renunciar à vocação natural que é obter lucro. Mas as empresas terão, de agora em diante, que obter lucro oferecendo produtos com utilidades reais, capazes de propiciar bem-estar para a população", diz ele.

Sob essa lógica, não basta que um produto gere empregos, receitas, impostos, inove e atenda demandas genéricas da sociedade. "É necessário que seja produzido com ecoeficiência. Os impactos que terão na vida das pessoas e nos ecossistemas, sua capacidade de reduzir a pobreza e aumentar o bem-estar das pessoas deverão ser levados em conta", diz. "O crescimento econômico deve acontecer com bens e serviços voltados para preencher demandas sociais, respeitando limites dos ecossistemas."

Segundo Abramovay, depois de duas décadas de queda nos índices, a pobreza voltou a aumentar. Por isso, é necessário que questões éticas sejam colocadas no centro desse debate. Em seu livro, ele cita os números revelados em "Geografia da Fome", obra de Josué de Castro, editada em 1946. Na época, entre dois terços e três quartos da população latino-americana não ingeriam o suficiente para suprir suas necessidades básicas. Esses índices melhoraram. Em 2010, segundo o Global Hunger Index, o número de famintos fica em torno de 5%, da população, mesmo nas regiões do Semiárido e a Zona da Mata do Nordeste brasileiro. Em 1970, a fome atingia 37% da população mundial. Hoje o mundo tem 1 bilhão de famintos.

"A associação entre fome e subdesenvolvimento, no entanto, hoje é questionada", diz Abramovay. Ele lembra que a fome pode ser reduzida em lugares onde outras formas de pobreza como violência, falta de acesso a serviços básicos e à educação muitas vezes foram ampliadas. "De qualquer forma, a redução da fome no mundo é nítida", diz.

Entre 1998 e 2008, a quantidade de pessoas que vivem com menos de US\$ 2,75 por dia caiu de 30% da população mundial para 17%. Outro fenômeno é o aumento da classe média. Segundo ele, estima-se que em 2030, metade da população mundial terá renda entre US\$ 6.000 e US\$ 30.000. Desde o início do século 21, todo ano, aproximadamente 70 milhões de pessoas ingressam nessa faixa de renda. Até 2030, cerca de 3 bilhões de pessoas devem fazer parte de uma nova classe que gasta US\$ 10 e US\$ 100 diários, consequência da redução da pobreza que leva à massificação de consumo.

O livro traz exemplos de estratégias corporativas bem-sucedidas para a base da pirâmide na Ásia, África e América Latina, como o produto da Danone vendido a R\$ 0,18, tênis da Adidas vendido em Bangladesh por R\$ 2,20 e cosméticos em miniatura vendidos na Índia por alguns centavos.

Na América Latina, a taxa de pobreza caiu de forma expressiva também devido a fatores como programas de transferência de renda e melhorias nas condições de emprego. No livro, ele destaca o caso brasileiro. A renda per capita das famílias correspondentes aos 10% mais pobres aumentou 120% entre 1993 a 2008.

Desmatamento dispara na região da BR-163 - O Estado de São Paulo. 21/08/2012

Apesar de o desmatamento na Amazônia estar em geral em queda, no entorno da BR-163 ele disparou no mês de julho, como reflexo à redução de unidades de conservação por parte do governo. Essa é a análise da ONG Imazon, que monitora mensalmente a perda de vegetação nos Estados amazônicos.

Para o período de agosto do ano passado a julho deste ano, o levantamento apontou redução total de 36% em relação ao período anterior, confirmando a tendência registrada pelos dados oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). No entanto, no mês passado houve um ganho de 50% em relação a julho de 2011 - foram desmatados 93,5 km², sendo o Pará o Estado líder no desmate (83%), principalmente nas áreas de influência da rodovia que liga Cuiabá a Santarém.

Segundo Adalberto Veríssimo, coordenador do Imazon, já há mais de um ano a região vem concentrando o desmatamento do Pará, mas no mês passado apresentou um forte avanço.

"O entorno da BR-163 está fora do controle. Em todo o Estado há queda no desmate. Estão sendo feitos pactos, mas não lá", diz.

Para ele, isso ocorre em especial por três motivos: as obras de asfaltamento estão mais aceleradas; medida provisória editada pela presidente Dilma Rousseff alterou o limite de unidades de conservação para ampliar o complexo de usinas do Rio Tapajós; governo acenou com a possibilidade de reduzir os limites da Floresta Nacional do Jamanxim.

"Neste caso especificamente há uma briga antiga, desde que a floresta foi criada, de grileiros que estavam ali dentro pedindo a diminuição da área. Com a sinalização do governo, eles estão desmatando ao máximo, num movimento para tentar consolidar a área em tamanho menor", afirma o pesquisador. "Mas nosso temor é de que isso continue, mesmo que o governo reduza."

**Ação pede suspensão de usinas no Pantanal. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo.
21/08/2012**

Ministérios Públicos querem saber qual o impacto da instalação de hidrelétricas

Preocupados com os danos irreversíveis que as hidrelétricas na bacia do Alto Paraguai podem causar ao Pantanal, os Ministérios Públicos Federal e Estadual de Mato Grosso do Sul entraram com ação civil pública na 1.^a Vara Federal de Coxim/MS. A ação requer a suspensão dos empreendimentos hidrelétricos que gerem qualquer barragem no Pantanal até a conclusão de um estudo sobre o impacto cumulativo dessas atividades.

Se aceito pela Justiça, o pedido de liminar deve suspender os processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos no estágio em que se encontram. Estão instalados ou prestes a ser instalados no entorno do Pantanal 126 empreendimentos e há 23 pedidos em análise. O impacto cumulativo é o conjunto dos impactos ambientais de todos os empreendimentos.

"Não somos contra a geração de energia para o País, mas queremos saber qual o preço que vamos pagar. Queremos saber os impactos, suas consequências. Queremos a conjugação de energia com o que é sustentável", disse o procurador federal em Coxim, Daniel Fontenele. Segundo ele, o que vem ocorrendo é que os estudos são específicos de cada empreendimento, sem levar em conta o total cumulado dos impactos ambientais.

Para os procuradores, em um bioma complexo e sensível como o Pantanal, não basta somar os impactos individuais. "É preciso analisá-los em conjunto, considerando toda a Bacia do Alto Paraguai", diz Fontenele.

Para que os impactos simultâneos sejam considerados, o Ministério Público pede que a Justiça determine uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) em toda a bacia, incluindo os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O estudo deve ter como base um bibliografia especializada e contar com a participação de setores científicos e da sociedade civil organizada.

Para o Ministério Público, a via judicial foi a única forma de obrigar os órgãos ambientais a realizar a AAE e prevenir danos. Três audiências públicas, diversas recomendações e ofícios foram encaminhados pelo órgão ministerial às instituições estaduais e federais de meio ambiente, mas as medidas não se transformaram em ações concretas.

Peixes. Estudo divulgado pela organização não governamental (ONG) Rios Vivos indica que a instalação das barragens vai alterar o ritmo de inundações na planície e prejudicar a biodiversidade, "limitando a migração de peixes que sobem os rios para reprodução e retendo organismos aquáticos importantes para a alimentação de animais".

"Além disso, causará consideráveis impactos sociais, tendo em conta a existência de comunidades ribeirinhas ao longo dos rios a serem barrados", diz a ONG.

A ação, assinada pelos procuradores Wilson Rocha Assis, Hemerson Kalif Siqueira e pelo promotor público estadual Alexandre Rasslan, é contra a União Federal, os Estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul).

O Ministério Público quer que o Ibama, o Imasul e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso sejam obrigados a condicionar os futuros licenciamentos ambientais à Avaliação Ambiental Estratégica, que deve ser realizada pela EPE - ligada ao Ministério de Minas e Energia. Quando os empreendimentos começarem a operar, o MP quer que a renovação das licenças de operação considere expressamente as novas exigências.

Na ação, os procuradores e o promotor destacam que "admitir a continuidade da expansão do setor elétrico na bacia na qual está inserido o Pantanal, sem o adequado estudo de impactos cumulativos de empreendimentos hidrelétricos, é ato contrário à lei e à Constituição, capaz de ferir de morte um dos biomas mais notáveis do mundo".

Técnicos são treinados nas práticas do Plano ABC. Inez de Podestà – Site do MAPA. 23/08/2012

Durante o encontro, foram apresentados três casos de sucesso de agricultores que praticam a agricultura sustentável

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento realiza até amanhã, dia 24 de agosto, em Formosa (GO), o V Curso de Tecnologias para uma Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC). Participam do treinamento cerca de 40 profissionais do serviço oficial e privado de assistência técnica, na sede do Sindicato Rural de Formosa.

De acordo com o coordenador do curso, Arnaldo Bonfim, da Secretaria de Estado da Agricultura de Goiás, o curso servirá para conscientização dos participantes dos benefícios de se fazer uma agricultura nos moldes do Plano ABC para que seja possível atingir as metas estabelecidas pelo Governo Federal para redução da emissão de gases do efeito estufa no campo. Os instrutores do treinamento são professores da Escola de Agronomia e de Alimentos, da Universidade Federal de Goiás e também pesquisadores da Embrapa Cerrados.

Durante o encontro, foram apresentados três casos de sucesso de agricultores que praticam a agricultura sustentável nos municípios goianos de Piracanjuba, Cachoeira Dourada e Ipameri. Nesses casos, foram desenvolvidos trabalhos no sistema de integração lavoura-pecuária-floresta, além de confinamento de bovino e plantio direto.

MDA financia fábrica de agricultores familiares no interior do Paraná – Site do MDA. 23/08/2012

Inaugurada em julho, a fábrica Conquista, que produz cavaco e maravalha – dois resíduos de madeira e serragem –, era um sonho dos agricultores familiares de Iretama, município do interior do Paraná. Reunidos na Cooperativa de Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu (COAVRCAN), eles não tinham recursos para investir no projeto. Até que chegou a ajuda do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Por meio do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços (Proinf), a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) destinou R\$ 494 mil para o empreendimento que também recebeu R\$ 140 mil do município. “Começamos com coragem e boa vontade. Não conseguiríamos montar a fábrica de forma alguma sem a ajuda do governo”, afirma Edson

Miguel de Assis, gerente da fábrica e um dos 160 cooperados da COAVRCAN, dos quais mais de 80% possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física), documento que permite o acesso a políticas públicas e de crédito do MDA.

O gerente informa que a região não possuía nenhuma fábrica do gênero, o que trará grandes vantagens ao empreendimento, que terá a quem vender, e aos agricultores, que poderão ter uma renda extra comercializando madeira à unidade. As mesmas vantagens são ressaltadas por Nilson Padilha, assessor técnico do Território da Cidadania Paraná Centro, do qual Iretama faz parte. “A fábrica é muito inovadora, é um mercado novo que se cria na região. A unidade trará mais desenvolvimento para todo o Território”, observa.

O assessor territorial informa que a região conta com dezenas de aviários, que usam a maravalha como “cama”. O resíduo é colocado entre a sala e o barracão, o que ajuda a aquecer os frangos e manter a higiene do local. Após o uso, a maravalha pode ainda ser utilizada como adubo natural em hortas e plantações.

“Há muita demanda de maravalha para os aviários, que estão se expandindo”, confirma Reni Denradi, delegado federal do MDA no Paraná. Para ele, a fábrica trará uma boa renda extra para os agricultores, que poderão plantar pequenas áreas de eucalipto em suas propriedades, diversificando sua produção e fonte de renda. “A perspectiva é muito boa. Ganham as duas pontas: o agricultor, que terá uma fonte de renda adicional; e a fábrica e seus clientes, que terão melhores preços”, pontua o delegado do MDA. Já o cavaco, conta o delegado, pode ser usado em caldeiras de fábricas da região.

“Com a alta do preço da maravalha os agricultores deram início à fábrica que vende, hoje em dia, esses dois produtos, por um preço justo, para mais de cem aviários do município”, corrobora Nilson Padilha. Ele explica que a maravalha e o cavaco são feitos de madeira de reflorestamento de eucalipto. “Trabalhamos preservando sempre o meio ambiente e comprometendo, no máximo, 30% da área com a produção de madeira”, diz.

A compra de árvores dos próprios cooperados é uma das vantagens salientadas por Padilha. Ele destaca que a atividade não será benéfica apenas para a economia de Iretama e do Território Paraná Centro, mas, também, para o meio ambiente, pois criará uma atividade sustentável. A compra dessa madeira é feita por aproximadamente 300 famílias de agricultores familiares que possuem árvores no chamado “ponto de corte”.

Outro benefício da implantação da unidade é a geração de empregos. A fábrica criou 35 vagas de trabalho diretas e 200 vagas indiretas. A meta é gerar mais de 300 empregos de forma indireta. “Nossa prioridade é comprar matérias-primas dos produtores locais, além de gerar empregos na região. Nossa vontade é crescer”, conta Edson Miguel de Assis, que, além de gerenciar o empreendimento, produz soja, milho e feijão, e tem gado de leite em sua propriedade em Iretama.

Cooperativa

A Cooperativa de Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu (COAVRCAN) nasceu em 2009, fruto da vontade dos agricultores de aproveitar as vantagens oferecidas por programas do governo, em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O programa prevê que 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para compra da merenda escolar sejam investidos na aquisição de produtos de agricultores familiares.

Já em 2009, a cooperativa, que engloba produtores de cinco municípios paranaenses – Iretama, Roncador, Nova Cantu, Altamira do Paraná e Campina da Lagoa – vendeu um total de R\$ 58 mil pelo Pnae. No ano passado, esse valor já saltou para R\$ 228 mil. Ganham os agricultores, que viram sua renda aumentar, e as crianças, que passaram a contar com mais alimentos saudáveis, como pães, bolachas, mel, frutas e verduras produzidas pela cooperativa. Agora, com a fábrica, as vendas deverão ampliar ainda mais. Em julho já foram produzidos 1,1 mil metros cúbicos de maravalha, o que deve aumentar gradativamente. “Nossa meta é crescer”, frisa Edson Miguel de Assis.

Proinf

O Proinf é uma ação orçamentária de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), integrante do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012/2015) e tem a finalidade de financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e priorizados pelos territórios.

MDA e FAO debatem Pronat e cooperativismo – Site do MDA. 23/08/2012

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) executada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), foi tema de reunião, nesta quinta-feira (23), na sede da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em Brasília. O Pronat promove, planeja e implementa a autogestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia.

O secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Jerônimo Rodrigues, lembrou que 2012 é o Ano Internacional das Cooperativas, tema fundamental para fortalecer a dinamização econômica no campo. “A Assembleia Geral da ONU declarou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas, destacando a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento socioeconômico e reconhecendo seu trabalho para a redução da pobreza, geração de emprego e integração social”, afirmou. Segundo ele, as cooperativas oferecem um modelo de negócio que contribui para o desenvolvimento dos cooperados e comunidades onde atuam.

A SDT promove este ano ações sobre o cooperativismo, entre elas quatro seminários regionais e um seminário nacional, em novembro, no Rio de Janeiro, além da publicação de um livro sobre o tema. O vice-representante da FAO no Brasil, Gustavo Chianca, afirmou que a FAO sempre trabalhou com a SDT. “Buscamos nos aproximar ainda mais e trazer novas discussões para a pauta comum”.

Participaram do encontro, além de Jerônimo Rodrigues, o assessor especial do MDA, César Oliveira; o representante da FAO no Brasil, Hélder Muteia; e o vice-representante da FAO no Brasil, Gustavo Chianca. Na pauta, questões como o cooperativismo e a erradicação da miséria no país. César Oliveira explicou que a criação da SDT ajudou os agricultores familiares a serem protagonistas com a gestão social das políticas públicas e a criação dos Colegiados Territoriais, principalmente, nos espaços de menor dinamização econômica.

Cooperação internacional

De acordo com Hélder Muteia, a cooperação internacional com o Brasil tem trazido bons resultados. Ele contou que existem dez projetos pilotos sendo desenvolvidos em países africanos baseados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). “Esse é só um ponto de partida, uma das ações para diminuirmos a extrema pobreza nesses países. A partir das lições aprendidas com os programas brasileiros, podemos contribuir para a erradicação da miséria nesses locais. O Brasil tem potencial enorme para ajudar no desenvolvimento rural de outros países”, garantiu.

Jerônimo Rodrigues lembrou que as políticas públicas oferecidas pelo governo federal estão se aproximando de quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais. “Os Territórios fazem com que o Estado brasileiro chegue mais longe, aproximando as políticas públicas das pessoas que mais precisam. Hoje o governo chega até a população mais pobre no campo com o PAA, Pnae, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa Territórios da Cidadania (PTC), entre outros”, explicou.

Colegiados Territoriais

Os Colegiados Territoriais são responsáveis por identificar as demandas locais para os órgãos gestores priorizarem o atendimento; promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; contribuir com sugestões para a qualificação e a integração de ações; exercer o controle social do Pronaf; e dar ampla divulgação às ações do Programa.

Comitê de Desenvolvimento Territorial do Condraf promove reunião – Site do MDA. 24/08/2012

A discussão da proposta de regulamentação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) foi o tema a 14ª reunião do Comitê de Desenvolvimento Territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Um dos destaques do encontro, realizado nos dias 22 e 23 de agosto, em Brasília, foi o estabelecimento de parcerias com os governos estaduais e municipais para ampliação do programa.

Coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), o Comitê também tratou de assuntos como o reconhecimento de novos territórios e o Programa Territórios da Cidadania (PTC); a apresentação do Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica e ao Emprego (Pronatec Campo); as ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o desenvolvimento territorial; a II Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável; e o credenciamento de entidades parceiras para projetos de custeio da SDT/MDA.

Na reunião, o secretário de Desenvolvimento Territorial, Jerônimo Rodrigues, relatou que o combate à pobreza extrema é uma prioridade do MDA. “A expectativa é que os espaços de debate e de monitoramento nos territórios também sejam usados para o Plano Brasil Sem Miséria, pois o maior papel dos territórios é de articular e fazer valer as políticas públicas”, afirmou. O secretário destacou que o ministério tem que fazer, constantemente, um debate integrado em torno de suas ações. “Esse comitê tem uma responsabilidade grande de orientar todas as secretarias do ministério no tema do desenvolvimento territorial. Estamos em um

momento positivo e é importante que o Comitê de Desenvolvimento Territorial dê conta de avançar nos pontos em que precisamos ir além”, avaliou.

Os membros do comitê enfatizaram a necessidade de aprofundar o debate e as ações, especialmente em torno de temas como a formação de agentes e gestores, o envolvimento dos conselhos municipais e estaduais de políticas públicas e a gestão social com a sociedade civil e os governos estaduais e municipais, com a política de desenvolvimento territorial.

Letícia Mendonça, coordenadora de Crédito da Secretaria de Agricultura Familiar/MDA, relatou que está claro que é preciso articular o Plano Brasil Sem Miséria com todas as políticas públicas do ministério. “Para as famílias saírem da extrema pobreza precisamos acompanhá-las e trabalhar ainda mais com os públicos específicos, como povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores. Este ano devem sair quatro editais para esses grupos”, destacou.

Segundo a coordenadora do Comitê, Cláudia Bonalume, a reunião foi produtiva. “Tivemos mais de 70% dos integrantes presentes e participando com sugestões, questionamentos e encaminhamentos. Todos os temas previstos puderam ser debatidos e as contribuições demonstram a credibilidade e as expectativas em relação à estratégia territorial, para o desenvolvimento rural sustentável”, enfatizou. Maria José Silva, representante da organização não-governamental Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) disse que a reunião foi de grande eficácia. “Desta forma, todos se mantêm informados sobre o que acontece nos territórios e os projetos desenvolvidos”, explicou.

Participaram da reunião representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Meio Ambiente, Saúde e da Pesca e Aquicultura; Condraf; Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Rede Ceffas (Centros Familiares de Formação por Alternância); Rede Nacional de Colegiados Territoriais; ASA; Grupo de Trabalho Amazônico; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil; Confederação Nacional de Municípios; União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária; e Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa/Articulação Nacional de Agroecologia.

Ao final do evento, os conselheiros deram parecer favorável ao credenciamento de algumas entidades parceiras para projetos de custeio da STD/MDA. Esta análise do credenciamento será anunciada em breve no site do Condraf e da secretaria. A próxima reunião do Comitê acontecerá antes da reunião do Condraf de novembro, a ser agendada.

Sobre o Condraf

Os principais objetivos do Conselho são contribuir para a superação da pobreza por meio da geração de emprego e renda; para a redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia; para a diversificação das atividades econômicas e sua articulação dentro e fora de territórios rurais; e propiciar a adoção de instrumentos de participação e controle social nas fases de planejamento e execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.

Além do Comitê de Desenvolvimento Territorial, o Condraf possui os seguintes comitês: Agroecologia, Assistência Técnica e Extensão Rural; Fundo de Terras e Reordenamento

Obra de Belo Monte para e pode atrasar. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Mercado. 24/08/2012

Paralisação ocorre por decisão judicial, que diz que autorização do Congresso para construção da usina foi ilegal. Segundo o TRF da 1ª Região, índios não foram consultados sobre a usina, conforme prevê a Constituição.

As obras da hidrelétrica de Belo Monte, projeto prioritário do governo federal em construção em Altamira (900 km de Belém), foram paralisadas ontem por tempo indeterminado e podem sofrer atraso no cronograma.

A paralisação ocorre em cumprimento a uma determinação da Justiça Federal.

O TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) decidiu, no dia 13, que a autorização dada pelo Congresso para a construção da usina é ilegal porque os índios da região afetada não foram consultados.

A Norte Energia, empresa responsável por Belo Monte, foi notificada ontem da decisão e diz esperar reverter a medida na Justiça. Por isso, ainda não estima prejuízos.

O caso deve chegar ao STF (Supremo Tribunal Federal), porque a consulta aos índios está prevista na Constituição.

Caso se prolongue, a paralisação terá impacto no cronograma da obra, cujo início de geração de energia elétrica está previsto para fevereiro de 2015. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) considera a obra atrasada.

30 DIAS PARADA

A construção de Belo Monte começou em junho do ano passado e já teve 30 dias de interrupções motivadas por greves e protestos.

Se essa paralisação durar até dezembro, quando termina o período de estiagem no Pará, haverá atraso adicional de ao menos seis meses na construção da ensecadeira (espécie de barragem provisória) que servirá para desviar o rio Xingu até a casa de força principal. Isso porque a ensecadeira só pode ser construída no período seco, que começa em junho.

Durante a paralisação, a empresa continuará tendo gastos com os operários, o que também pode encarecer a obra, orçada inicialmente em R\$ 25 bilhões.

Eles serão mantidos nos alojamentos, com direito a alimentação, como já ocorre atualmente. Uma possibilidade, a depender do tempo da paralisação, é dispensar esses operários, o que não está definido.

A Norte Energia já havia se pronunciado, dizendo que poderia demiti-los e também que iria parar as obras de contrapartidas que estão sendo feitas nos municípios afetados por Belo Monte.

A previsão era que a hidrelétrica, a terceira maior do mundo, fosse concluída em 2019. Sua construção é considerada emblemática por ambientalistas porque serve de modelo para outras hidrelétricas na Amazônia.

OUTRA SUSPENSÃO

A Justiça Federal em Coxim (MS) determinou ontem a suspensão da emissão de licenças ambientais a hidrelétricas na bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul.

A Procuradoria, que pediu a suspensão, quer um estudo do impacto global dos empreendimentos.

O setor de papel e celulose e o desenvolvimento sustentável. Daniel Feffer – Valor Econômico. 24/08/2012

Nos últimos anos, o setor de papel e celulose tem sido um dos maiores colaboradores dos avanços ambientais e biotecnológicos no país. As florestas plantadas de eucalipto, por exemplo, têm prestado importante serviço para a conservação ambiental. Juntas, as empresas desse setor são responsáveis por uma área de conservação que chega aos 2,6 milhões de hectares (equivalente a mais de 250 mil campos de futebol), abrangendo a totalidade das áreas de preservação permanente e as de reserva legal.

Não há a menor dúvida que isso, por si só, é motivo de orgulho para os brasileiros, pois além de sermos hoje o maior produtor mundial de celulose de fibra curta somos, também, um dos setores que mais investe em sustentabilidade. Esse considerável avanço ainda não é, contudo, suficiente para quem tem como meta contribuir intensamente, e muito mais, para o crescimento do país.

Nos últimos anos, têm sido desenvolvidos diversos estudos e realizados muitos experimentos na área de tecnologia arbórea, garantindo às principais empresas que atuam no setor florestal brasileiro o conhecimento necessário para gerar um desenvolvimento sustentável efetivo; em outras palavras, isso significa obter o máximo de aproveitamento da matéria-prima (eucalipto) e gerar o mínimo possível de impacto. Mas a utilização desse conhecimento depende da aprovação dos órgãos de controle para que se possa passar à escala comercial.

É válido considerar apoio governamental para alternativas que tornem a economia verde uma realidade

É importante destacar que essas tecnologias a que nos referimos estão diretamente atreladas a aumentos de produtividade e à melhoria da competitividade nacional; entre outras, merecem ser citadas aquelas relacionadas ao controle de pragas, ao aumento do potencial de produtividade da madeira, à redução do consumo de recursos naturais; enfim, todas visam atender às demandas geradas a partir do constante incremento da população mundial. Não é por outro motivo que estão vinculadas ao programa 4 F - Food, Fuel, Fiber, Forests (comida, combustível, fibra e floresta).

Com o avanço da biotecnologia e com todos os seus usos aprovados e regulamentados, é possível apostar num constante crescimento de produção cada vez mais sustentável, sem que ocorra o esgotamento das fontes de matérias-primas.

Se o Brasil teve arrojo e competência para ser o pioneiro no uso do eucalipto como matéria-prima da celulose de fibra curta e, em menos de quatro décadas, conseguiu assumir a liderança mundial na produção dessa commodity, sem se valer de toda a tecnologia hoje conhecida, o que acontecerá ao nosso país quando puder utilizar todo o know how técnico que já possui e que, até agora, se restringe ao ambiente laboratorial?

A biotecnologia deverá exercer no futuro, na área florestal, o mesmo papel que vem desempenhando na agricultura: aumento de produtividade, redução de uso de insumos e de recurso naturais, de maneira geral. A biotecnologia é fundamental para a sustentabilidade do planeta. E a decisão brasileira de tratar tais assuntos sob a ótica científica é correta e dá mais força ainda em nosso posicionamento como referência para o mundo todo.

Existe uma medida métrica utilizada para comparar as emissões de vários Gases de Efeito Estufa (GEE) que é a CO₂ e. Este dióxido de carbono equivalente é o resultado da multiplicação das toneladas emitidas de GEE pelo seu potencial de aquecimento global. Por exemplo, o potencial de aquecimento global do gás metano é 21 vezes maior do que o potencial do CO₂. Então, dizemos que o CO₂ equivalente do metano é igual a 21.

Essa explicação é importante porque o setor florestal brasileiro já dispõe de ferramentas para apresentar mais e mais contribuições para o meio ambiente, dentre as quais auxiliar na política de controle de mudanças climáticas. E existem grandes oportunidades nessa seara; por exemplo, estimativas baseadas em metodologias consolidadas indicam que o setor de base florestal brasileiro estoca aproximadamente 1,3 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂ e), considerando somente os estoques de carbono nas áreas de florestas plantadas.

Porém, esse carbono ainda não é reconhecido e considerado pelas principais metodologias de inventário de emissões. A Bracelpa, entidade que representa o setor brasileiro de papel e celulose, já vem há algum tempo apresentando as vantagens e os benefícios de uma abordagem mais ampla, uma vez que a busca por uma economia de baixo carbono deve gerar novas oportunidades para países como o Brasil, que dispõem de grande volume de florestas nativas. E plantadas.

Neste período mais recente, o governo brasileiro vem adotando ferramentas de incentivo ao consumo, de expansão de crédito e de reduções de impostos; mas é igualmente válido considerar apoio consistente ao setor industrial e a discussão de alternativas tecnológicas para redução de impactos socioambientais, até para que mais caminhos para uma economia verde tornem-se realidade.

Nosso país dispõe de dimensões continentais, elevadas áreas agriculturáveis, forte vocação agro-florestal, extensas matas nativas preservadas, liderança mundial em celulose de fibra curta, referência no manejo florestal. Com as pesquisas e os estudos que são desenvolvidos, semelhantes àqueles feitos pelos países desenvolvidos, o Brasil tem todas as condições para ocupar o papel que lhe cabe, o de protagonista nesse cenário.

Código florestal: águas ameaçadas. Antonio Nobre e Ricardo R. Rodrigues – Valor Econômico. 24/08/2012

No país dos superlativos, o gigantismo do nosso sistema hidrológico também entra no rol de maior do mundo: são mais de 9 milhões de quilômetros de rios. Enfileirados dariam 220 voltas

na Terra, ou cobririam 22 vezes a distância à Lua. Da estabilidade, vigor e saúde desses rios dependem o suprimento das cidades, a segurança hidrológica, a geração de eletricidade, a irrigação na agricultura e a sobrevivência de preciosa biodiversidade. As bacias hidrográficas adequadamente florestadas, como ainda vemos em parte da Amazônia, mantêm rios ricos e saudáveis. No contraponto, as terras agrícolas degradadas e os efluentes urbanos e industriais tem péssimas consequências.

A destruição indiscriminada dos ecossistemas resulta sempre em elevados prejuízos. Com a degradação das terras, das águas, do clima e da biodiversidade surgem múltiplos impactos na saúde e também consequências econômicas, nem sempre devidamente reconhecidas ou contabilizadas. A complacência com a destruição é herança da mentalidade colonial europeia e da revolução industrial, dois aríetes históricos que deixaram um rastro de destruição mundo afora. Mas a consciência sobre a necessidade de preservação das florestas não é recente nem é um luxo urbano. Em 1537 o governador desta colônia portuguesa, Duarte Coelho, determinou: "E assim mando que todo povo se sirva e logre dos ditos matos,..., tirando fazer roça que não farão,... e... árvores maiores... não cortarão sem minha licença..., porque tais árvores são para outras coisas de maior substância..., e assim resguardarão todas as madeiras e matos que estão ao redor dos ribeiros e fontes." Em meados do século XIX, D. Pedro II, premido pela degradação da água que abastecia o Rio de Janeiro, desapropriou fazendas no maciço da Tijuca e mandou reflorestar a mata Atlântica. Hoje, como no tempo do descobrimento, fluem cristalinas as águas alí.

Como resposta a séculos de abuso, o primeiro código florestal de 1934 já veio tarde. O desrespeito generalizado ao "resguardo das madeiras e matos ao redor de ribeiros e fontes" comprometeu águas por toda parte. E para azar dos rios, o despejo crescente de esgotos e todo tipo de contaminantes somou-se à centenária erosão das terras desnudas. O código florestal evoluiu no interesse do bem comum, peitando a arraigada mentalidade desmatadora, oferecendo assim um mínimo de proteção para as florestas, e com elas para as águas e para os rios. Apesar disso, para muitos a lei era regra de papel, e as florestas continuaram a tombar. Acumulou-se extenso passivo de ilegalidade nas propriedades, situação colocada em evidencia pelo eficiente cerco de fiscalização e punição dos anos recentes. A reação no setor rural foi curiosa: se a obediência é inescapável, então desconstrua-se a lei. Suportados por uma azeitada máquina política no Congresso e investindo pesado em retórica, lideranças deste setor vem tentando justificar o afrouxamento na lei.

Não há argumento científico ou de interesse agrícola para não recompor as matas ciliares

Com recurso à ciência, analisemos apenas a alegação de que restaurar matas de galeria, os indispensáveis cílios ecológicos de proteção aos corpos d'água, reduzirá a área disponível para a produção de alimentos. Estudos feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), cobrindo milhões de hectares em várias partes do país, encontraram que a superfície que era destinada à proteção de matas ciliares em propriedades privadas, seguindo as estipulações do revogado Código Florestal de 1965, ocupava apenas de 7 a 9% da área total; para proteger todas nascentes acrescentavam-se ínfimos 0,2%. Superando duas vezes essa área de proteção, a superfície ocupada por terrenos úmidos foi estimada em 17%. Ora, os terrenos úmidos, com lençol freático exposto, são impróprios para a maioria das práticas agrícolas.

O arroz irrigado, uma das poucas culturas aptas a crescer em terrenos úmidos, foi usado repetidamente como exemplo de área agrícola consolidada, na tentativa de justificar a redução generalizada das áreas de proteção no entorno de rios. Contudo, com aproximadamente 1,3 milhões de hectares, essa cultura ocupa menos de 1% dos 144 milhões de hectares de terrenos úmidos e representa menos de 0,5% da ocupação agropecuária do país. Já os arroios, riachos e igarapés dos altos cursos - aqueles com menos de 10 metros de largura - representam 86% da extensão dos rios e não tem interferência significativa com a produção de arroz, cultivado em várzeas amplas de rios maiores. Sobre esse vasto sistema hidrológico capilar se abaterá massiva e adversamente as consequências do afrouxamento na lei. A pequena ocupação da cultura de arroz irrigado, ou ocupação ainda menor das culturas de vazante na Amazônia, não podem justificar a redução da proteção no atacado como fora feito.

Não há, portanto, argumento científico ou do interesse agrícola, mesmo em relação a pequenas e médias propriedades, para não recompor integralmente as matas ciliares, permitindo que desempenhem seu vital papel no condicionamento das águas e proteção dos rios. Ademais, surge no horizonte valorização econômica significativa para os chamados serviços ambientais das matas naturais. Um estudo feito para o Estado da Geórgia, nos EUA, estimou em US\$ 37 bilhões o valor anual dos serviços ambientais prestados por florestas preservadas em propriedades rurais naquele Estado, que é do tamanho do Acre. A lógica econômica é simples: tornar potável águas contaminadas chega a custar cem vezes mais do que aquelas servidas, cristalinas, pelas florestas naturais.

Antonio Donato Nobre, agrônomo e PhD em Ciências da Terra, é pesquisador sênior do INPA e coordenador do Grupo de Modelagem de Terrenos no Centro de Ciências do Sistema Terrestre do INPE

Ricardo Ribeiro Rodrigues, doutor em Biologia Vegetal, é professor titular e coordenador do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ USP.

Os dois autores atuaram como relatores no estudo feito pela SBPC e ABC sobre o Código Florestal

Belo Monte é suspensa e 14 mil operários param – O Estado de São Paulo. 24/08/2012

A maior hidrelétrica em construção no Brasil parou. No início da manhã de quinta-feira a Norte Energia - empresa responsável pela usina de Belo Monte - recebeu notificação da Justiça determinando a suspensão imediata das obras, no Pará. Com a decisão, concedida no dia 13 pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cerca de 14 mil trabalhadores (diretos e indiretos) foram obrigados a cruzar os braços, sem saber qual o futuro do projeto, de R\$ 26 bilhões.

A Norte Energia informou por meio de comunicado que está tomando todas as medidas cabíveis para reverter a situação e retomar o trabalho no menor tempo possível. Internamente, a decisão judicial trouxe fortes preocupações em relação ao cronograma de obras e ao orçamento. Por causa do início das chuvas, que começa em novembro e se estende até abril, alguns trabalhos não podem ser feitos no período.

Ou se antecipa ou deixa tudo para depois das chuvas.

A situação é mais preocupante porque, para retomar as obras, o governo terá de ir ao Supremo Tribunal Federal (STF), que, no momento, está julgando o mensalão. Na decisão concedida semana passada, os juízes federais entenderam que houve ilegalidade no processo de autorização da obra. A primeira, destacam os juízes, ocorreu porque o desembargador Fagundes de Deus partiu de premissa equivocada de que STF tinha declarado a constitucionalidade do empreendimento, o que não foi feito.

A segunda ilegalidade está no fato de que o Congresso Nacional deveria ter determinado que as comunidades afetadas fossem ouvidas antes de editar o decreto legislativo, em 2005, autorizando a obra, e não depois. A Constituição Federal diz que os estudos têm que ser prévios. Segundo ele, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) também determina a consulta prévia aos povos que seriam atingidos pela obra.

Nesta semana, os funcionários continuarão no canteiro de obras e na cidade. Se a decisão persistir, na semana que vem deverá haver uma reunião para traçar um plano de contingenciamento. Não está descartada a demissão dos trabalhadores, mas a primeira alternativa será antecipar as folgas periódicas dos trabalhadores. Outra opção será dar férias coletivas. Mas qualquer solução terá de envolver um extenso programa logístico para retirar o pessoal da região. Do quadro de funcionários da usina, 68% é do Pará e o restante de várias partes do País. As ligações à região de Altamira são precárias, pela Transamazônica. No transporte aéreo, o aeroporto está em reformas e só tem feito voos noturnos.

AGU vai ao STF para liberar Belo Monte – Folha de São Paulo. 25/08/2012

A AGU (Advocacia-Geral da União) recorreu ao STF contra a decisão da Justiça Federal que paralisou as obras da hidrelétrica de Belo Monte na quinta-feira. A AGU representa o Ibama, que deu a licença para as obras e é parte no processo. A Norte Energia não informou se entrou com recurso.

Sindicato de Jirau terá de pagar R\$ 1,5 mi– Folha de São Paulo. 25/08/2012

O sindicato que representa operários da usina de Jirau, em Porto Velho (RO), foi condenado pela Justiça do Trabalho a pagar R\$ 1,5 milhão pela greve que paralisou o canteiro de obras em março. Cabe recurso. O movimento durou quase um mês e atrasou o andamento da hidrelétrica.

Homenagem a Darcy, protesto antidevastação. Lúcia Leão - O Globo. 26/08/2012

No Quarup, índios lamentam os efeitos do avanço dos brancos sobre terras do Xingu

Tradição preservada. Guerreiros de diversas etnias do Xingu participam do huka huka, a antiga luta corporal do Quarup. Este ano, os índios aproveitaram para fazer manifesto protestando contra projeto em tramitação no Congresso

O primeiro raio de sol do domingo, dia 19, levou o espírito de Darcy Ribeiro. Depois de encarnar num tronco de árvore para se despedir e ser chorado por família e amigos, ele subiu

aos céus. Foi assim, com o ritual do Quarup, que os yawalapitis, índios do Alto Xingu, homenagearam no fim de semana passado um dos maiores defensores dos povos indígenas brasileiros.

Vaidoso como sempre foi, certamente Darcy fugirá vez ou outra até a Terra, como fazem os mortos nas noites de eclipse, para roubar penas dos pássaros e adornar seus enfeites.

Os índios recorreram à memória de Darcy Ribeiro, morto em 1997, para alertar os brancos dos perigos que rondam o Parque Indígena do Xingu e ameaçam suas civilizações milenares.

- Homenageamos um grande homem branco, mas também queremos que os brancos olhem para os índios, que respeitem nossos direitos e nossa terra, que é de onde vêm nossa comida e nossa cultura - discursou o cacique Aritana, em reunião com jornalistas antes do início oficial da cerimônia, antecipando o tom político que, pela primeira vez, seria dado ao Quarup.

pescar é tarefa cada vez mais difícil

Os yawalapitis, uma das 16 etnias do Xingu e anfitriões deste Quarup, são um povo vigoroso e saudável, que praticamente renasceu com a criação do parque. Eram apenas 19 índios quando foram reagrupados pelos irmãos Villas Boas, em 1961. Hoje, são quase trezentos, um terço crianças. O ciclo virtuoso dos últimos 51 anos, no entanto, deu sinais claros de inversão na celebração deste ano. Já não foi tarefa fácil pegar peixes suficiente para alimentar os convidados das aldeias vizinhas, muitos dos quais também já não puderam usar os rios para chegar ao local da festa.

- Antes, a gente só usava os rios para andar entre as aldeias do parque. Agora, tivemos que abrir uma estrada porque tem lugares em que o barco não passa mais. O peixe, que é a base da nossa alimentação, também já não é tão farto. Muitos canais de ligação dos rios com as lagoas, onde eles se criam, ficaram completamente secos. Isso não acontecia até poucos anos atrás, mesmo no período sem chuva - conta a índia Watatakalu, do Conselho de Mulheres yawalapitis e uma das articuladoras da manifestação durante o Quarup.

De cima, a imagem do desmatamento

A escassez e as limitações já experimentadas pelos povos do Xingu refletem as pressões que se intensificaram na área em torno do parque, visíveis a olho nu em qualquer sobrevoo na área indígena. Como o que fizeram os convidados do Quarup, entre a cidade de Canarana (MT), onde está a sede da Coordenação do Parque do Xingu, e o Posto Leonardo, da Funai, que tem a pista de pouso mais próxima da Aldeia Yawalapiti.

O piloto aponta as fronteiras secas, que parecem desenhadas à régua tão claro é o traço entre o desmatamento para o plantio de soja e a mata densa da área protegida. Nos limites definidos por rios, não é diferente. Há pontos em que a margem oposta ao parque foi desmatada até a praia. Perde-se a conta da quantidade de bancos de areia e dos trechos de rios em que esses bancos engolem os canais.

O que se vê do alto tem uma versão bem concreta em terra: a balsa de ferro, que até 2005 navegava por todo o parque durante o ano inteiro, está parada já há dois meses na margem do Tuatuari, rio que banha a Aldeia Yawalapiti, e só deve ganhar a água novamente em janeiro, no auge das chuvas.

- Essa balsa navegava pesada, levava até combustível para os aviões da FAB. Desde a construção de uma PCH (hidrelétrica de pequeno porte) lá na cabeceira, há três anos, ela passa a maior parte do tempo parada aí - afirma o índio Pirakumã, um dos líderes da aldeia.

Essas mudanças no cotidiano dos povos do Xingu, para Pirakumã, é só uma pequena mostra do que está por vir com o que ele classifica de "grande golpe nos direitos indígenas" que está sendo maquinado em Brasília: a Proposta de Emenda Constitucional 215, que dá ao Congresso a competência exclusiva para estabelecer os limites das áreas indígenas e decretar a criação de novas áreas; a portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU), que exclui os povos indígenas das consultas sobre a realização de empreendimentos de interesse público em suas áreas; e as mudanças no Código Florestal, que flexibilizam as áreas de proteção permanente (APPs) e deixam vulneráveis os rios.

- A gente não pode nem pensar o que vai acontecer se essas coisas forem adiante. Quem diz que não vai acontecer nada é porque não conhece ou não quer ver - lamenta Pirakumã.

Ministra se negou a receber manifesto

É essa assombração que paira sobre os indígenas que foi capaz de unir as 16 etnias do Xingu. Frequentemente adversários, todos os líderes do parque assinaram manifesto endereçado à presidente Dilma Rousseff, que foi lido com pompa e solenidade na abertura do cerimonial do Quarup e deveria ter sido entregue à ministra da Cultura, Ana de Hollanda. Para não receber a carta, a ministra se escondeu em uma oca e, no dia seguinte, justificou-se dizendo que o documento tratava de temas alheios à sua área, a da cultura. Watatakalu discorda e é didática com a ministra:

- A nossa cultura, a nossa tradição, a nossa vida é a nossa terra. Sem nossa terra e sem nossos rios não vai existir nada do que ela está vendo aqui, não vai existir cultura nem vai existir índio.

A carta, marcada com o urucum da pintura ritual, foi, afinal, recebida pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que leu o documento no plenário do Senado e disse que vai entregá-lo à presidente Dilma.

Hidrelétricas que ferem o Pantanal e a Amazônia. Cleide Carvalho – O Globo. 26/08/2012

CPI em Mato Grosso constata irregularidades em 35 usinas e pede cassação de licenças de cinco delas

A falta de um estudo amplo, que determine o impacto conjunto da construção de várias hidrelétricas numa mesma bacia hidrográfica, afeta diretamente a Bacia do Alto Paraguai, que alimenta o Pantanal. Mas não só ela. Em Mato Grosso, também os rios da Bacia do Amazonas sentem o reflexo da construção dessas hidrelétricas.

O Rio Juruena, por exemplo, que recebeu uma hidrelétrica e quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs, de até 30 MW), tem sua vazão drasticamente reduzida em alguns trechos, pelas várias barragens. A água, que normalmente alcança 1 metro e 80 centímetros, baixa para uma lâmina de não mais de 30 centímetros. Segundo o deputado estadual Dilmar Dal Bosco (DEM), esse é apenas um dos problemas detectados durante a Comissão Parlamentar de

Inquérito (CPI) das PCHs em Mato Grosso. Concluído em abril, o relatório ainda não foi votado no plenário da Assembleia Legislativa.

Excesso de empreendimentos

A CPI, que começou em março de 2011, analisou 41 processos de licenciamento ambiental dos 154 listados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e 35 deles apresentaram irregularidades. No relatório, o parlamentar pede que cinco licenças de funcionamento sejam cassadas. No documento, de 441 páginas, também é recomendado que o Mato Grosso faça um projeto de lei impedindo a construção de mais usinas na Bacia do Rio Paraguai.

Uma lista da Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso enumera 148 projetos de PCHs no estado, sendo 55 usinas na Bacia Amazônica e 28 na Bacia do Alto Paraguai, onde já existem 23 empreendimentos desse tipo em operação. Na última quinta-feira, a Justiça Federal suspendeu obras e estudos de novas hidrelétricas na bacia do Paraguai a pedido do Ministério Público, até que seja feito um estudo do efeito das usinas no fluxo de cheia do Pantanal.

— As outorgas de usinas no Mato Grosso foram concedidas no início dos anos 2000, quando o Brasil enfrentou racionamento de energia elétrica. Essas outorgas geraram um mercado paralelo e foram vendidas, passando de mão em mão — afirma Dal Bosco.

Segundo o deputado, a preocupação em gerar energia em curto espaço de tempo fez com que empreendimentos fossem aprovados sem levar em conta danos e degradação ambiental. Dal Bosco diz que o Mato Grosso tem pouco retorno com as usinas e, por isso, propõe no relatório a criação de quatro impostos que devem ter sua receita destinada aos municípios.

“O Poder Público, o Ministério Público Estadual e Federal e o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) precisam urgentemente rever essa situação, principalmente nas usinas construídas em série na mesma bacia”, diz o relatório da CPI.

Segundo o documento, a maioria das usinas sequer possui “escada de peixes”, que permite a esses animais subirem os rios para desova, a conhecida piracema. Com isso, os peixes teriam desaparecido nos municípios de Dom Aquino e São Pedro da Cipa: “Há três piracemas que os peixes não chegam nesses municípios porque não conseguem transpor a barragem da PCH”, diz o relatório da CPI.

Algumas pequenas centrais hidrelétricas ultrapassaram a área inundada prevista no projeto inicial, alagando propriedades. Outra irregularidade constatada foi o desmatamento ilegal, em Áreas de Preservação Permanente, feito para abrigar canteiros de obras.

Numa única obra, teriam sido contratados 177 operadores de motosserra. Ao menos um rio teria sido desviado com uso de dez mil sacos de adubo químico reaproveitado, poluindo as águas.

O documento cita, ainda, que processos de licenciamento ambiental receberam parecer técnico conclusivo antes que licenças prévias tivessem sido deferidas e algumas usinas fizeram barragens com altura quase dez metros acima do previsto em contrato. Em pelo menos um caso, a área alagada foi quatro vezes maior que o permitido.

Produção prejudicada

O documento cita casos de três usinas situadas em paralelo, “concorrendo assim pela mesma disponibilidade hídrica no local”. O resultado é que elas não conseguem produzir a energia

prevista. Outro ponto polêmico, o impacto em terras indígenas, também teria sido desconsiderado em alguns casos.

— Não foi considerado sequer o potencial de uso dos nossos rios para hidrovias, que são necessárias no Norte do estado. Agora devemos ter um projeto de lei para obrigar a instalação de eclusas — diz Dal Bosco.

Charles Lenzi, presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), que inclui PCHs, diz que desconhece o relatório:

— Nossa orientação a todos os associados é para que sejam cumpridas todas as regras da legislação de licenciamento ambiental — diz.

Humanidade já está vivendo de "crédito ecológico". Eduardo Febbro – Carta Maior. 27/08/2012

A humanidade está vivendo de crédito ecológico desde o dia 22 de agosto. Neste dia, alcançamos o que a ONG Global Footprint Network chama de "Global Overshoot Day", o "Dia do Excesso Global". Isso significa que, nos primeiros oito meses do ano, os seres humanos esgotaram a totalidade dos recursos que a Terra é capaz de produzir ao longo do ano. Desde a década de 70, os seres humanos estão vivendo muito acima de seus meios. Para manter o nível de vida atual seria preciso um meio planeta suplementar. O artigo é de Eduardo Febbro, diretor de Genebra.

Genebra - Desde o dia 22 de agosto, a humanidade está vivendo de crédito. Nos primeiros oito meses do ano, os seres humanos esgotaram a totalidade dos recursos que a Terra é capaz de produzir ao longo do ano. Em 22 de agosto, alcançamos o que a ONG Global Footprint Network (GFN) chama de « Global Overshoot Day », ou seja, « o dia do excesso global ». Desde 2003, esta ONG mede todos os anos a pegada ecológica do planeta, o acúmulo de recursos e a forma como os consumimos. Em cada informe, constata como os recursos se esgotam com maior rapidez. A capacidade de regeneração anual do planeta é limitada. Frente a isso, a capacidade de consumo do ser humano parece ilimitada e o planeta não é suficiente para cumprir com as exigências da humanidade.

Desde a década de 70, os seres humanos estão vivendo muito acima de seus meios. O informe da GFN mostra uma aceleração constante do esgotamento dos recursos. Em 2012, o « Global Overshoot Day » foi alcançado 36 dias antes do que ocorreu em 2011. A curva para baixo é constante. Os cálculos desta ONG se baseiam em dados científicos que se articulam em torno de uma medida, o hag, o hectare global, mediante o qual se compara a biocapacidade do planeta com o consumo de cada país. O resultado dos estudos é catastrófico : para manter o nível de vida atual seria preciso um meio planeta suplementar.

Os quatro meses que restam no ano serão vividos então no crédito. Os recursos que serão utilizados daqui até o final do ano correspondem a estoques que não se renovam. « A hora do balanço chegou », diz a Global Footprint Network em seu informe. Este ano, a ONG ampliou seus cálculos até os últimos 50 anos. Entre os anos 60 e hoje os recursos planetários se dividiram por dois, enquanto as necessidades aumentaram em níveis extraordinários, ao ponto de consumirmos hoje cerca de 50% do que a Terra é capaz de produzir. A pressão exercida por sete bilhões de seres humanos não se tornou desproporcional. Os principais responsáveis pelo

déficit são as emissões de dióxido de carbono e a exploração dos recursos naturais.

« A mudança climática como consequência dos gases de efeito estufa emitidos mais rapidamente do que podem ser absorvidos por matas e oceanos é a consequência mais tangível e urgente », aponta a ONG. Mas o problema não para aí. A isso se agregam « a diminuição das florestas e matas, a perda de espécies, o colapso da pesca, o aumento dos preços dos produtos básicos e os distúrbios civis ». O quadro termina com uma conclusão : « as crises ambientais e a crise financeira que estamos enfrentando são os sintomas de uma catástrofe iminente. A humanidade está simplesmente usando mais do que o planeta pode prover » .

Nem todos os países têm a mesma responsabilidade no desastre. Segundo a Global Footprint Network, os Estados Unidos e o Brasil alcançaram antes dos demais países o dia do excesso, em 26 de março e 6 de julho respectivamente. Se todo o planeta necessitar dos recursos consumidos pelos Estados Unidos e pelo Brasil seria necessário mais 4,16 e 1,9 planetas para satisfazer a demanda. A exigência sobe a mais de seis planetas se vivermos como o Qatar. Por outro lado, se todos os seres humanos viverem como a Índia, 49% dos recursos naturais do planeta seriam suficientes.

Em 2008, a pegada ecológica da humanidade correspondia a 2,7 hag por habitante para uma capacidade real de 1,8 hag. Dos 149 países estudados, 60 são responsáveis pela dívida ecológica. O Ocidente tem uma influência decisiva na deterioração planetária. Em um país como a França as necessidades ultrapassam 70% dos recursos naturais. O informe 2012 revela que entre 1970 e 2008 a biodiversidade planetária caiu cerca de 30%. Segundo a GFN, a cada ano desaparecem 0,01% das espécies. O fundador da ONG, Mathis Wackernagel, recorda que « o déficit ecológico vem crescendo de maneira exponencial há 50 anos ». Por paradoxal que seja, há uma solução que não é um milagre, mas sim o próprio desastre. O responsável pela ONG ressalta que, « no longo prazo, a recuperação só poderá ter êxito se for acompanhada de reduções sistemáticas de nossa demanda de recursos e serviços ao ecossistema ». Se isso não ocorrer, o desastre se encarregará de fazê-lo.

Mathis Wackernagel estima que a tendência para o megaconsumo dos recursos « mudará um dia de direção, seja por causa de decisões, seja pelo desastre ». A questão do uso excessivo dos recursos tem, além disso, impactos econômicos potentes. A Global Footprint Network lembra que « dado que o déficit de recursos se torna maior e que os preços desses recursos são altos, o custo para as nações será insuportável ». Boa parte da humanidade está vivendo na base de crédito financeiro. Agora, entramos em outra etapa : o crédito ecológico.

Tradução: Katarina Peixoto

Sustentáculo da sustentabilidade. Ruy Martins Altenfelder Silva – O Estado de São Paulo. 27/08/2012

Mais do que um jogo de palavras, o título acima traduz à perfeição o papel da educação na construção da sustentabilidade. Ainda encarada por muitos como palavra da moda ou um conceito vago, a sustentabilidade ganha espaço como a bússola que deve orientar uma nova ordem social, fundada na solidariedade, na democracia e na ética.

Em recente artigo, e ainda emocionada por ter representado o Brasil no grupo de seis personalidades mundiais escolhidas para carregar a bandeira olímpica na abertura dos Jogos de Londres, a ex-senadora Marina Silva faz uma pergunta retórica para responder às manifestações de descrença no futuro: a utopia, que moveu os séculos passados, não fará parte da herança das novas gerações neste novo e incerto tempo?

Marina vê no grande evento esportivo mundial não a competitividade cega, da vitória a qualquer preço, mas o grande exemplo de que sempre há lugar para o imprevisível e para a convivência na diversidade. O que torna sempre possível "superar e agradecer, respeitar e reverenciar a todos, começando pelo oponente, e encontrar no meio do conflito o essencial que nos une". Na fraternidade, "na comunhão da vida", a ex-senadora identifica o fundamento ético de um mundo sustentável, no qual predomine a harmoniosa relação entre as pessoas e destas com o meio ambiente. É a ética - esse valor que, felizmente, vem reconquistando posições na sociedade - que baliza a convicção de que depende de cada um e de todos a construção de um futuro melhor e mais justo para o mundo, inclusive para os brasileiros, cuja História é marcada por séculos de profundas desigualdades. Mas para que a certeza se transforme em realidade há um longo caminho a percorrer.

Sexta economia mundial, que entrou em 2012 com um produto interno bruto (PIB) de US\$ 2,7 trilhões, ocupando a 84.^a posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 187 países e o 53.^o lugar no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês) entre os 65 países que participam da pesquisa - esses são os grandes traços do perfil do Brasil de hoje, detentor de uma das mais ricas biodiversidades do mundo, de invejável potencial hídrico para produzir energia com reduzido impacto ambiental, de terras e clima propícios à produção agrícola para abastecer o mercado interno e gerar apreciáveis excedentes para exportação. Mas as crescentes estatísticas de importação de cérebros estrangeiros e as vagas de emprego atraentes que permanecem durante meses em aberto evidenciam a urgência de medidas para formar o capital humano com a qualificação necessária para os novos tempos. Caso contrário, os brasileiros - em especial os pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade, apesar da recente ascensão das classes C, D e E - correm o risco de não se beneficiar da atual fase de crescimento econômico, depois de amargarem várias décadas de estagnação. Uma ameaça que paira principalmente sobre a força de trabalho jovem, hoje sofrendo uma elevada taxa de desemprego, que chega ao dobro da média nacional e é causada pela educação formal ruim e pela falta de experiência profissional.

Não importa que rota se escolha para tornar viável a exploração racional e sustentável das potencialidades nacionais, ela necessariamente terá como ponto de partida e principal fundamento a educação. Esse é o maior abismo que o País deve transpor. Não é possível imaginar um ciclo de desenvolvimento social e econômico sustentável num país em que perto de um terço dos jovens chega à universidade com conhecimentos insuficientes de Português e Matemática. Ou em que 1,8 milhão dos 4 milhões de crianças que iniciam o ensino básico desistem da escola antes de concluir o nível médio.

A solução para as mazelas da educação não está concentrada apenas na quantidade de matrículas e de acesso - até porque o ingresso numa faculdade não tem o condão de corrigir graves deficiências acumuladas em 12 anos de aprendizado básico de má qualidade. O grande desafio está em conciliar quantidade com qualidade, numa receita que deverá ser temperada por uma boa dose de noção da realidade e bom senso.

Será mesmo que a formação pessoal e profissional das novas gerações passa necessariamente pela universidade? A complexidade da vida moderna e a experiência de vários países, entre outros sinalizadores, apontam que uma alternativa seria diversificar as opções oferecidas aos jovens, a exemplo das escolas técnicas e tecnológicas de curta duração, ou o modelo de formação em vários níveis que algumas universidades daqui vêm adotando, inspiradas no sistema norte-americano e de instituições europeias.

O Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee), que há quase meio século apoia o estudante na delicada e estratégica transição da escola para o mundo do trabalho, tem uma privilegiada posição como observador dos efeitos desastrosos da má qualidade da educação. Diariamente participa da avaliação de centenas de jovens que são eliminados em processos seletivos para vagas de estágio e aprendizagem por não apresentarem as habilidades mínimas sequer para iniciar o processo de capacitação profissional em ambiente real de trabalho. Essa deficiência se deve mais à falta de oferta de oportunidades eficazes de aprendizado do que ao desinteresse do jovem, tanto que os 35 cursos de nosso programa gratuito de educação a distância registram quase 2 milhões de matrículas em sete anos de funcionamento. E 1,1 milhão de jovens passou pelos nossos cursos e oficinas presenciais de desenvolvimento estudantil e profissional.

Como a experiência mostra, o nó na boa formação das novas gerações não está na carência de matéria-prima para formar um bom capital humano, mas na fragilidade e na inadequação da política educacional.

Mapa lança Regionalização na Expointer 2012 – Site da CNA. 28/08/2012

O Projeto de Regionalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que aproximará o Governo Federal do médio produtor rural, foi lançado pelo ministro Mendes Ribeiro Filho, nesta terça-feira, dia 28 de agosto, na 35ª Expointer, que se realiza em Esteio, no Rio Grande do Sul. O projeto abrangerá o Sul e o Nordeste do País, regiões que mais sofreram com os efeitos climáticos.

Dentro da plataforma do projeto, são três os pilares da Regionalização: a Política Agrícola Diferenciada, o Sistema Nacional de Defesa Agropecuária e a Administração. Ao ser elaborada, a política agrícola oferecerá soluções específicas para cada problema, desde o melhoramento da armazenagem, passando pela irrigação, recuperação de solos, instalação de novas estações meteorológicas, acesso ao crédito, seguro rural e apoio à comercialização. Ações que irão gerar mais renda ao produtor, aumentar a produtividade, além de incentivar as boas práticas ambientais.

O Projeto de Regionalização será fundamental para o fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Agropecuária, uma vez que levará em conta as realidades e necessidades regionais para aumentar a eficiência dos processos, garantindo a qualidade dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e também dos alimentos que são exportados. Isso representa mais controle em todo processo de defesa animal e vegetal, desde os insumos usados pelos produtores até o produto final que é certificado e pode ser consumido no Brasil ou exportado.

A parte administrativa do Mapa passará por melhorias nos processos, por meio de maior agilidade e eficiência, valorizando os talentos e o esforço dos profissionais. Se houver necessidade serão realocadas pessoas e funções para aumentar a eficiência no caso de necessidade.

O Rio Grande do Sul foi escolhido para receber os primeiros projetos-piloto como forma de valorizar sua diversidade de culturas, minimizar as adversidades climáticas e melhorar a competitividade na fronteira com o Mercosul. A intenção é elaborar uma análise dos gargalos, de forma regional, considerando a importância da execução descentralizada dos programas de governo.

O Estado foi dividido em três regiões: Nordeste, Noroeste e Metade Sul e, em cada uma, foi realizado um diagnóstico. Foi verificada a necessidade de ampliação da matriz produtiva com a integração lavoura, pecuária, floresta e irrigação; a diversificação de culturas, alternando o cultivo de grãos, produção de leite, suínos e aves; e o fortalecimento da agroindústria frutícola. Para a projeto acontecer, o governo firmará parcerias com diversas instituições e governos. “Nosso objetivo primordial é melhorar a renda dos pequenos e médios produtores. E, para isso, queremos estar prontos a dar respostas rápidas e eficientes aos desafios diários”, destaca o ministro Mendes Ribeiro Filho.

Nova forma de avaliação. Camilla Valadares - Site do MMA. 28/08/2012

Senado promove debate sobre a utilização de um índice de desenvolvimento sustentável além dos indicadores considerados pelo PIB e IDH

Amanhã (28/08), a partir das 9h, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado promove debate sobre a utilização de um índice de desenvolvimento sustentável além dos indicadores considerados pelo Produto Interno Bruto (PIB) e pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A busca de novas formas de mensuração do progresso é das deliberações da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (a Rio+20) que aconteceu de 13 a 22 de junho deste ano.

O documento final do evento aponta as limitações do PIB como métrica de progresso das nações e apresenta demanda dos participantes da Conferência à Comissão de Estatística da ONU por plano de trabalho para criação de novas métricas, que contemplem os três pilares do desenvolvimento sustentável. A ideia é pensar a adoção de uma nova métrica que leve em consideração variáveis sociais e ambientais, além da econômica.

Passivo do Código cai com compensação e pecuária. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 27/08/2012

O novo Código Florestal, aprovado com vetos e emendado por medida provisória pela presidente Dilma Rousseff, reduziu em cerca de 12 milhões de hectares o tamanho do passivo ambiental brasileiro - áreas desmatadas ilegalmente que precisam ser recuperadas. Pelos novos termos, sobram ainda cerca de 38 milhões de hectares (Mha) pendentes de regularização.

Mas a obrigação, que para os ruralistas é vista como algo que poderia inviabilizar a agricultura no Brasil, pode não ser tão problemática assim. Um novo estudo mostra que se forem adotadas medidas para compensar o passivo de reserva legal onde está sobrando mata dentro do mesmo Estado e bioma, o tamanho da área a ser recuperada cai para cerca de 18 Mha.

E mesmo nessa porção não significa que haveria necessariamente perda de produção de alimento para plantar floresta. Se áreas de pastagem pouco produtiva e que não têm aptidão para

agricultura forem intensificadas, pode ser possível liberar um espaço de cerca de 15 Mha justamente para o reflorestamento.

Com as duas iniciativas, seria possível resolver cerca de 78% do problema do passivo. Pelo cálculos, somente no Mato Grosso sobrariam 3,4 Mha ocupando terras aptas. Sobram também 4 Mha de área de preservação permanente (APP), onde não cabe compensação.

Esses números, obtidos pelo Estado, são resultado de um projeto de modelagem do uso da terra no País conduzido no Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais. O trabalho buscou estimar com maior precisão a situação da malha fundiária no Brasil.

Coordenado pelo geólogo Britaldo Soares-Filho, foi encomendado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República a fim de mostrar que as perdas para a agricultura são bem menores do que têm dito os ruralistas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo

O valor da sociobiodiversidade. Sophia Gebrim – Site do MMA. 28/08/2012

Produtos de origem vegetal movimentam a economia local em diferentes regiões do país. Intenção do governo é modernizar a atividade.

A importância da cadeia produtiva do açaí para o Arquipélago do Marajó (PA), da piaçava para a microrregião do Rio Negro (AM) e dos frutos do cerrado para o norte de Minas Gerais (MG) e as técnicas de fomento dessas cadeias estão sendo discutidos de hoje (28/08) até a próxima sexta-feira (31/08), na capacitação Promoção de Cadeias de Valor, no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília. Esses produtos, resultado da sociobiodiversidade local, movimentam a economia e garantem a geração de emprego e renda, sendo conhecidos como Arranjos Produtivos Locais (APLs) da sociobiodiversidade.

O objetivo da capacitação é apresentar as metodologias de fomento às cadeias de valor, com enfoque na sociobiodiversidade e integrar equipes interdisciplinares para desenhar e implantar os processos de incentivo à produção local. Participam do encontro representantes dos governos estaduais, organizações não governamentais e sociedade civil. A meta é formar cerca de 30 profissionais, que atuarão na organização e apoio às cadeias nos respectivos estados.

EM DEBATE

Ao todo serão discutidos dez APLs da sociobiodiversidade: piaçava na microrregião do Rio Negro (AM), frutos da caatinga no semiárido baiano, piaçava no baixo sul baiano babaçu e pequi na mesorregião do sul cearense, açaí e andiroba no Arquipélago do Marajó (PA), castanha e óleos vegetais de andiroba e copaíba na microrregião de Óbidos (PA), castanha e óleo de copaíba na região da BR 163 (PA), buriti no Piauí, babaçu na microrregião do médio Mearim (MA) e frutos do cerrado no norte de Minas Gerais.

Durante o encontro serão apresentadas as estratégias de promoção de Arranjos Produtivos Locais (APLs), cadeias de valor da sociobiodiversidade, perspectivas de desenvolvimento sustentável e selecionadas algumas novas possibilidades de cadeias de valor. Além disso, serão determinadas estratégias de fomento das cadeias produtivas, desenhados projetos de melhoria

das cadeias, com uma apresentação de indicadores de impacto e monitoramento.

O treinamento faz parte das ações do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, coordenado pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), juntamente com a Cooperação Técnica Alemã no Brasil (GIZ). No encontro será usada a Metodologia Value Links, técnica comum para o mapeamento das cadeias de valor de produtos de origem animal e vegetal.

Para ruralistas, novo Código Florestal teria custo de R\$ 1 trilhão. Denise Madueño - O Estado de São Paulo. 28/08/2012

Bancada rebate estudo do governo e prevê impactos econômicos, sociais e tributários maiores; MP será votada hoje em comissão

Na retomada da votação da medida provisória do Código Florestal, hoje, na comissão especial no Congresso Nacional, governo e ruralistas vão se basear em estudos técnicos para justificar as suas posições antagônicas.

Os cálculos divulgados pelo deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) apontam um custo ao longo do tempo de R\$ 1 trilhão para a implantação do Código Florestal nos termos da proposta enviada pelo governo ao Congresso.

O trabalho, segundo o deputado, integrante da bancada ruralista, leva em conta os impactos econômicos, sociais e tributários na implantação do Código Florestal.

Esse estudo foi elaborado pelo procurador da Fazenda Nacional Luiz Moraes, que assessorou a elaboração do Código Florestal na Câmara dos Deputados, e pelo economista especializado em gestão do agronegócio André Meloni Nassar.

Por outro lado, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República tem em mãos um estudo, publicado ontem pelo **Estado**, concluindo que o texto final do Código Florestal reduziu em cerca de 12 milhões de hectares as áreas desmatadas ilegalmente que precisam ser recuperadas.

Depois de compensação de áreas com existência de mata dentro dos mesmos Estados e biomas, o tamanho da área a ser recuperada cai para cerca de 18 milhões de hectares. A queda do passivo ambiental brasileiro é um argumento do governo para contestar os ruralistas, que afirmam que essa exigência da lei vai inviabilizar a agricultura em todo o País.

Guerra de números

Os ruralistas usam os dados do custo na tentativa de combater o texto do governo. Segundo o estudo divulgado por Colatto, serão retirados 53 milhões de hectares utilizados, atualmente, na agricultura e na pecuária para as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal.

Haverá também, de acordo com esse argumento, uma redução de 3,4% no Produto Interno Bruto (PIB) e de 8,61% na arrecadação e questões tributárias.

"Essa recomposição custará R\$ 215 bilhões, a perda de arrecadação chegará a R\$ 801 bilhões e o custo da implantação do Código Florestal dentro da porteira, ou seja, na propriedade rural, será de mais de R\$ 1 trilhão", afirmou o deputado da bancada ruralista.

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), também integrante da bancada da agropecuária, insiste na derrubada do texto do governo pelos parlamentares e na retomada do projeto aprovado pelo Congresso e vetado parcialmente pela presidente Dilma Rousseff com o envio da medida provisória em análise pelos parlamentares.

Assim como Colatto, o deputado Caiado afirmou que o governo não apresentou dados sobre o impacto que o Código Florestal provocará na diminuição da área plantada, no custo para os produtores, na diminuição da arrecadação nem no aumento do custo dos alimentos que compõem a cesta básica.

"Essa brincadeira vai doer no bolso do cidadão. A recuperação da área tem custo alto e ninguém tem como arcar com essa despesa", afirmou Caiado. Para o parlamentar, o governo tem de identificar recursos no Orçamento para bancar a recuperação das áreas previstas no projeto.

Ainda segundo dados apresentados por Caiado, o cercamento das APPs e das reservas legais custará entre R\$ 6 mil a R\$ 7 mil por quilômetro e a recuperação, de R\$ 7 mil a R\$ 8 mil cada hectare. "A proposta do governo não tem razoabilidade nem possibilidade de ser aplicada", reagiu Caiado.

Índios contra a usina – Valor Econômico. 28/08/2012

Um grupo de aproximadamente 60 lideranças de dez povos indígenas cercou ontem o prédio da Advocacia-Geral da União (AGU), em Brasília. Posteriormente, eles foram recebidos pelo advogado-geral da União substituto, Fernando Luiz Albuquerque Faria. Os índios querem que seja mantida a suspensão da licença dada à hidrelétrica de Belo Monte, em construção no Pará, e também pedem a revogação da Portaria 303/2012, que foi publicada pela AGU para regulamentar a exploração de recursos hídricos em terras indígenas, além do acesso para instalação de bases militares sem a prévia comunicação aos índios. Fernando Faria disse a eles que os efeitos da portaria poderão ser rediscutidos. "Estamos aqui justamente para ouvir vocês, indígenas e, se for o caso, podemos rever essa portaria", disse o advogado-geral substituto ainda durante o encontro.

Supremo decide liberar obras de Belo Monte. Juliano Basile e André Borges – Valor Econômico. 28/08/2012

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto, concedeu o pedido feito pela Advocacia-Geral União (AGU) para liberar as obras na usina hidrelétrica de Belo Monte, em construção no Pará. As obras estavam paralisadas por decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) de Brasília, que impediu o Ibama de tomar qualquer ato de licenciamento ambiental.

A AGU entrou com uma reclamação contra essa decisão, alegando que a determinação do TRF estava "prestes a inviabilizar o empreendimento, do qual, presentemente, depende o

planejamento da política energética do país". "São incalculáveis as consequências dessa proibição de realização de qualquer ato de licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte por parte do Ibama no cronograma governamental de planejamento estratégico do setor elétrico do país", afirmou a defesa do governo.

Britto aceitou as alegações da AGU. Agora, o Ministério Público do Pará, que é contrário às obras, ainda pode tentar um novo recurso ao plenário do STF. Porém, o tribunal está dedicando as sessões do plenário ao julgamento do mensalão. As últimas 15 sessões foram utilizadas para a análise da Ação Penal nº 470, como é conhecido o processo, e será difícil a Corte interromper esse processo para analisar o caso de Belo Monte.

Integração entre sociobiodiversidade e economia verde desperta interesse internacional – Site do MDS. 28/08/2012

Ministra Tereza Campello foi convidada pelo portal Planeta Orgânico a apresentar painel sobre o tema em Nova York, este ano

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, foi convidada a apresentar em Nova York painel sobre sociobiodiversidade e economia verde. Durante o Green Rio, evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, realizada em junho na capital fluminense, ela fez palestra sobre o tema. O convite foi feito nesta terça-feira (28) pela diretora executiva do portal Planeta Orgânico, Maria Beatriz Martins Costa, organizador do evento.

Segundo Maria Beatriz, a repercussão internacional do painel apresentado pela ministra Tereza Campello foi muito positiva. Para exemplificar, ela mencionou o interesse do setor hoteleiro e de restaurantes na comercialização de produtos da sociobiodiversidade brasileira, especialmente durante grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014.

A integração da agenda social com a biodiversidade adotada no Brasil, para Maria Beatriz, é uma novidade para outros países, assim como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (Pnae), que adquire pelo menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Outro dado que causa admiração no exterior, segundo ela, é o índice de 70% da produção agrícola oriunda da agricultura familiar. De acordo com ela, a ideia da palestra é dar visibilidade e atrair parceiros às iniciativas brasileiras.

Coordenadora da agenda da sociobiodiversidade durante a Rio+20, Hétel Santos, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), disse que o governo brasileiro tem interesse em levar ao exterior o debate sobre a importância dos produtos da agricultura familiar para o Brasil, da diferenciação que eles apresentam, como os produtos extrativistas (da sociobiodiversidade), agroecológicos e orgânicos numa abordagem ambiental e de segurança alimentar e nutricional. O objetivo é chamar a atenção para o trabalho de valor ambiental e social que o Brasil vem fazendo.

O Green Rio foi organizado pelo Planeta Orgânico, portal brasileiro que promove o conceito da agricultura orgânica, seu papel na saúde e na preservação do meio ambiente, além de conscientizar o consumidor sobre a importância do consumo sustentável. Durante a Rio+20,

reuniu empresários da produção orgânica e da sociobiodiversidade para conferências, rodadas de negócios e exposição de produtos.

A agenda em Nova York, a ser fechada em conjunto entre o Planeta Orgânico e o MDS, ainda não tem data definida, mas deve ser em novembro ou dezembro e poderá envolver outros órgãos do governo federal.

Saiba mais

Inclusão social e meio ambiente

Em sua apresentação no Green Rio, em junho, a ministra Tereza Campello disse que “a grande novidade da Rio+20 é a possibilidade de discutir conjuntamente inclusão social e meio ambiente”. Ela afirmou que o Brasil deve provocar esse debate de forma permanente. “A construção de um novo mundo, sustentável do ponto de vista ambiental, também deve ser pensada em termos de inclusão social.” A ministra apresentou o Piso de Proteção Socioambiental, proposta brasileira inspirada no Bolsa Verde, incluída no documento final da Rio+20. A ideia é que os países criem programas de transferência de renda associados a ações de preservação ambiental e ao uso sustentável de recursos naturais. “As pessoas mais pobres, que não têm acesso à educação, à saúde, à energia e a tecnologias limpas, são forçadas a consumir e usar recursos naturais de forma que contribui para a degradação do meio ambiente. E é claro que, se pudessem, optariam por uma vida mais sustentável.”

Acesse o boletim de rádio: Governo vai a Nova York mostrar experiência brasileira com ações de sociobiodiversidade

Liminar do STF permite retomar obra de Belo Monte – Folha de São Paulo. 28/08/2012

Trabalhos haviam sido suspensos no dia 23

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Carlos Ayres Britto, concedeu na noite de ontem liminar que permite a retomada das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

O ministro analisou pedido feito pela AGU (Advocacia-Geral da União), que entrou com reclamação contra decisão do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) que paralisara a construção da usina hidrelétrica no rio Xingu.

A decisão de Britto vale até que o STF analise e julgue o mérito da questão, em plenário. Não há previsão de quando isso ocorrerá.

A 5ª Turma do TRF-1 entendeu que os índios não foram ouvidos antes da construção de Belo Monte, o que deveria ter sido feito porque as obras afetam reservas que ficam próximas ao local da hidrelétrica.

O tribunal entendeu que o fato representava a nulidade na concessão da licença para a construção.

A Norte Energia, empresa responsável pelas obras de construção e pela futura operação da usina, estima que cada dia de paralisação da obra custe R\$ 12 milhões -ou R\$ 360 milhões ao mês.

A obra foi suspensa no dia 23, após a empresa ser oficialmente notificada sobre a decisão judicial, do dia 14.

De acordo com o CCBM (Consórcio Construtor Belo Monte), a quem a Norte Energia terceirizou a maior parte das obras civis relacionadas ao empreendimento, os trabalhadores continuam a receber seus salários e os que vivem nos alojamentos da obra continuam nos canteiros, mas sem exercer nenhum tipo de atividade ligada às frentes de engenharia civil.

O MMA e barragens no Pantanal. Luciene de Assis – Site do MMA. 29/08/2012

Obras previstas para a região são submetidas a análise prévia do Conama, CNRH e ANA

Existem pelo menos cem projetos de hidrelétricas esperando autorização para serem construídas no Pantanal brasileiro. Do ponto de vista da preservação do ecossistema da região, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, determinou que vários setores do ministério analisem o problema e as possíveis soluções, que passam pela atuação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

A construção de represas no Pantanal foi tema de reunião, na tarde desta terça-feira (28/08), com representantes da Rede Pantanal, entidade que congrega organizações não governamentais, movimentos sociais, comunidades tradicionais e populações indígenas da região. Pediram à ministra maior controle, por parte do Conama e do CNRH, sobre obras do gênero, com o objetivo de proteger o ecossistema local.

TRÊS QUESTÕES

De acordo com o diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu, existem três questões gerais envolvendo diretamente os recursos hídricos e passam, primeiro, pela articulação entre o Conama e o CNRH, “com base numa visão sistêmica da região, já que a questão envolve outras competências, como a atuação de outros órgãos e dos governos estaduais”.

Outro ponto importante, segundo Andreu, é oferecer apoio técnico para subsidiar estudos relacionados ao aspecto hídrico, intimamente ligado às questões energética e ambiental, “para subsidiar uma eventual negociação com o Ministério de Minas e Energia”. Por fim, é necessário verificar os impactos ambientais que essas barragens possam causar também aos países que compartilham do Pantanal, como a Bolívia e o Paraguai, integrados ao Brasil pela Bacia do Alto Paraguai.

Sustentabilidade na agricultura familiar é tema de painel na Expoiner 2012 – Site do MDA. 29/08/2012

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, participou, nesta quarta-feira (29), do Fórum Sustentabilidade na Agricultura Familiar – promovido pelo Canal Rural – na Expointer 2012. Acompanhado do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Hercílio Broch, e do biólogo Uwe Schulz, o ministro avaliou os caminhos para uma agricultura familiar que seja sustentável ecológica, social e economicamente. O painel foi transmitido ao vivo para todo o Brasil.

Em seu discurso, Pepe destacou a intenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em trabalhar cada vez mais suas políticas dentro da rota da sustentabilidade, que inclui a preocupação com o uso de agrotóxicos e o manejo da água e do solo. “O nosso trabalho é dar condições a quem quer trabalhar e produzir na terra e viabilizar instrumentos para aqueles que querem mudar seu modo de produção para um modo mais sustentável”, explicou.

A agricultura familiar foi apontada pelos palestrantes como o modelo de produção mais adequado. Além de gerar renda para um maior número de brasileiros, é mais diversificada e, por isso, ecologicamente sustentável. “Não podemos sonhar com segurança e soberania alimentar do povo se não apostarmos na importância estratégica da agricultura familiar em todo o mundo”, afirmou Broch. Atualmente, o setor é responsável pela produção de mais de dois terços dos alimentos consumidos no País.

Uma das preocupações expressas pelo ministro é o índice de agrotóxicos usado na agricultura brasileira: cerca de 5,5 quilos de agroquímicos são consumidos anualmente por habitante. Algumas ações já foram postas em prática para tentar diminuir este número. Como a possibilidade prevista em lei de ampliar em até 30% o pagamento por produtos orgânicos fornecidos pela agricultura familiar para a alimentação escolar, o que valoriza os sistemas agroecológicos de produção.

Outro ponto importante é a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). O Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013 prevê que todos os novos contratos de Ater busquem o desenvolvimento de forma sustentável com respeito ao meio ambiente, por meio do uso racional da água e do solo, além da aplicação reduzida de agrotóxicos nas plantações.

O ministro citou, ainda, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, e secretariada pelo MDA, que define diretrizes, instrumentos e princípios para uma produção agroecológica. Com isso, espera-se aumentar o número de produtores orgânicos familiares, que hoje é de aproximadamente 100 mil no Brasil.

Estatísticas da agricultura familiar

Pela Lei 11.326/2006, o agricultor familiar é definido como aquele que pratica atividades ou empreendimentos no meio rural, em área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades econômicas. A lei abrange ainda silvicultores, quilombolas aquicultores, extrativistas e pescadores.

No Brasil, a agricultura familiar conta com mais de 4,3 milhões de unidades produtivas, o que corresponde a 84% do número de estabelecimentos rurais do Brasil. Este segmento produtivo responde por 10% do Produto Interno Bruto nacional, 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural, o equivalente a 12,3 milhões de pessoas.

Nos últimos dez anos, mais de 40 milhões de brasileiros ascenderam para a classe média – 10% destes são agricultores familiares. Entre 2003 e 2009 a renda média em estabelecimentos rurais cresceu três vezes mais que nos urbanos. O produtor deste segmento consegue gerar mensalmente cerca de R\$ 1,7 mil por hectare, enquanto o não familiar gera apenas R\$ 700.

Índios bloqueiam duas rodovias em Mato Grosso. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 29/08/2012

Grupos protestam contra portaria da AGU que determina novas regras para exploração e demarcação de terras

Cerca de 600 lideranças indígenas bloqueiam desde a madrugada de segunda-feira trechos de duas rodovias federais em Mato Grosso. Na manhã de ontem, eles liberaram parcialmente o trecho da BR-364, próximo a Serra de São Vicente. Os índios protestam contra a Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU), que determina novas regras para a exploração de terras indígenas e revisão de demarcações.

De acordo com os manifestantes, a liberação de ontem só ocorreu porque alguns motoristas já estavam ficando sem água e alimento. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, até as 6 horas, quando os índios desbloquearam parte da pista no sentido Cuiabá, o congestionamento havia ultrapassado 70 quilômetros. Uma hora depois, a rodovia já estava totalmente bloqueada.

Na segunda-feira, o advogado-geral da União substituto, Fernando Luiz Albuquerque Faria, recebeu as lideranças. Os índios apresentaram manifestação contra a portaria. O advogado explicou que a AGU, no mês passado, fixou novo prazo de vigência da portaria, que será a partir de 24 de setembro. Neste período, a Fundação Nacional do Índio (Funai) deverá realizar consultas aos povos indígenas.

O objetivo da portaria, assinada em julho pelo ministro-chefe da AGU, Luís Inácio Lucena Adams, é orientar advogados e procuradores sobre questões jurídicas relacionadas à terras indígenas. Ela transforma em norma as 19 condicionantes utilizadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2009.

A mais polêmica proíbe a revisão de terras já regularizadas. Também provoca reações a que permite ao governo realizar obras de interesse público, como hidrelétricas e estradas, sem consultar as populações indígenas. Para se ter uma ideia do impacto dessa decisão, vale lembrar que só em Mato Grosso do Sul estão sendo realizados estudos para a revisão dos limites de 36 terras indígenas, quase todas ocupadas por guaranis.

Parlamentares tentam acordo sobre Código. Débora Bergamasco - O Estado de São Paulo. 29/08/2012

Após impasse ontem, ruralistas e governistas pretendem retomar hoje a votação do Código Florestal na Comissão Mista. O único consenso é de que perder o prazo de validade da medida provisória já aprovada - que expira em 8 de outubro - seria "uma tragédia para todos". Correm contra o tempo, pois o texto ainda seguirá para a Câmara e o Senado.

Por isso, membros da comissão decidiram mudar o esquema da votação prevista para hoje: a ideia é derrubar todos os destaques - diversas regras que estavam sendo decididas uma a uma - para apresentar no plenário texto único.

Durante o dia houve recuo das duas partes. A bancada do governo aceitou abrir mão de que fiscais do Ibama possam trabalhar armados. Também acordaram que a área de proteção das veredas englobará apenas as regiões que ficam permanentemente encharcadas e não as que secam durante algum período do ano.

Por outro lado, os ruralistas cederam na manutenção das matas em torno de rios intermitentes, aqueles que secam durante determinado período do ano.

Um ponto polêmico da discussão foi a proposta da senadora Katia Abreu (PSD-TO) de alterar as regras de proteção ambiental, trocando a expressão "Amazônia Legal" por "Floresta Amazônica". Se passar, boa parte de Estados como Tocantins terá regras antidesmatamento menos rígidas.

Belo Monte retoma obras, 12 horas depois de liminar. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 29/08/2012

Em menos de 12 horas depois da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à Advocacia-Geral da União (AGU), os ônibus do Consórcio Construtor Belo Monte começaram a sair de Altamira em direção aos três canteiros de obras, os sítios Belo Monte, Pimental e Canal e Diques, na madrugada de ontem. As obras da usina estavam paralisadas desde o dia 20 por determinação da 5.^a Turma do Tribunal Regional Federal.

O CCBM, por sua assessoria, disse que "pôs anúncios de rádio e TV em emissoras locais para informar aos funcionários sobre o retorno ao trabalho a partir desta manhã". E, além disso, publicou a informação por e-mail e em boletins fixados em painéis nas frentes de obras. Na segunda-feira, o STF deferiu liminar em favor da AGU, permitindo a retomada das obras da usina de Belo Monte, no Rio Xingu, Estado do Pará. Com a decisão, suspendem-se os efeitos do acórdão da 5.^a Turma do TRF-1, que havia determinado a paralisação das obras.

Para a AGU, a decisão do STF evita a "ocorrência de dano vultoso e irreparável ao patrimônio público, à ordem administrativa, à ordem econômica e à política energética brasileira".

Segundo a assessoria da Norte Energia, empresa responsável pela construção e operacionalização da Belo Monte, às 5h30 da manhã de ontem "os trabalhadores diretamente envolvidos nas obras de Belo Monte começaram a voltar aos seus postos em todas as frentes de trabalho".

Belo Monte terá 'plano B' contra atraso. André Borges – Valor Econômico. 29/08/2012

O retorno dos trabalhadores e da rotina nos canteiros de obra de Belo Monte não acaba com as preocupações que estão tirando o sono do consórcio Norte Energia, responsável pela hidrelétrica

em construção no rio Xingu, no Pará. O **Valor** apurou que o consórcio começou a montar um "plano B" de engenharia para garantir a execução da obra de sua barragem provisória.

A execução dessa estrutura, conhecida como ensecadeira, deveria ter começado há exatamente duas semanas, mas nada foi feito porque a companhia precisa obter autorização do Ibama para executar a ação. Erguida com o uso de terra e de rochas, sem concreto ou materiais industriais, a ensecadeira é usada para fazer o desvio do rio. A obra é necessária para que o consórcio possa dar início à construção da barragem definitiva. O receio é que esse projeto não fique pronto até dezembro, quando começa o período das chuvas.

A informação foi confirmada pelo diretor de Construção da Norte Energia, Antônio Kelson Elias Filho. "O prazo realmente é o que nos aflige. Temos esperanças de que a autorização seja liberada ainda nesta semana", comentou. "A ensecadeira tem que começar imediatamente, senão realmente teremos que considerar a possibilidade de adia-la para o ano que vem."

Um eventual adiamento significa, na prática, o atraso de um ano no cronograma das obras. O plano B tem justamente a função de tentar encontrar outras opções de engenharia de obras que garantam a conclusão do desvio do rio num prazo mais curto que aquele originalmente estimado. Os cálculos dessa alternativa estão sendo avaliados, mas já se sabe que o custo seria superior àquele já projetado.

Há duas semanas, o Ibama fez uma série de apontamentos para a Norte Energia. Segundo o órgão ambiental, o consórcio ainda não tinha garantido que a navegabilidade do rio Xingu seria 100% mantida durante as fases das obras. Pelas regras do Ibama, não pode ocorrer qualquer interrupção no fluxo do rio, em nenhum momento. Os analistas ambientais também levantaram dúvidas sobre a navegabilidade de embarcações pequenas, como as chamadas "voadeiras", por conta da velocidade da água que o canal do Xingu passaria a ter a partir do desvio, da ordem de 2,5 m/s, considerada alta.

Segundo Elias Filho, todos os apontamentos feitos pelo Ibama foram respondidos pela Norte Energia. Na semana passada, a diretoria da empresa teve um encontro no Ministério do Planejamento com gestores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e representantes do Ibama. "Todas as dúvidas foram esclarecidas e tivemos a sinalização, de viva-voz, de que não havia mais nenhuma pendência. Por isso, acreditamos que a autorização será dada o mais rápido possível", disse o diretor do consórcio.

Ontem, a atividade de mais de 13 mil trabalhadores de Belo Monte voltou ao normal, após a decisão do Supremo Tribunal Federal, que decidiu acatar as justificativas apresentadas pela Advocacia-Geral da União (AGU) e autorizar a retomada das obras. A Procuradoria-Geral da República ainda pode recorrer ao plenário do STF.

Sem acordo, MP que altera Código Florestal pode perder a validade – Folha de São Paulo. 29/08/2012

A falta de acordo entre a bancada ruralista e o governo travou a votação da medida provisória que altera o Código Florestal. O impasse coloca em risco a aprovação da medida, que perde validade no próximo dia 8 de outubro.

A MP foi enviada ao Legislativo pela presidente Dilma Rousseff como um complemento aos vetos feitos por ela ao projeto do novo código.

De acordo com integrantes da comissão mista que analisa a MP, se o colegiado não votar a medida hoje não haverá tempo hábil para ela ser aprovada.

Isso porque, após a comissão, ela ainda terá de ir aos plenários da Câmara e do Senado. E eles devem se reunir em apenas mais três semanas em setembro para discutir a proposta.

Segundo o presidente da comissão, deputado Bonh Gass (PT-RS), duas alterações na MP causaram o impasse: a primeira é a possibilidade de fazer irrigação em APPs (áreas de preservação permanente); a segunda é a anistia de multas dos agricultores. "Não queremos nenhuma anistia", disse Gass.

Flexibilização das unidades de conservação são um risco ambiental – Site do MST. 30/08/2012

A sinalização do governo federal de flexibilizar ou alterar o limite das unidades de conservação na região amazônica é dúbia e contribui para o aumento do desmatamento na região. De acordo com o agrônomo Adalberto Veríssimo, “toda vez que o governo sinaliza uma disposição para negociar” com os grileiros que ocuparam unidades de conservação de modo irregular, e oferece um percentual do território para ocupação, “há uma queda de braço, que acaba resultando em um aumento do desmatamento. É como se fosse uma corrida em que os ocupantes ilegais tentam desmatar ainda mais, para que o governo exclua a área como unidade de conservação, porque ela já está desmatada. É isso que está acontecendo agora”.

Segundo ele, esta é uma prática comum na região. “Tradicionalmente, na Amazônia, a forma como os atores socioeconômicos procuram assegurar o direito da propriedade é desmatando para, de um lado, gerar o fato consumado e, de outro, gerar a ideia de que eles estavam tentando desenvolver alguma atividade produtiva. É um conceito antigo, ultrapassado, mas ainda é uma forma que predomina nessas regiões do Brasil”, relata à IHU On-Line em entrevista concedida por telefone.

Na avaliação de Veríssimo, a possível flexibilização das unidades de conservação também está relacionada com a construção do complexo hidrelétrico do Tapajós, embora o processo de estudo na área ainda não tenha sido concluído. “A redução das áreas de conservação sinaliza que esse empreendimento poderá ser realizado. Se isso acontecer, uma área do Tapajós será desmatada. O governo alega que será uma área mínima, e que a construção do complexo hidrelétrico do Tapajós será diferente de Belo Monte, porque não terão grandes canteiros de obras. Mas sabemos que as hidrelétricas na Amazônia geram impactos sociais, como a migração excessiva, o caos urbano, aumento da violência, além de afetar as comunidades indígenas”, frisa.

Para ele, apesar de o discurso governamental ser otimista em relação aos cuidados sociais e ambientais, “a história recente tem mostrado que o governo está com muita dificuldade de operar esse tipo de empreendimento”. E dispara: “Temo que o Tapajós se torne uma área mais crítica do que Belo Monte, porque no Tapajós há três fatores perigosos: o asfaltamento da BR-163; a possibilidade de construção das hidrelétricas, que poderia, juntamente com o

asfaltamento, criar uma onda muito forte de ocupação naquela região; e o crescimento do garimpo de ouro, porque o preço do ouro aumentou no mercado.

Adalberto Veríssimo (foto) é engenheiro agrônomo, pós-graduado em Ecologia, pela Universidade Estadual da Pensilvânia, EUA. Cofundador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, atualmente é pesquisador sênior da instituição.

Confira a entrevista:

Como vê a retomada dos investimentos federais na BR-163 (Cuiabá-Santarém) e na BR-230 (Transamazônica)? A que atribui tais investimentos e quais as implicações destas obras para a região Norte, considerando o subdesenvolvimento da região?

Nos últimos dois anos, o asfaltamento da BR-163 tem avançado, mas não há nenhum investimento significativo nesse momento. Em relação à BR-230, o principal problema é a obra de Belo Monte, que fica numa área de influência de um trecho da BR-230. No caso da BR-163, as pessoas que acompanham de perto o desmatamento da Amazônia estão alertando para o fato de que ali existe uma combinação de fatores, que podem gerar o aumento do desmatamento. Primeiro, tem o asfaltamento da BR em si. Esse asfaltamento atrai aventureiros, ocupantes ilegais, que querem entrar nessas áreas para desmatá-las e revendê-las.

Em 2005, o governo federal tentou “vacinar” essa região, criando um conjunto de unidades de conservação. Essa foi uma maneira de evitar que o asfaltamento trouxesse essa leva de ocupantes ilegais, e aumentasse o desmatamento na região. Essa medida protege a floresta, porque evita a “corrida” pela posse da terra, uma vez que o governo se apropria definitivamente daquele território. Porém, nos últimos anos, o governo sinalizou a possibilidade de rever os limites de duas unidades de conservação, entre elas a Floresta Nacional do Jamanxim, para reconhecer que, em alguns casos, o contorno da unidade precisaria sofrer alguns ajustes.

Grilagem

Os ocupantes ilegais dessas áreas reivindicam uma redução muito significativa das unidades de conservação, mas o governo estava sinalizando uma redução pequena. Toda vez que o governo sinaliza uma disposição para negociar, há uma queda de braço, que acaba resultando em um aumento do desmatamento. É como se fosse uma corrida em que os ocupantes ilegais tentam desmatar ainda mais, para que o governo exclua a área como unidade de conservação, porque ela já está desmatada. É isso que está acontecendo agora.

Tradicionalmente, na Amazônia, a forma como os atores socioeconômicos procuram assegurar o direito da propriedade é desmatando para, de um lado, gerar o fato consumado e, de outro, gerar a ideia de que eles estavam tentando desenvolver alguma atividade produtiva. É um conceito antigo, ultrapassado, mas ainda é uma forma que predomina nessas regiões do Brasil.

Então, os problemas não estão restritos somente à infraestrutura. O problema é que o governo tem dado sinais dúbios do que quer fazer com as unidades de conservação da região amazônica, em relação aos limites originários. Esse é o principal fator que tem contribuído para o aumento no desmatamento na região da BR-163. O governo diz que não está flexibilizando as regras nas unidades de conservação, mas essa é a leitura que chega lá na ponta. Isso é o suficiente para gerar essa corrida especulativa.

A resolução do governo federal de diminuir e alterar o limite de unidades de conservação, como a Floresta Nacional do Jamanxim, tem alguma relação com o complexo hidrelétrico de Tapajós?

No caso da floresta do Jamanxim, tem um laudo técnico, feito pelo governo, que reconhece que uma parte, cerca de 10% da área, poderia ser excluída da unidade para atender a reivindicações de moradores que teriam direitos. Fiquei com algumas dúvidas quando li o documento, mas vamos admitir que de fato os moradores tivessem direitos, e o governo resolvesse então diminuir a reserva em 10%. Isso em si não resultaria em um grande problema. Mas o que o governo deve ter percebido ao longo do tempo é que as pessoas não queriam só 10% da área, elas queriam muito mais. Então, todas as vezes que o governo se dispunha a negociar, a resposta não era de boa fé.

Recentemente, o governo também diminuiu, com medida provisória, cinco unidades de conservação da região para construir o futuro Complexo Hidrelétrico do Tapajós. Então, o governo também está desafetando, ou seja, diminuindo as unidades para facilitar o processo de licenciamento e permitir a construção das hidrelétricas. O governo não precisava ter desafetado essas unidades. Pode-se fazer o empreendimento hidrelétrico, desde que ele seja licenciado pelas unidades de conservação como área de entorno. Esta seria uma maneira de proteger o próprio empreendimento, porque é preciso ter um “cinturão” de áreas protegidas para evitar a ocupação irregular na região. Por enquanto, o complexo hidrelétrico de Tapajós não está provocando o desmatamento, mas há uma sinalização de que o governo está querendo flexibilizar as regras das reservas de conservação por várias razões, seja para construir hidrelétricas, seja para atender às reivindicações de moradores locais.

Essa informação se generalizou e passou uma percepção geral na região de que os grileiros podem forçar o governo a lhes conceder as terras desmatadas. O governo precisa dar um recado muito claro e dizer exatamente o que ele quer na região, se quiser evitar essa onda especulativa.

O complexo hidrelétrico de Tapajós, no Amazonas, tem gerado muitas críticas e polêmica por causa das comunidades indígenas que serão afetadas pelo projeto de expansão energética. Qual é a situação do Tapajós hoje? Já é possível estimar como o complexo hidrelétrico irá afetar as comunidades e que terras indígenas serão prejudicadas?

Ainda há um longo processo de estudos a ser feito na área. Entretanto, a redução das áreas de conservação sinaliza que esse empreendimento poderá ser realizado. Se isso acontecer, uma área do Tapajós será desmatada. O governo alega que será uma área mínima, e que a construção do complexo hidrelétrico do Tapajós será diferente de Belo Monte, porque não terão grandes canteiros de obras. Mas sabemos que as hidrelétricas na Amazônia geram impactos sociais, como a migração excessiva, o caos urbano, aumento da violência, além de afetar as comunidades indígenas. Então, embora o governo tenha um discurso de que vai fazer tudo com cuidado, sem prejuízos sociais ou ambientais, o histórico não indica isso. Temo que o Tapajós se torne uma área mais crítica do que Belo Monte, porque no Tapajós há três fatores perigosos: o asfaltamento da BR; a possibilidade de construção das hidrelétricas, que poderia, juntamente com o asfaltamento, criar uma onda muito forte de ocupação naquela região; e o crescimento do garimpo de ouro, porque o preço do ouro aumentou no mercado. Aquela região já foi grande produtora de ouro no final dos anos 1980, e era uma região violenta. Então, trata-se de uma área mais delicada.

Hoje, observamos vários problemas na região de Belo Monte, mas essa não é uma região asfaltada, não tem garimpo e o desmatamento não é tão significativo. Diria que tem um sinal amarelo aceso na BR-163, que o governo deveria agir rapidamente, conter a sangria do desmatamento, reapossar as unidades de conservação e tentar remediar o processo de ocupação na região, sob pena de assistir o aumento do desmatamento, e o aumento na violência rural. Construir hidrelétricas na Amazônia pode ser importante, mas só se todos os cuidados forem tomados, se o governo tiver uma agenda socioambiental. Entretanto, como disse, a história recente tem mostrado que o governo está com muita dificuldade.

Ministros assinam acordo para promover desenvolvimento sustentável. Carlos Mota – Site do MAPA. 30/08/2012

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, e o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, assinaram acordo de cooperação técnica nesta quinta-feira, 30 de agosto, na Casa de Tecnologia do Mapa/Embrapa, na Expointer, em Esteio/RS. O documento estabelece condições para a realização conjunta de estudos e pesquisas de apoio à formulação de políticas públicas e tem prazo de dois anos.

O objetivo da medida é aperfeiçoar a estratégia de desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira, da intensificação da pecuária, da difusão da agricultura irrigada e da expansão das florestas plantadas. Para isso, representantes dos dois ministérios elaborarão planos de trabalho específicos. Cabe a eles, ainda, organizar seminários, workshops e reuniões de trabalho.

Segundo o ministro Mendes Ribeiro, as pesquisas serão fundamentais para dar subsídio para a implementação do projeto de regionalização lançado pelo Ministério da Agricultura. “O projeto de regionalização será feito a partir da pesquisa quanto ao solo e clima. É necessária essa cooperação com os demais órgãos do Governo para aperfeiçoarmos a proposta de trabalhar as necessidades locais do produtor”, explicou.

Mendes Ribeiro e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, também assinaram as Instruções Normativas que dispõem sobre o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade da Nata e a que fixa a quantidade mínima de 50% de polpa ou suco de uva no néctar de uva.

Quanto à qualidade da nata, o objetivo é fixar a identidade e os requisitos mínimos de qualidade que o produto deverá ter para consumo humano. Entre as exigências, a composição de gordura láctea deve ser de, no mínimo, 45%. Além disso, deve ser conservada e comercializada em temperatura entre zero grau e 5°C para preservar as características.

Governo cede a ruralistas para votar Código Florestal. Fernanda Krakovics – O Globo. 30/08/2012

Depois de mais de 20 dias de impasse, o governo e os ruralistas fecharam um acordo ontem e concluíram a votação, na Comissão Especial, do novo Código Florestal. Agora, a proposta tem que ser votada pelos plenários da Câmara e do Senado até o dia 8 de outubro, quando a medida provisória perde validade. Para chegar a um entendimento, o Palácio do Planalto e os

ambientalistas fizeram mais concessões do que os ruralistas, que são maioria no Congresso. O resultado foi, mais uma vez, a diminuição da proteção ambiental.

Entre as modificações aprovadas está a redução das faixas mínimas de recuperação da vegetação em áreas de proteção na beira de rios. Também foi reduzida a área a ser recomposta em médias propriedades do Cerrado Amazônico. Em troca, os ruralistas restabeleceram a proteção dos rios que secam em determinado período do ano, os chamados temporários. Só os efêmeros, que surgem quando chove, mas sequer são cursos d'água, ficarão sem proteção.

- A causa ambiental tem poucos votos no Congresso. Mas, do jeito que estava, era pior. Sem a proteção aos rios intermitentes. E, se a MP caísse, deixaria principalmente os pequenos produtores na insegurança jurídica - disse o senador Jorge Viana (PT-AC), que negociou pelo governo.

Comissão aprova MP do Código Florestal. Tarso Veloso – Valor Econômico. 30/08/2012

Kátia Abreu (PSD-TO) na comissão mista: senadora chegou a pedir 'pelo amor de Deus' para que Ronaldo Caiado (DEM-GO) aprovasse a medida

Após mais de sete horas de discussão, a comissão mista que analisa a medida provisória do novo Código Florestal cedeu na recomposição das áreas de preservação permanente (APP) e aprovou, por unanimidade, o novo texto apresentado pelo relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC). O relatório agora segue para a Câmara e depois para o Senado. O impasse colocava em risco a aprovação da MP 571, que foi apresentada em 28 de maio e caduca em 8 de outubro.

Após entrar em um impasse, o governo considerou uma boa estratégia ceder à mudança nas APPs e conseguir ontem a aprovação de um novo texto, substituindo o fechado no dia 12 de junho. Ontem, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, avisou à base governista que era para votar "ganhando ou perdendo". Assim, foi reduzida de 20 para 15 metros a recomposição das APPs, em margens de rios de até 10 metros, em propriedades de 4 a 15 módulos fiscais. Em propriedades acima de 15 módulos fiscais, independentemente da largura do curso de água, a recomposição ficará entre 20 a 100 metros. Neste caso, a definição da área de reflorestamento será decidida pelo Programa de Regulamentação Ambiental (PRA).

Por outro lado, o relator conseguiu reincorporar ao texto a preservação de cursos d'água intermitentes, que secam em determinadas épocas do ano. A redação determina que, para rios de até dois metros de largura, deverão ser reflorestados cinco metros. Esse artigo havia sido derrubado na audiência do dia 8 de agosto.

Essa mudança na APP para médias propriedades foi concebida de última hora após uma intensa pressão dos deputados Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Abelardo Lupion (DEM-PR) que travaram o acordo costurado pelo governo. No trato anterior, antes do recesso parlamentar, foi aprovado o texto e as emendas seriam votadas uma por uma. Neste caso, o governo não possuía voto para vencer a bancada ruralista. Com a aprovação de um novo texto, o governo "escapou" de votar outros destaques neste momento. Regimentalmente, só seria possível fechar o acordo se todos os parlamentares votassem positivamente ao novo relatório, em detrimento do aprovado em julho, já que a manobra altera o rito normal de tramitação e não tem previsão regimental.

A mudança nas APPs foi proposta pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a senadora Kátia Abreu (PSD-TO). Para ela, os novos limites trarão "paz ao campo", garantindo a segurança jurídica para o setor agropecuário e preservação ambiental. "A nova regra inclui 98% dos produtores brasileiros. Essa mudança não foi uma derrota para o meio ambiente. Hoje, o Brasil possui 61% do seu território original preservado", disse a senadora.

O Partido Verde repudiou, em nota, a conduta da comissão. "A pressão para finalizar a votação da matéria foi de tamanha intensidade que, sob a tutela de um pseudo acordo, coordenado pelos ruralistas, destaques deixaram de ser votados, matérias antes rejeitadas voltaram a integrar o texto, numa clara afronta ao processo legislativo", define a nota, assinada pelo líder do partido na Câmara, Sarney Filho (MA).

Ontem, durante as negociações, houve confronto para viabilizar o acordo. Com a mudança proposta pelo relator e acatada pela maioria, os deputados Caiado e Lupion não aceitaram e partiram para o briga. O primeiro, disse que não concordava com a mudança das regras e não faria acordo. "Essa tentativa de um novo texto, diferente do aprovado, é uma manobra do governo, que estava perdendo a votação dos destaques em separado", disse. "Não fiz parte de acordo de textos alternativos. Quando o governo perde muda tudo?", questionou Caiado. Lupion foi mais direto e disse que não colocaria "sua digital nesse excremento".

A comissão mista, formada em sua maioria por ruralistas, ficou do lado do governo. Durante os discursos, a senador Kátia Abreu chegou a pedir "pelo amor de Deus" para que Caiado mudasse de ideia. O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Homero Pereira (PSD-MT), e o ex-presidente da FPA, Moreira Mendes (PSD-RO), também insistiram para que o entendimento fosse concretizado. As discussões continuaram até que os parlamentares mudaram de ideia.

Apesar do resultado ter dado a ideia de ser uma vitória dos ruralistas, os ambientalistas também saíram satisfeitos com o acordo fechado. "Foi uma negociação duríssima porque a causa ambiental tem sempre poucos votos aqui. Mas foi o melhor possível, porque se essa MP caduca, ela deixaria os pequenos agricultores em uma situação muito difícil", disse o senador Jorge Viana (PT-AC).

O presidente da comissão, Elvino Bohn Gass (PT-RS), fez coro ao colega do Acre. "Os ruralistas queriam todas as áreas já desmatadas fossem consolidadas. Nós conseguimos ampliar as áreas de reservas entorno de nascentes, não ter anistia e trazer de volta as áreas de preservação em rios intermitentes. Então nós tivemos grandes avanços", explicou.

Bilhete de Dilma faz Ideli negar acordo sobre o Código Florestal. Erich Decat e Johanna Nublat – Folha de São Paulo, Poder. 31/08/2012

Presidente diz que soube de acerto pelos jornais; ruralistas se irritam

O governo voltou ontem a conflagrar o clima da votação do Código Florestal no Congresso ao negar ter aceito novas concessões à bancada ruralista para aprovar em comissão a MP (medida provisória) da norma ambiental.

A MP foi enviada ao Legislativo pela presidente Dilma Rousseff como um complemento aos vetos feitos por ela ao projeto do novo código.

Anteontem, integrantes de comissão mista do Congresso aprovaram relatório da MP com mudanças que reduzem o tamanho da área de recomposição de áreas desmatadas ilegalmente na beira dos rios.

A proposta, com as alterações, foi aprovada por meio de um acordo segundo o qual o texto não sofreria novas alterações nos plenários da Câmara e do Senado, por onde ainda precisar passar até o próximo dia 8 de outubro -quando perde validade.

Seria um raro momento de concordância na proposta legislativa que causou algumas das derrotas mais importantes ao governo no Congresso durante a gestão de Dilma.

Mas após a presidente, por meio de um bilhete, afirmar às ministras Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente) ter sido surpreendida pelo acordo estampado nos jornais, Ideli soltou nota dizendo que a votação "não teve aval ou concordância do governo federal".

A troca de bilhetes foi flagrado por fotógrafos que acompanhavam uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

ÔNUS POLÍTICO

A negativa do governo foi entendida por ruralistas como uma tentativa de transferência do ônus político pelas mudanças e levou parlamentares ligados ao agronegócio a dizer que o acordo de anteontem pode não ser mais cumprido.

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), por exemplo, previu novas discussões. "Tal atitude [de Ideli Salvatti] eliminou qualquer chance de acordo no plenário."

"A sessão que votou o código foi transmitida pela televisão. Você acha que o governo não acompanhou? E o líder do governo no Congresso estava na mesa quando foi feito o acordo. Isso não tem cabimento", disse o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Homero Pereira (PSD-MT).

Os ruralistas podem voltar a colocar no texto a eliminação de áreas de preservação permanente das beiras dos rios temporários do país. No acordo de anteontem eles haviam concordado em tirar esse ponto -rejeitado por governistas.

Após a reunião do conselho, Dilma disse que o governo "não assume responsabilidade por negociações que não foram feitas com a presença dele" e Izabella criticou as mudanças, que classificou como "um retrocesso" ambiental.

As declarações sinalizam que as alterações, se aprovadas, podem ser vetadas por Dilma.

Dilma cobra ministras por acordo sobre Código - O Estado de S.Paulo. 31/08/2012

Em bilhete a Izabella Teixeira (Meio Ambiente) e Ideli Salvatti (Relações Institucionais), presidente questiona alteração da MP do Código Florestal

Inconformada com o acordo feito no dia anterior na Câmara entre o relator do Código Florestal, deputado Luiz Henrique (PMDB-SC), e a bancada ruralista, a presidente Dilma Rousseff cobrou ministros por meio de um bilhete, flagrado por fotógrafos, durante reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho, na manhã de ontem, no Planalto.

"Por que os jornais estão dizendo que houve um acordo ontem no Congresso sobre o Código Florestal e eu não sei de nada?", reclamou a presidente, em bilhete endereçado às ministras Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, e Ideli Salvatti, das Relações Institucionais, mas entregue primeiro a Ideli pelo chefe do cerimonial da Presidência.

"Não houve acordo com o Congresso e o governo. A posição do governo era de defesa da MP com foco especial na 'escadinha' (mais informações nesta pág.). O relatório votado manteve a escadinha", explicou Izabella, na parte que pôde ser registrada pelas câmeras. Ideli também respondeu, mas a mensagem não foi captada.

Em seguida, em discurso, Dilma afirmou: "O governo não assume responsabilidade por negociações que não foram feitas com a presença dele". E ressaltou que "o governo está aberto a negociações". Também disse que "considera importantes alguns itens da MP, entre eles o que chamamos de escadinha. E não vê motivos econômicos para que não mantenhamos as áreas de proteção ambiental ao longo do leito dos rios, perenes ou não".

Dilma quer que, no Senado, a base governista retome o texto original da MP, com uma área maior de recomposição ambiental na beira dos rios.

Após a cerimônia, em entrevista, Izabella disse que "o governo continuará o diálogo e tentará ver como vai corrigir isso". Lembrou que a MP do governo fazia um "equilíbrio entre o social e o ambiental". Para ela, o resultado da votação "foi um retrocesso do ponto de vista de recuperação ambiental, porque iguala os grandes proprietários aos pequenos".

Ideli, em nota, afirmou que, durante a tramitação do texto, todos os ministérios envolvidos "sempre deixaram claro que o ideal era manter a proposta original da MP 571". Ela justificou que, nas conversas ao longo do dia com parlamentares da comissão, em especial o presidente e o relator da matéria, foi reafirmado que a posição do governo era pela manutenção sem alteração do item 61-A, que se referia à escadinha, alterado pelos deputados. Para Ideli, "esse item produz equilíbrio socioambiental ao determinar que todos precisam recuperar áreas de preservação, mas quem tem mais terras, deve recuperar mais".

O relator da MP fez outra mudança no texto de ontem, atendendo os ruralistas, principalmente de Mato Grosso e Tocantins, Estados da Amazônia Legal. A mudança reduziu a área de recomposição no Cerrado amazônico, que passou a ser beneficiado com a regra que limita em 25% o total do imóvel para recuperação da vegetação, no caso de médias propriedades. Toda a Amazônia Legal seguia regras mais rígidas. Com a mudança, apenas áreas de florestas da Amazônia Legal ficam excluídas do limite de 25%.

Ao estilo Jânio, Dilma veta acordo. Por Fernanda Krakovics – O Globo. 31/08/2012

Como seu antecessor nos anos 60 costumava fazer, presidente se vale de troca de bilhetes para repreender ministras por negociação que não autorizou.

A presidente Dilma Rousseff desautorizou, ontem, acordo fechado pelos governistas no Congresso, com a bancada ruralista, que permitiu a votação do novo Código Florestal, na comissão especial, reduzindo a proteção ambiental. Dilma manifestou sua insatisfação logo de manhã, por meio de bilhetes trocados com ministros e flagrados pela imprensa. As negociações voltaram à estaca zero. ...

Irritados, os ruralistas, que são maioria, prometem restabelecer, no plenário da Câmara, o fim da área de proteção aos rios que secam parte do ano. Com o impasse, a medida provisória corre o risco de perder a validade em 8 de outubro, o que levará insegurança jurídica ao campo, principalmente para investimentos.

Na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ontem de manhã, Dilma enviou um bilhete para as ministras Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente), cobrando explicações sobre o acordo que mudou o texto do governo. Depois, aproveitou seu discurso para dar um recado: disse que não se responsabiliza por negociações das quais o governo não participa.

- Enviamos ao Congresso um Código Florestal acrescido de uma medida provisória. O governo considera importante alguns itens dessa medida provisória (...) E também não vê motivos econômicos para que não mantenhamos as áreas de proteção ambiental ao longo do leito dos rios, perenes ou não. O governo está aberto a negociações, mas não assume responsabilidade por negociações que não foram feitas com a presença dele - disse Dilma.

Ela se referiu à diminuição, aprovada na comissão especial, das faixas mínimas de recuperação da vegetação exigidas em áreas de proteção na beira de rios. Essa mudança permitiu o fechamento do acordo e a volta da proteção aos cursos d'água que secam parte do ano. Em nome do governo, o senador Jorge Viana (PT-AC) concordou em reduzir de 20 para 15 metros a faixa de recuperação da vegetação, em beira de rios, no caso de propriedades médias com cursos d'água até 10 metros de largura. A regra vale para quem desmatou área de preservação até 22 de julho de 2008. Já propriedades maiores tiveram a faixa mínima de recuperação reduzida de 30 para 20 metros, sem importar a largura do rio.

Dilma em bilhete: "eu não sei de nada"

No bilhete às ministras, Dilma cobrou: "Porque (sic) os jornais estão dizendo que houve um acordo ontem no Congresso sobre o Código Florestal, se eu não sei de nada?". Izabella respondeu em outro bilhete que não houve acordo, mas, pela expressão em seu rosto, Dilma não gostou da resposta.

Após a reunião do CDES, Ideli se reuniu com Dilma; em seguida, a Secretaria de Relações Institucionais (SRI) divulgou nota em que afirma que a votação do Código Florestal na comissão especial "não teve aval ou concordância" do governo. Segundo a nota, as ministras conversaram com os parlamentares e defenderam o texto do governo, especialmente o artigo 61, que trata da recuperação das áreas degradadas e estabelece a chamada "escadinha": o percentual de recuperação aumenta conforme o tamanho da propriedade.

"O governo sempre deixou claro que o ideal era manter a proposta original", diz a nota da SRI. Para o governo, esse dispositivo "produz equilíbrio socioambiental ao determinar que todos precisam recuperar áreas de preservação, mas quem tem mais terras, deve recuperar mais".

Desde que foi derrotado, no último dia 7, em votação na comissão especial, quando os ruralistas retiraram a proteção aos rios intermitentes, o governo tenta se descolar das negociações do novo Código Florestal. Diz que o assunto é do Congresso. Mas as reuniões sobre o assunto são no Palácio do Planalto, com Ideli, Izabella, Gleisi Hoffman (Casa Civil), Mendes Ribeiro (Agricultura), Jorge Viana e o relator da MP na comissão especial, senador Luiz Henrique (PMDB-SC).

- Foi um entendimento parlamentar, sem a participação do governo. Mas acho que, quando os assessores dos ministros lerem melhor o texto, vão ver como conseguimos evitar um desastre maior (fim da proteção dos rios intermitentes) - disse Viana, evitando polemizar. - Os plenários da Câmara e do Senado são soberanos. Se respaldarem o acordo, não acredito que a presidente vá vetar.

CAIADO: "CONGRESSO NÃO É CARTÓRIO"

Presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, o deputado Homero Pereira (PSD-MT) disse que, se o acordo não valer para a recuperação da vegetação ao longo dos cursos d'água, também não valerá para a proteção aos rios intermitentes:

- Quer dizer que para os rios intermitentes está tudo ok, mas para a escadinha não vale? Da nossa parte está mantido o acordo, se não os rios intermitentes voltam no plenário da Câmara, ou então a MP cai.

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), da bancada ruralista, disse que a desautorização do acordo abre um precedente perigoso:

- O Congresso não é um cartório escriturário do Planalto. Vive de acordos, e o único instrumento que temos é a palavra dada. Assim fica impossível. É um precedente gravíssimo.

III Encontro Nacional das Células analisa política de desenvolvimento territorial – Site do MDA. 29/08/2012

Duzentas pessoas – entre coordenadores, professores e técnicos – participam, em Fortaleza/CE, do III Encontro Nacional das Células de Acompanhamento e Informação. O evento, que começou nesta quarta-feira (29) e termina na sexta (31), pretende discutir os resultados das pesquisas feitas pelas Células no seu primeiro ciclo (novembro de 2010 a julho de 2011) e preparar o segundo ciclo de pesquisas visando obter informações para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). As Células foram criadas pela SDT em 2010, a partir de convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para coletar, registrar e analisar as informações sobre os territórios rurais, além de apoiar a gestão dos colegiados territoriais.

A expectativa em relação aos resultados e a importância da política territorial e da aproximação com universidades pautaram a abertura do evento. Segundo o secretário de Desenvolvimento Territorial, Jerônimo Rodrigues, o projeto das Células vem colhendo bons resultados, o que estimula o trabalho no próximo ciclo. “Temos o diagnóstico sobre a situação de desenvolvimento sustentável do território, recomendações de ações para a plena implementação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e fornecimento de informações

como subsídio à qualificação do processo de gestão social nos territórios para os Colegiados Territoriais”, destacou. Segundo o secretário, outros bons resultados são a aproximação com as universidades e a articulação de novas parcerias para apoiar avanços na política de desenvolvimento territorial.

Para Itamar Gomes de Sousa, representante da Rede de Colegiados Territoriais do Ceará, a política de desenvolvimento territorial vem fortalecendo a gestão social, fazendo com que as pessoas construam a sua própria história nos territórios rurais. “Agora, com o apoio das universidades, vamos avançar ainda mais”, afirmou. “Acompanhamos a estratégia de desenvolvimento territorial. Essa forma de organização da sociedade e de articulação qualifica e amplia o alcance das políticas públicas. O encontro vai auxiliar na tarefa”, acredita a presidente da Agropolos, Ana Maria Freitas.

Planejamento

Um dos principais aspectos da estratégia de desenvolvimento territorial é a integração dos governos federal, estadual e municipal na promoção das políticas públicas. “O estado do Ceará está compromissado com essa estratégia. Nosso desafio é fazer com que todas as secretarias do estado façam seus planejamentos com foco na política territorial”, ressaltou Graça Almeida, coordenadora de Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará. Ana Lúcia Starling, diretora do Departamento de Planejamento da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MPO), reforçou a importância dos planos plurianuais dos estados voltarem seu olhar para o desenvolvimento territorial. “Uma iniciativa como essa, que dá força à participação social na gestão das políticas públicas, é fundamental”, disse.

A II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidária, a ser realizada em 2013, foi lembrada como um marco para o trabalho das Células. “O momento do Brasil é outro, assim como o papel da agricultura familiar no país e o alcance da política de desenvolvimento territorial. Bem diferente de 2008, época da I Conferência. Vislumbramos uma política pública no Brasil, elaborada a partir da sociedade. Com o apoio do projeto das Células temos um sistema de informações de gestão estratégica com controle e participação social, o que é complexo e inovador. Estamos construindo um modelo de gestão diferenciada”, disse Jerônimo Rodrigues.

Para os participantes, a expectativa é que o encontro seja momento de socialização de experiências e síntese das informações. “Teremos reunião com colegas do projeto, delegados estaduais do MDA e articuladores regionais, para apresentar dados e discutir maneiras para aumentar a interface entre pesquisa, com os dados do SGE, e extensão, que é o subsídio que as universidades, por meio das Células, podem oferecer para o desenvolvimento territorial e os Conselhos de Desenvolvimento Territorial”, destacou o professor Luís Antônio Barone, responsável pela Célula do Território Pontal do Paranapanema (SP).

Projeto

O projeto das Células parte do pressuposto de que os dados são fundamentais para o planejamento estratégico e a gestão, aperfeiçoando processos organizacionais. Assim, facilita a geração e sistematização de conhecimentos, bem como a qualificação da tomada de decisões nos diferentes níveis de ação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), programa do MDA executado pela SDT, que tem como objetivo promover, planejar e implementar a autogestão do desenvolvimento sustentável dos territórios

rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia. “Com a criação das Células, passamos a conhecer melhor o perfil e o alcance dos nossos projetos”, afirmou Francisco Sombra, delegado federal do Desenvolvimento Agrário no Ceará.

O objetivo das Células é articular institucional e operacionalmente as universidades, os Territórios Rurais e a SDT para estimular o desenvolvimento de processos de coleta, registro, acompanhamento, monitoramento, avaliação e análise de dados sobre os territórios por meio do SGE que pode ser acessado no site da SDT ou na página do Sistema.

As universidades participantes do estudo, feito em parceria pela SDT/MDA/CNPq, são responsáveis por 27 projetos de pesquisa e extensão, que apoiam 37 territórios rurais, espalhados em 607 municípios do País. Os trabalhos começaram em agosto de 2010 e seguem até junho de 2013. “Nesses 61 anos desde a sua criação, o CNPq ajudou a modificar o Brasil. E com esse projeto contribuímos para o desenvolvimento territorial sustentável”, afirmou o diretor de Engenharia, Ciência Exatas, Humanas e Sociais do CNPq, Guilherme Melo.

Segundo o professor Luís Antônio Barone, o trabalho mobiliza os envolvidos para aumentar o conhecimento sobre territórios e políticas públicas. “Sou do Território do Pontal do Paranapanema. Nosso território partilha uma série de dilemas com os demais. Do ponto de vista econômico, os territórios do Norte e Nordeste necessitam de mais investimentos, porém do ponto de vista institucional, o Pontal – assim como outros territórios – conta com os instrumentos, tais como secretarias municipais de desenvolvimento rural e técnicos, por exemplo, porém estes se mostram ainda pouco eficientes na promoção de ações de desenvolvimento”, explicou.

As Células

As Células são compostas por um professor coordenador do projeto, um professor colaborador, um profissional responsável em tempo integral pela Célula; e dois estudantes bolsistas. As principais atividades são coletar e registrar no SGE dados sobre informação básica, caracterização e tipologias dos territórios; desempenho dos colegiados, integrantes, agenda e informações sobre a gestão dos colegiados; informações sobre a execução de projetos com recursos gerenciados pela SDT e análise dessas informações sobre o território rural com os indicadores gerados pelo SGE a partir dos dados coletados nas pesquisas.

O encontro também permitirá identificar aspectos a serem melhorados nas metodologias e instrumentos para o monitoramento e avaliação da gestão territorial com o propósito de consolidar o Sistema de Gestão Estratégica (SGE) como ferramenta de apoio da secretaria e do ministério, e de outros programas nacionais e internacionais que trabalham na perspectiva territorial.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa